# REVISTA unisan

**Multidisciplinar**

**ISSN 1980 -1742**

**Ano 19 – nº 48 – Março de 2024**

Todos os direitos desta edição estão reservados*

# REVISTA unisan

**Multidisciplinar**

Ano 19, Número 48, Março de 2024
ISSN 1980-1742

## FICHA TÉCNICA

| | |
|---|---|
| Reitor da UNISAN | Anunciato Storópoli Neto |
| Assessor da Reitoria | Gabriel Sassi Storópoli |
| Conselho Editorial | Antonio Mota Forestier - UNICAMP/ École des Haut Étude en Science Sociale (Paris)<br>Gabriel Sassi Storópoli - UNISAN<br>Silvia Sassi Storópoli – UNISAN |
| Corpo Editorial | Francisca Gorete Bezerra Sepúlveda<br>Jorge Luiz Barros da Silva<br>Luis Antonio da Silva<br>Paulo de Tarso Santini Tonon<br>Taynan Filipini Bonini |
| Edição e editoração | Paulo de Tarso Santini Tonon |

unisan
centro universitário sta rita

Avenida Jaçanã, 648 – Jaçanã São Paulo – SP – CEP 02273 001
https://unisan-uni.edu.br/
(11) 2241 – 0777

** permitida a livre reprodução e divulgação, desde que a fonte seja adequadamente citada*

## CAPA

Fonte: https://pt.vecteezy.com/fotos-gratis/mulheres-trabalhando

A história e a evolução da mulher no mercado de trabalho ao longo dos anos refletem uma jornada de lutas, conquistas e desafios contínuos. Iniciada em meados do século XVIII, a Revolução Industrial marcou um ponto de virada significativo, introduzindo as mulheres em massa no mercado de trabalho, embora em condições muitas vezes precárias e por salários significativamente inferiores aos dos homens.

Esse período foi caracterizado por uma transformação profunda nos modos de produção, que levou muitas mulheres a trocar o trabalho doméstico ou artesanal pelo trabalho nas fábricas. Ao longo dos séculos XIX e XX, movimentos sociais e feministas ganharam força, desafiando as normas de gênero e lutando por direitos trabalhistas igualitários, incluindo salários justos, condições de trabalho seguras e o direito ao voto. A participação feminina no mercado de trabalho continuou a evoluir especialmente depois das duas Guerras Mundiais, quando a necessidade de mão de obra feminina se tornou incontornável.

No século XXI, apesar dos avanços significativos, as mulheres ainda enfrentam desafios persistentes, como a desigualdade salarial, sub-representação em cargos de liderança e a difícil conciliação entre a vida profissional e as responsabilidades domésticas e de cuidado.

Professora da Universidade de Harvard, Claudia Goldin foi a primeira mulher a receber sozinha o Nobel de Economia. Ela foi agraciada com o prêmio em 2023 por suas contribuições significativas ao entendimento da evolução da participação feminina no mercado de trabalho ao longo da história.

Abrangendo mais de 200 anos de dados nos Estados Unidos, a pesquisa de Goldin destaca a evolução da participação das mulheres no trabalho e os fatores que influenciaram essa trajetória. Ela empregou métodos inovadores na área da história econômica para demonstrar que certos fatores influenciaram historicamente a oferta e a procura de trabalho feminino.

Outra contribuição significativa de Goldin foi destacar o papel da pílula anticoncepcional na abertura de novas possibilidades de carreira para as mulheres, o que impulsionou sua participação no mercado de trabalho.

A capacidade de controlar a reprodução permitiu que as mulheres planejassem melhor suas carreiras e sua educação, contribuindo para uma maior igualdade de gênero no trabalho.

Fonte: https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/a-mulher-mercado-trabalho.htm#:~:text=A%20presen%C3%A7a%20da%20mulher%20no%20mercado%20de%20trabalho%20do%20Brasil,sal%C3%A1rios%20inferiores%20aos%20dos%20homens.

## IGUALDADE AINDA LONGÍNQUA

*Paulo de Tarso Santini Tonon*

Os dados do PNUD - *United Nations Development Program* (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) revelam avanço desigual no desenvolvimento dos países. Os mais pobres estão ficando cada vez mais para trás, o que exacerba a desigualdade e alimenta a polarização política em termos mundiais. O resultado é um urgente e delicado impasse que só poderia ser enfrentado ou ao menos mitigado, por meio de ações coletivas.

As restrições à liberdade e as condições que impactam o fazer escolhas sobre os rumos da própria vida são medidas de desenvolvimento humano, que o PNUD tem apurado desde a década de 1990.

Outros dois índices que têm influência sobre a avaliação do desenvolvimento humano se referem à equidade de gênero: o Índice Global de Paridade de Gênero (GGPI – *Global Gender Parity Index*) e o Índice de Empoderamento das Mulheres (WEI – *Women's Empowerment Index*).

O relatório do PNUD indica que o maior desenvolvimento humano por si só, se mostra insuficiente para a promoção da efetiva equidade de gênero. Dos cento e catorze países avaliados pelo relatório, oitenta e cinco evidenciaram baixo ou médio desempenho quanto ao empoderamento das mulheres e à paridade de gênero. No Brasil, se observa a coexistência de desenvolvimento humano relativamente alto, ao lado de um empoderamento feminino baixo e paridade de gênero de índice baixo-médio. Tais disparidades não se mostram prejudiciais apenas para a condição de vida das mulheres, mas retardam o progresso da sociedade em geral.

Esses índices obrigam à reflexão sobre a importância da equidade de e da participação efetiva das mulheres nos rumos da humanidade. Nenhum país poderá alcançar nível satisfatório de empoderamento feminino enquanto se mantiver distante da equidade de gênero.

O relatório da ONU aponta para a necessidade de medidas urgentes e abrangentes quanto às políticas de saúde, educação, equilíbrio entre a vida familiar e profissional, promoção da participação feminina na vida pública e o combate às diversas formas de violência contra a mulher.

As mulheres brasileiras estão sub-representadas na política, têm remuneração menor que os homens e sofrem mais assédio no ambiente de trabalho. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país do mundo em número de feminicídios.

Dados de 2017 do IBGE mostravam que as mulheres brasileiras recebiam proventos em média 24% menores que os dos homens e se mostravam mais vulneráveis à situação de desemprego. Quando adicionamos variáveis raciais a esses índices de desigualdade, a situação se revela ainda mais dramática nas pesquisas estratificadas entre mulheres brancas e negras.

Estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) apurou que a maternidade é um dos principais fatores que interferem na discriminação experimentada pelas mulheres no contexto laboral. Segundo aquele estudo, cerca de metade das trabalhadoras do sexo feminino foi demitida em um período de até dois anos depois da licença-maternidade.

Referências:

https://www.undp.org/pt/brazil/news/desigualdades-entre-homens-e-mulheres-persistem-em-paises-de-alto-desenvolvimento-humano

https://www.undp.org/pt/brazil/press-releases/paises-ricos-alcancam-desenvolvimento-humano-recorde-mas-metade-dos-mais-pobres-regrediu-revela-programa-das-nacoes-unidas

https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/desigualdade-de-genero.htm

## APRESENTAÇÃO

A Revista UNISAN é uma publicação eletrônica do Centro Universitário Santa Rita, que objetiva o desenvolvimento, a democratização do acesso e da difusão do conhecimento.

Compreendemos como nossa missão, levar ao conhecimento do mundo acadêmico trabalhos de professores e pesquisadores da nossa e de outras instituições de ensino superior, além dos trabalhos produzidos por discentes que, em parceria com seus orientadores, se destacaram em qualidade e importância.

No desejo de que a leitura desta publicação enriqueça e inspire a produção e a difusão do conhecimento, despedimo-nos.

Boa leitura e até a próxima edição!

*O editor*

# SUMÁRIO

## ARTIGOS

1 – **A TEOLOGIA PROTESTANTE DA LIBERTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DOS OPRIMIDOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA POSSIBILIDADE À LUZ DA TEOLOGIA DE RUBEM ALVES**
*Armando Takeo Ishibashi Junior*.....6

2 – **PRENOME DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO JURÍDICA**
*Cássia Pinto de Azevedo e Luiz Eduardo Alves de Siqueira* .....20

3 – **REFLEXÕES SOBRE A EUTANÁSIA**
*Helder de Jesus Dias*.....36

4 – **DA QUESTÃO NACIONAL AO IMPERIALISMO: ROSA LUXEMBURGO E A MUDANÇA NO CARÁTER DO ESTADO CAPITALISTA**
*Antonio Vogaciano Barbosa Mota Filho* ..... 50

5 – **ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA PSICANÁLISE**
*Thiago de Almeida*..... 64

**NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO** ..... *117*

# A TEOLOGIA PROTESTANTE DA LIBERTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DOS OPRIMIDOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA POSSIBILIDADE À LUZ DA TEOLOGIA DE RUBEM ALVES

*Armando Takeo Ishibashi Junior*

*Graduando em Teologia pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID (2024). Mestre em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Especialista em Direito Empresarial (2013) e Processual Civil (2010) pela Escola Paulista da Magistratura – EPM. Graduado em Direito pela Universidade Paulista – UNIP (2003). Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Santa Rita – UNISAN. Assistente Jurídico de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Advogado Licenciado.*

armando_takeo@hotmail.com

*Lattes:* http://lattes.cnpq.br/0202594567375153

*Orcid:* https://orcid.org/0000-0001-5713-6783

**RESUMO:** Na última década ocorreu um significativo avanço da miséria no Brasil, principalmente após a pandemia do corona vírus (Covid-19). Atualmente, estima-se que o número de pessoas em situação de pobreza nas regiões metropolitanas alcançou a marca de 20 milhões de pessoas, agravando com isso as condições de vida da classe trabalhadora. Dada a característica proselitista da fé cristã, mostra-se relevante que se estude o papel dos teólogos confessionais protestantes, para atender aos anseios de muitas pessoas que foram submetidas à miséria extrema, após os impactos nefastos da pandemia da Covid-19, bem como à outras formas de opressão, como racismo, aporofobia, xenofobia, intolerância religiosa, sexismo, classismo e etarismo. É neste contexto que se insere uma importante reflexão a respeito da contribuição da Teologia para transformação da realidade das pessoas submetidas à diversas formas de opressão, preocupação esta que representa o núcleo do projeto da pesquisa que se pretende conduzir. Desse modo, a pesquisa buscará demonstrar com amparo na obra *Por uma Teologia da Libertação* do teólogo protestante brasileiro Rubem Alves, a modificação da concepção da Teologia, anteriormente examinada como simples conjunto de dogmas, e que a partir da proposta deste importante teólogo brasileiro, pode ser identificada como verdadeiro instrumento de ação política para modificação da realidade social dos oprimidos presentes no Brasil contemporâneo.

***Palavras-chave:*** *Teologia imaginária. Injustiça social.*

**ABSTRACT:** In the last decade there has been a significant increase in poverty in Brazil, especially after the corona virus pandemic (Covid-19). Currently, it is estimated that the number of people living in poverty in metropolitan areas has reached the 20 million mark, worsening the living conditions of the working class. Given the proselytizing nature of the Christian faith, it is important to study the role of Protestant confessional theologians in meeting the needs of many people who have been subjected to extreme poverty following the damaging impacts of the Covid-19 pandemic, as well as other forms of oppression, such as racism, aporophobia, xenophobia, religious intolerance, sexism, classism and ageism. It is in this context that an important reflection on the contribution of theology to transforming the reality of people subjected to various forms of oppression is inserted, a concern that represents the core of the research project that we intend to conduct. In this way, the research will seek to demonstrate, with the support of the work For a Theology of Liberation by the Brazilian Protestant theologian Rubem Alves, the change in the conception of theology, previously examined as a simple set of dogmas, and which, based on the proposal of this important Brazilian theologian, can be identified as a true instrument of political action for changing the social reality of the oppressed present in contemporary Brazil.

***Keywords:*** *Imaginary theology. Social Injustice.*

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Teologia pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID.

Tradicionalmente, pode-se afirmar que o estudo da Teologia compreende a análise científica das religiões, dos rituais e dogmas, e conforme defende o renomado cientista da religião Eliade (2018, p. 28), também a dicotomia entre o sagrado e o profano. Além disso, segundo ensina Pinto (2002, p. 84), os estudos da religião utilizam do auxílio da linguagem para comunicar os complexos conceitos teológicos que foram desenvolvidos ao longo dos tempos, e que expressam a verdade para os integrantes de um determinado sistema de crença.

Assim como a linguagem, que na visão de Vygotsky (2001, p. 398) representa uma forma social histórica de transmissão de conhecimento, portanto, passível de evolução, a Teologia também passou por um longo processo de ressignificação e emancipação, uma vez que, no caso da tradição cristã, incorporou num primeiro momento o conhecimento desenvolvido pelos primeiros Padres da Igreja, acerca de Deus e da própria cristandade, e que passaram a fundamentar os dogmas cristãos.

Este monopólio do saber teológico, conforme apontou Weber (2004, p. 52) posteriormente viria a ser abalado pelo movimento de secularização do conhecimento, que surgiu com o advento da modernidade, e o rompimento com a cosmovisão presente no mundo medieval, inaugurando com isso o racionalismo, que finca suas bases na ideia da superação da religiosidade e sacralidade do mundo, permitindo com isso uma nova abordagem a respeito da divindade, bem como do próprio fenômeno da religião. Esta concepção viria a ser sintetizada por Weber (2004, p. 46) através da utilização da expressão *desencantamento do mundo, que* indica o processo de eliminação da magia até então presente nas formas de sociabilidade humana, ou seja, das forças ocultas que eram manipuladas pela religião, e que passou a ser substituída pela ética.

Nessa perspectiva, a Teologia passa a receber inúmeros influxos de outras áreas do conhecimento humano, como a Economia Política, Direito, Sociologia e mais recentemente da Crítica Literária impulsionada por Auberbah (2011), e que propõe a leitura da Bíblia como literatura, possibilitando com isso, novos horizontes hermenêuticos e epistemológicos para os estudos das ciências da religião, como forma de atender a demanda de uma sociedade que se transformou pelo modo de produção capitalista.

As contradições presentes na sociedade capitalista, para além daquela entre capital e trabalho, apontam para o crescente número de pessoas que não se amoldam a esta específica forma de produção econômica, e que por isso são impedidas de acessar bens e serviços tidos como essenciais ao pleno desenvolvimento de uma vida humana digna. Ao lado disso, encontram-se outras formas de opressão que também resultam do sistema capitalista, que cria diferenças no interior da classe trabalhadora, submetendo diferentes setores da classe a uma forma de violência adicional, como por exemplo, as mulheres, negros, homossexuais.

Nesse sentido, a percepção da Teologia como instrumento de libertação dos oprimidos é a pedra de toque do movimento da Teologia da Libertação que surgiu na América Latina, na década de 1960, e que conforme aponta Löwy (2016, p. 180), conta com as vertentes protestante e católica, sendo a primeira elaborada pelo teólogo brasileiro Rubem Alves, e a segunda capitaneada pelo teólogo peruano Gustavo Gutiérrez Merino.

Por uma exigência metodológica, e dada a necessidade de direcionamento da pesquisa, o presente trabalho abordará a vertente protestante da Teologia da Libertação, com especial atenção da proposta defendida por Rubem Alves, no sentido de identificar a Teologia como instrumento de ação política voltada à transformação social da

vida das pessoas que sofrem diversas formas de opressão na atualidade brasileira.

O principal referencial teórico que dará suporte a pesquisa é a obra *Por uma Teologia da Libertação* do teólogo e escritor brasileiro Rubem Alves, e que representa o marco teórico fundador da chamada da Teologia da Libertação, sob a vertente Protestante.

A partir da análise deste texto almeja-se atingir resposta satisfatória ao problema que foi formulado para a presente pesquisa, acerca da possibilidade da utilização da Teologia da Libertação como instrumento de ação política para transformação da realidade social das pessoas excluídas.

Além disso, o presente trabalho concentra suas atenções em três hipóteses, sendo uma básica e as demais secundárias, estas que, por sua vez, apesar de gravitarem em torno da primeira proposição, não se mostram de pouco valor ou mesmo insignificantes.

A hipótese básica aponta que a Teologia da Libertação desenvolvida por Rubem Alves criou um paradigma para os teólogos, que devem compreender a religião como instrumento de ação política visando a modificação da realidade social das pessoas excluídas.

Uma segunda hipótese, que se diz como secundária, indica que os efeitos danosos da pandemia da Covid-19, que vão muito além do campo econômico, porque repercutem nas próprias relações sociais, familiares e religiosas, exige um novo posicionamento dos teólogos, com a retomada da importância da doutrina social da igreja, que não deve ser circunscrita ao campo teológico católico, mas que também deve ser utilizada pela vertente protestante do cristianismo.

A terceira e última hipótese indica a necessidade da aplicação pelos teólogos de uma Teologia que contemple a existência de um Deus que atenda aos anseios dos oprimidos e não somente das classes privilegiadas que surgem nas sociedades capitalistas.

Assim, para dar conta tanto do problema, como das hipóteses levantadas, serão mobilizados textos que dialogam com a perspectiva da Teologia Protestante da Libertação, e que seguem referenciados ao final do trabalho.

## 2. A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E SUAS VERTENTES CATÓLICA E PROTESTANTE

A teologia da libertação (TL) é um fenômeno plural, encontrando diversas vertentes, como a católica e protestante.

Neste capítulo, procurar-se-á expor as diferenças e proximidades entre as referidas vertentes da TL, não sem antes apresentar um breve contexto histórico a respeito da sua criação e acolhimento no Brasil.

Além disso, será destacado quem são os pobres e oprimidos para a TL, e a necessidade compreender referidos conceitos de forma ampla e não restrita.

### 2.1. Conceito e contexto histórico da Teologia da Libertação

O conceito de teologia da libertação é exposto por Boff (1980, p. 29), da seguinte forma:

> A teologia da libertação e do cativeiro, tal como se articula na América Latina, não quer ser uma teologia de compartimentos e de genitivos como a teologia do pecado, da revolução, da secularização, da vida religiosa, isto é, um tema entre outros da teologia. Quer apresentar-se, ao contrário, como uma maneira global de articular praxisticamente na Igreja a tarefa da inteligência da fé. É um modo diferente de fazer e pensar em teologia. O modo de fazer e pensar implica e pressupõe uma maneira diferente de ser ou de viver. Esse modo de ser e viver, implicado e pressuposto na teologia da libertação, é o do cativeiro como o correlativo oposto da libertação e do esforço de superação dessa condição.

Observa-se, portanto, que a teologia da libertação é uma forma de atuação

teológica por aqueles que buscam melhorar as condições de vida dos oprimidos.

A Teologia da Libertação é um movimento teológico que encontra seu nascedouro na América Latina da década de 1960. O mote de inspiração desta corrente teológica foi a preocupação com as condições de vida das pessoas pobres e oprimidas, além da busca por Justiça Social, esta que, por sua vez, defende a necessidade de igualdade de direitos e solidariedade coletiva na implementação dos Direitos Sociais que visam garantir aos indivíduos o exercício dos Direitos Fundamentais.

De acordo com Altir (1982 apud Cardoso e Fishlow, 1990, p. 326), nos anos 70, 40% das famílias latino-americanos eram pobres, uma vez que detinham de 150 a 250 dólares por ano para consumo familiar, sendo que a extensão da pobreza era mais acentuada na área rural do que na área urbana. Atualmente, dado o êxodo rural impulsionado pelo processo de mecanização do campo, a partir da década de 1980, bem como da Covid-19, que assolou a humanidade a partir de 11 de março de 2020, data em que foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a situação de pandemia, verifica-se um elevado nível de pobreza nos territórios urbanos, conforme apontou o relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, com vinculação à Organização das Nações Unidas, e que apresenta índices acima dos níveis pré-pandemia[1].

Este cenário de pobreza e injustiça social, impulsionado principalmente pela implementação de ditaduras decorrentes de golpes cívico-militares patrocinados pelos Estados Unidos da América[2], se tornou relevante para as Igrejas, que testemunharam a pauperização social e a radical violação dos direitos fundamentais.

No Brasil, a teologia da libertação encontrou guarida nos movimentos sociais e políticos, bem como nos sindicatos que enfrentavam as agruras impostas pela ditadura militar, que reprimia violentamente as vozes dissonantes, o que impulsionou diversos segmentos da sociedade a se organizarem e a resistirem. Nesse sentido, a Igreja Católica desempenhou um importante papel, especialmente após a realização do Concílio Vaticano II, que apresentou as bases da renovação da Igreja, além de permitir a maior participação dos leigos nas decisões eclesiais.

Portanto, pode-se afirmar que o catolicismo foi o grande palco desenvolvedor da Teologia da Libertação, através da atuação do teólogo peruano Gustavo Gutiérrez Merino, considerado por muitos como o pai fundador desta corrente teológica crítica[3]. Contudo, é importante frisar que o campo protestante também desenvolveu a perspectiva da teologia da libertação, encontrando no teólogo brasileiro Rubem Alves seu principal nome, e que elaborou esta reflexão a partir de seu doutoramento na Universidade de Princeton, em New Jersey, USA, em 1969.

Conforme observa Tostes (2022):

> A tese, intitulada pelo autor *Towards a Theology of Liberation* (Por uma Teologia da Libertação), publicada em 1968, nos EUA, foi publicada com o outro título A Theology of Human Hope (Uma Teologia da Esperança Humana), para garantir uma maior circulação para os leitores e leitoras da época, pois as obras de Jurgen Moltmann, que traziam o tema da esperança, estavam com certa visibilidade.

Trata-se de uma obra que pensa na opressão humana a partir do exílio ao qual foi

[1] Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Panorama Social de América Latina y el Caribe, 2022 (LC/PU. 2022), Santiago, 2022.

[2] O mapeamento das Ditaduras militares na América Latina dos anos 1960-70 pode ser consultado no ***Atlas Histórico do Brasil*** elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no seguinte link: https://atlas.fgv.br/marcos/revolucao-de-1964/mapas/ditaduras-militares-na-america-latina-dos-anos-1960-70.

[3] Vale destacar que a teologia crítica corresponde a necessidade moral de representação das categorias teológicas. Trata-se, portanto, da influência do pensamento kantiano ao campo teológico. Para um estudo detalhado a respeito de o tema conferir o trabalho de Francisco das Chagas de Oliveira Freire. A teologia crítica de Kant: da fé racional à fé reflexionante. **Revista de Cultura Teológica**. N. 99, mai/ago.2021. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/53427#:~:text=Trata%2Dse%20de%20uma%20necessidade,entre%20em%20contradi%C3%A7%C3%A3o%20consigo%20mesma. Acesso em 06 mar 2023.

submetido o autor por conta da instalação da ditadura militar no Brasil. Uma teologia pensada por alguém que vivenciou a experiência da opressão e busca a libertação dos oprimidos.

Vale destacar que a teologia da libertação não foi imune a críticas e até mesmo ao recebimento da alcunha de heresia. Na década de 1980, a Igreja Católica publicou dois documentos criticando a utilização da TL. O primeiro deles, de 1984, intitulado *Libertatis nuntius* (Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação)[1], e o segundo em 1986, com o tema *Liberatis Conscientia*, e que conclamam a utilização do *Magistério Social da Igreja*[2], ao invés da Teologia da Libertação, na formação de pessoas comprometidas com a luta pela melhoria das condições sociais.

Este estigma herético que marcou a teologia da libertação, sobretudo pela suposta influência do marxismo, impediu que diversos teólogos, inclusive no campo protestante, pudessem aproveitá-la como importante instrumento transformador da realidade social.

## 2.2. Quem são os pobres e oprimidos para a Teologia da Libertação?

Pensar na pobreza e na opressão é refletir *sobre* e *a partir* de um fenômeno social. A sociologia, principalmente aquela que foi desenvolvida por Émile Durkheim (1966, p. 3) na obra *As regras do método sociológico*, aponta que os fatos sociais são "maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem".

Desse modo, pode-se concluir com apoio na sociologia durkheimiana, que tanto a pobreza como a opressão se constituem como formas sociais, ou seja, os modos de relação entre sujeitos na sociedade, e que determinam, por um lado, os detentores da riqueza e poder e de outro os desprovidos dos meios básicos de sobrevivência e oprimidos.

Existe, portanto, uma historicidade na construção dos papeis sociais de quem será o pobre e o oprimido dentro de um determinado contexto histórico-social. Assim, percebe-se que a divisão entre classes sociais não decorre de forma natural, mas por determinação das condições econômicas que não somente influenciam, mas também modelam a construção da sociedade.

Para Boff e Boff (2010, p. 14-15)

> O pobre a que nos referimos aqui é um coletivo, as classes populares que engloba muito mais que o proletariado estudado por Karl Marx (é um equívoco identificar o pobre da Teologia da Libertação com o proletariado, como muitos críticos fazem): são os operários explorados dentro do sistema capitalista; são os subempregados, os marginalizados do sistema produtivo – exército de reserva sempre à mão para substituir os empregados – são os peões e posseiros do campo, boias-frias como mão de obra sazonal. Todo este bloco social e histórico dos oprimidos constitui o pobre como fenômeno social.

Vale registrar que a compreensão acerca das pessoas oprimidas, tanto para o campo protestante como católico, aponta para um sentido amplo e não restrito, uma vez que busca abranger todas as pessoas menosprezadas e marginalizadas socialmente, e não apenas aquelas desprovidas de meios econômicos de sobrevivência.

Nas palavras de Löwy (2016, p. 131):

> O Vaticano acusa os teólogos da libertação de terem substituído os pobres da tradição cristã pelo proletariado marxista. Essa crítica é inexata. Para os teólogos da libertação, "os pobres" é um conceito que tem conotações morais, bíblicas e religiosas. O próprio Deus é definido por eles como o "Deus dos Pobres" é um conceito que tem conotações morais, bíblicas e religiosas. O próprio Deus é definido por eles como o "Deus dos Pobres" e Cristo se reencarna nos pobres crucificados dos dias atuais. É também um conceito mais

[1] CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. Libertatis nuntius. Instruções sobre alguns aspectos da teologia da libertação. São Paulo: Paulinas, 1984.

[2] CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. Libertatis conscientia. Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação. São Paulo: Paulinas, 1986.

> amplo que o das classes trabalhadoras: inclui, segundo Gutiérrez, não só as classes exploradas trabalhadoras, mas também as raças menosprezadas e as culturas marginalizadas – em seus escritos mais recentes, ele acrescenta as mulheres, uma categoria social que é duplamente explorada.

Dada a historicidade presente na construção das formas de opressão, verifica-se, atualmente, que a teologia da libertação também lança olhar atento para o racismo, inclusive estrutural, bem como para a aporofobia, xenofobia, intolerância religiosa, sexismo, classismo e etarismo, e que representam formas modernas de sujeição imposta pela força econômica.

### 2.3. Encontros e desencontros entre as Teologias da Libertação Católica e Protestante

Existem significativos pontos de divergência e convergência entre as teologias da libertação católica e protestante. A primeira de natureza institucional, e a segunda que denota a dimensão da atuação dos agentes eclesiásticos e leigos.

#### 2.3.1. Distinção institucional

A primeira distinção, de natureza institucional, decorre da ênfase que a vertente católica atribui a importância organizacional da igreja como agente de transformação social, ao passo que a corrente protestante destaca a ação direta dos indivíduos e comunidade na luta por justiça social.

De acordo com Boff e Boff (2022, p. 27):

> Assim, pode-se entender facilmente o que é a Teologia da Libertação, examinando seu processo a partir de baixo, ou seja, analisando o que fazem as Comunidades de Base quando leem o Evangelho e o confrontam com suas vidas oprimidas e ansiosas de libertação. Pois bem, a Teologia da Libertação profissional não faz outra coisa, fá-lo porém de modo mais sofisticado. A Teologia Pastoral, do plano intermédio, adota, por sua parte, uma lógica e uma linguagem que tira seus recursos tanto da base (concreta, comunicação, etc.) como do topo (criticidade, organicidade, etc.).

Observa-se que os autores em questão ao indicarem a possibilidade do desenvolvimento da TL pelas comunidades de base, reforçam a importância institucional da igreja católica, pois apesar de inclusivas, se constituem em organismos eclesiásticos, que se caracterizam pela celebração dominical realizada por leigos ou leigas, ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembléias, e ligação entre a reflexão bíblica e ação na sociedade. É bem por isso que Costa, Zangelmi e Schiavo (2p. 34) apontam que: “As CEBs são consideradas unidades muito importantes para a divulgação das ideias da teologia da libertação”.

Para a vertente protestante, a Teologia da Libertação não objetiva ser uma teologia institucionalizada, ou seja, que venha a pertencer exclusivamente à religião. Por conta disso, escancara a possibilidade de qualquer pessoa poder fazer parte dela, ainda que não venha a professar a religião cristã.

Conforme observa Löwy:

> Por outro lado, existem alguns aspectos da Teologia da Libertação que, embora presentes também entre os católicos, têm origem obviamente protestante: as referências frequentes aos loci do Antigo Testamento, a importância central da leitura comunitária da Bíblica, a ênfase na comunidade local em oposição à hierarquia eclesiástica. Não é de surpreender, portanto, que os teólogos protestantes estivessem entre os defensores mais ardentes de uma nova interpretação das fontes bíblicas. (2016, p. 178)

Assim, busca-se implementar o humanismo político que é retratado nas palavras de Rubem Alves da seguinte forma:

> A criação da história, contudo, só é possível por meio do poder. Somente através do exercício histórico do poder é possível negar-se o hoje inumano e abrir-se caminho rumo a um futuro mais

> humano. Porque o homem está presente em sua ação, o novo dia por ela criado pode ser mais amigável. O uso do poder, portanto, constitui a forma histórica assumida pela liberdade do ser humano, pela sua transcendência em relação aos fatos dados. Porém, o emprego do poder é um ato político. Por isso, a nova consciência acredita que um novo homem e um novo amanhã só serão criados por meio de uma atividade caracteristicamente política. A política seria, assim, a prática da liberdade, uma atividade do homem livre com o intuito de criar um novo amanhã. Neste contexto, a política não mais é entendida como uma atividade de poucos, como um jogo de poder das elites. Antes, ela consiste na vocação do ser humano, pois todos são chamados a participar, de uma forma ou de outra, na criação do futuro. A política torna-se, para esta consciência, o novo evangelho, a anunciação da boa-nova: se o homem emergir da passividade e da vida reflexa, como sujeito da história, um novo futuro poderá ser criado. Ela desafia o homem: "buscai primeiramente o reino da política e de seu poder, e tudo isso será vosso". (2020, p. 61)

Vale ressaltar que esta distinção de ordem organizacional, apesar de direcionada ao reconhecimento da predominância institucional pelos católicos não esvazia a busca pela aplicação da teologia da libertação entre os protestantes.

### 2.3.2. Distinção prática

Outra diferença significativa diz respeito à imensão de atuação, ou seja, do proselitismo religioso que caracteriza tanto a fé católica, como a protestante. Desse modo, para os adeptos da fé reformada, a libertação deve enfatizar a dimensão política e econômica da opressão, enquanto a teologia católica da libertação enfatiza mais a dimensão espiritual do indivíduo.

Como afirmam Boff e Boff (2022, p. 33), ao se referirem a atuação concreta do teólogo católico da libertação:

> Seu trabalho não se resume a produzir teologia nos centros de reflexão, estudo e pesquisa, que são normalmente as faculdades e institutos de Teologia onde a Igreja forma seus sacerdotes e leigos qualificados. Devemos reconhecer que tais lugares sequer constituem o lugar principal da elaboração da Teologia da Libertação. O teólogo da libertação não é um intelectual de gabinete. E antes um "intelectual orgânico", um "teólogo militante", que se situa dentro da caminhada do Povo de Deus e articulado com os responsáveis da pastoral. Ele conserva certamente um pé num centro de reflexão e outro na vida da comunidade. Aqui, aliás, assenta seu pé direito.
>
> Por onde anda o teólogo da libertação? Você o encontra nas bases. Ele está ligado a uma comunidade concreta, inserido vitalmente nela. Exercendo o serviço da iluminação teológica, ele pertence à caminhada da comunidade. Você pode surpreendê-lo em um fim de semana nalguma favela, num grupo de periferia ou numa paróquia rural. Lá está ele, caminhando com o povo, falando, aprendendo, ouvindo, interrogando e sendo interrogado. Não há o teólogo puro, só teólogo, que sabe apenas Teologia.

### 2.3.3. Pontos de convergência

É certo que existem pontos de convergência entre as referidas visões teológicas. Um primeiro ponto de encontro decorre da dimensão política no qual se insere a teologia da libertação e que compreende a injustiça social com um problema estrutural e sistêmico, que não pode ser solucionado por simples ações individuais ou piedosas implementadas pelos irmãos de fé. Tanto para a fé católica, como a reformada, a transformação social só poderá ser alcançada através da mudança das estruturas políticas e econômicas que perpetuam a desigualdade.

Nessa ordem de ideias, a atuação política busca inserir o indivíduo oprimido socialmente na participação ativa e consciente na luta por transformação social e política, a fim de que se tornem sujeitos históricos da própria libertação.

Percebe-se, portanto, que a Teologia da Libertação não procura instrumentalizar o homem, ou seja, utilizá-lo como um meio para se atingir um fim, no caso, a libertação, mas conscientizá-lo acerca da sua própria condição humana.

Um segundo ponto de semelhança se dá no plano da prática, uma vez que referidos campos teológicos buscam promover a organização de movimentos populares e o

engajamento político de partidos políticos, principalmente daqueles que defendem pautas progressistas, e que atuam na luta por reformas sociais e defesa intransigente dos direitos humanos, o que acaba por rotular a teologia da libertação, como sendo uma vertente teológica do marxismo.

Esta acusação ocorre principalmente por conta da afinidade teórica existente entre a TL e o marxismo, e que pode ser sintetizada na visão de Sofiati, Coelho e Camilo, da seguinte forma:

> Destacamos seis características que possibilitam a confluência entre as duas estruturas históricas, a teologia da libertação e a abordagem marxista, sem que necessariamente se fundam. Entre essas características, temos (1) a crítica do individualismo, (2) a injustiça como ponto central da elaboração teórica, (3) a visão universalista, (4) a concepção de sociedade centrada na comunidade, (5) a crítica ao capitalismo e (6) a esperança na transformação social. (2018, p. 125)

Desse modo, é certo que a TL não se constitui numa ideologia política, mas em genuína abordagem teológica que procura refletir sobre o papel da fé cristã na promoção da justiça social e libertação dos oprimidos.

Conclui-se, com isso, que apesar do desencontro existente tanto na dimensão institucional, como na forma de atuação, ambas vertentes da teologia da libertação se encontram no reconhecimento do oprimido como sujeito detentor de plena capacidade de compreensão acerca de sua condição de subalternidade.

## 3. A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO DE RUBEM ALVES

Neste capítulo apresentar-se-á a Teologia da Libertação de Rubem Alves, que conta com características de uma teologia imaginária. Por conta disso, se faz necessária uma breve exposição acerca da biografia do autor, que demonstra sua inegável intelectualidade.

### 3.1. Uma breve biografia do autor

A biografia de Rubem Alves foi retratada por Gonçalo Junior (2015), na seguinte obra: *É uma pena não viver: uma biografia de Rubem Alves*.

Nos diversos fatos da vida que envolvem Rubem Alves, pode-se destacar que sua atuação como teólogo, escritor e educador brasileiro. Nascido em Boa Esperança, Minas Gerais, em 15 de setembro de 1933 e falecido em Campinas, São Paulo, aos 19 de julho de 2014. Recebeu formação teológica pela Faculdade de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, tendo dedicado seus estudos também à psicanálise, formando-se em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Além disso, também estudou Filosofia na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos.

Além disso, atuou como pastor presbiteriano, mas logo se afastou da igreja e passou a se dedicar à educação, tendo exercido a atividade de professor universitário em diversas instituições, incluindo a Universidade Federal de Campinas (Unicamp), onde foi professor titular da Faculdade de Educação.

No campo teológico é destacado como sendo pioneiro na elaboração da Teologia da Libertação na vertente protestante, inspirando com isso o desenvolvimento do presente trabalho.

### 3.2. Uma Teologia imaginária

Rubem Alves desenvolve sua teologia de uma forma bastante peculiar, uma vez que utiliza a dimensão poética para exprimir sua compreensão a respeito de Deus, bem como da própria ciência que se propõe a estudá-lo. Assim, para o autor em análise, a teologia pode ser definida da seguinte forma:

> Teologia não é rede que se teça para apanhar Deus em suas malhas, porque Deus não é peixe, mas Vento que não se pode segurar.

> Teologia é rede que tecemos para nós mesmos, para nela deitar o nosso corpo. Ela não vale pela verdade que possa dizer sobre Deus (seria necessário que fôssemos deuses para verificar tal verdade); ela vale pelo bem que faz à nossa carne (p. 12-13)

Observa-se, com isso, que a construção estética do texto do autor em questão o coloca como defensor de uma teologia imaginária, na medida em que procura representar a dura realidade através da poesia como instrumento de criação artística.

De acordo com Filho e Lima (2020, p. 840), que desenvolveram pesquisa sobre a característica da teologia imaginativa presente na obra literária do escritor C. S. Lewis, existe uma longa tradição no campo teológico de expressar as reflexões acerca de Deus, através da literatura de fantasia. Assim, nas palavras dos autores em questão:

> Há uma longa tradição cristã de produzir o que estamos denominando de teologia imaginativa, isto é, uma teologia que não se preocupa em se expressar de maneira racional ou sistematizada. Antes, esta teologia imaginativa pretende veicular suas reflexões pela via da literatura de fantasia, que lida com o maravilhoso, o extraordinário, o fora do normal. Esta tradição remonta pelo menos até John Bunyan no século XVII, e que terá expressão no XIX com autores como George Mac Donald, e, mais recentemente, no século passado, por autores como J. R. R. Tolkien, Charles Williams e C. S. Lewis.

Vale registrar que os constantes devaneios poéticos que caracteriza a teologia de Rubem Alves, é resultado de sua admiração pelo escritor francês Gaston Bachelard, de quem buscou inspiração para pensar por imagens e não por conceitos. Como o próprio autor se define:

> Não sou filósofo porque não penso a partir de conceitos. Penso a partir de imagens. Meu pensamento se nutre do sensual. Preciso ver. Imagens são brinquedos dos sentidos. Com imagens eu construo estórias (ALVES, 1999).

Esta perspectiva poética denota ainda a intencionalidade do autor de desenvolver uma teologia que possa servir como instrumento de consolação e libertação para os espíritos cativos. Uma teologia que não se manifesta pela estática da racionalidade, mas pela dinâmica que a dimensão imagética promove no indivíduo, que visualiza e representa na sua consciência, aquilo que a linguagem lhe apresenta.

Neste sentido, merece transcrição uma passagem interessante da obra do autor que bem demonstra o caráter imaginativo de sua teologia, e que se mostra presente no prefácio *Sobre Deuses e Caquis* da obra *Por uma teologia da libertação*, e que utiliza do método imaginativo para tecer críticas à reticência dos teólogos conservadores frente ao frescor da novidade:

> Teólogos são frequentemente, galos que discutem qual a partitura certa: que canto entoar para que o sol levante? Neste sentido, conservadores fundamentalistas não se distinguem em nada dos teólogos científicos que se valem de métodos críticos de investigação. Todos estão de acordo em que existe uma partitura original, revelada, autoritativa, e que a tarefa da teologia é tocar sem desafinar. As brigas teológicas são discussões sobre se a tonalidade é maior ou menor, ou se o sinal é bemol ou sustenido. Uns querem que seja tocada com orquestra de câmara outros afirmam que o certo é tocar com banda. Qualquer que seja a posição, todos afirmam que existe um único jeito de tocar a música. Usando palavras de Lutero, "*unum simplicem solidum et constantem sensum*" – o sentido uno, puro, sólido e constante. Desafinações, variações ou modificações trazem consigo o perigo de alguma grave consequência. (Ob. cit., p. 18).

Desse modo, a Teologia da Libertação desenvolvida por Rubem Alves na obra *Por uma Teologia da Libertação*, não se caracteriza como um texto dogmático, mas como uma aventura poética que conduz o leitor ao campo do imaginário, como se percebe, por exemplo, quando o autor afirma

que “o amor é aquilo que Deus faz a fim de tornar o homem livre” (2020, p. 171).

Assim, ao invés de teologizar por uma lente preponderantemente científica, Rubem Alves discorre sobre a teologia da libertação por intermédio de uma linguagem de liberdade, ou seja, “de uma nova linguagem de fé que pudesse exprimir a visão e a paixão pela libertação humana” (2020, p. 203).

É a liberdade poética que liberta o homem da opressão para que possa ocorrer o encontro com o Criador.

## 4. A TEOLOGIA PROTESTANTE DA LIBERTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo busca-se responder ao seguinte questionamento: De que forma os teólogos protestantes podem utilizar a Teologia da Libertação como instrumento de ação política visando à transformação da realidade social das pessoas excluídas no Brasil contemporâneo?

A resposta a este questionamento encontra-se no sexto capítulo da obra *Por uma teologia da libertação* de Rubem Alves. Para o autor em referência o processo de libertação dos oprimidos passa por uma nova linguagem de fé que procure “tornar o homem historicamente liberto dos poderes que o mantêm escravizado” (2020, p. 203).

Esta nova linguagem demanda uma reflexão acerca da historicidade e o devir imaginário da libertação, que serão expostos a seguir.

### 4.1. A historicidade do cativeiro

De acordo com Rubem Alves o processo de libertação apresenta uma historicidade, ou seja, um conjunto de fatores que impulsionam o homem a lutar por sua emancipação. Nas palavras do autor:

> O passado e o futuro não permanecem, entretanto, dimensões abstratas do tempo. O passado é lembrado e o futuro esperado a partir de um presente histórico e em seu benefício. É quando o homem sente as dores e contradições do presente e se mostra comprometido com a sua libertação que o passado adquire a determinação em favor do presente e, assim, fornece a ele uma nova dimensão de negação e uma nova possibilidade de esperança. (2020, p. 206)

Por outro lado, a compreensão dos elementos indispensáveis ao processo de libertação ocorre pela linguagem, que ganha importante destaque na obra do autor.

Para Alves (2020, p. 205):

> A linguagem, assim, constitui nada mais nada menos que uma nota de rodapé aos acontecimentos que, num momento específico, forneceram o vetor e a confiança quanto às possibilidades de libertação humana em meio à história. Em decorrência, ela não serve de trampolim para uma realidade transcendental, mas fornece uma leitura crítica dos “jornais”, convidando, ou melhor, chamando o ser humano à participação responsável na arena da história.

Percebe-se que na teoria do autor em questão a linguagem não se constitui em simples mecanismo comunicacional ou mesmo em instrumento para acessar o mundo transcendental, bem como para explicar o mundo natural, mas numa importante ferramenta para compreender a materialidade das relações sociais.

Assim, é a partir desta percepção de *mundo vivido*, de que fala a fenomenologia, que ocorre o chamado à libertação.

Nesse ponto, percebe-se, ainda que forma bastante sutil, a crítica do autor ao caráter meramente dogmático da teologia, que despreza o clamor que ecoa do cativeiro, ou seja, do chamado real de libertação pelos oprimidos.

A falta de compreensão acerca da historicidade do cativeiro, na perspectiva do autor, promove uma forma de alienação, já que a luta pela liberdade corresponderia a uma simples ideia ou sentimento de esperança desconectada da realidade, ou seja, uma utopia irrealizável.

Portanto, para Alves (p. 2020, 136): "A linguagem bíblica a respeito de Deus, portanto, não descreve uma ontologia ou uma metafísica. Ela se refere ao que ocorreu, ocorre e poderá ocorrer na história."

Neste ponto, o caráter histórico do cativeiro, observável principalmente pela experiência libertadora do povo de Israel, promove o surgimento de uma nova linguagem: A linguagem da liberdade.

Desse modo, por existir um chamado para a liberdade, que ecoa durante toda a história, a partir dos inúmeros cativeiros que atualmente podem ser representados pelas formas de opressão econômica e subalternidade imposta às mulheres, negros e integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, devem os teólogos protestantes da libertação, no contexto atual, atender a esta conclamação, para socorrer àqueles que são submetidos a diversas formas de violência.

### 4.2. O devir imaginário da libertação

Na Teologia de Rubem Alves, observa-se que a libertação dos oprimidos se manifesta no tempo presente e no devir de novas conclamações.

O sentido desta concepção decorre do fato de que o poder, por não ceder à tentação de abandono, acaba por encontrar novos mecanismos que possam dar sustentação à sua permanência, ainda que sujeitando pessoas à sua vontade. Além disso, a historicidade do povo de Deus no Antigo Testamento demonstra que o processo de libertação jamais deve ser tido como superado, dado os constantes ciclos existentes entre a experiência do cativeiro, e o desfrute da liberdade.

Desse modo, dada a dinâmica de modificação das formas de violência e opressão, é que se manifesta o devir da libertação, que compreende um constante movimento de luta por transformação social e pessoal, e que deve se adequar frente aos arranjos sociais que buscam perpetuar as estruturas de poder que promovem a opressão e exclusão de determinados grupos.

Assim, o devir da libertação opõe-se ao conceito de fim da história, inicialmente defendida pelo hegelianismo, e posteriormente retomada por seus adeptos, após a queda do muro de Berlim em 09 de novembro de 1989, e que propõe a estabilidade das relações sociais pela consolidação dos ideais ocidentais representados no sistema capitalista de produção, bem como pela forma de governo liberal-democrata, em oposição aos regimes totalitários.

O mais destacado defensor dessa perspectiva é Francis Fukuyama, que em 1989 publicou o famoso artigo *O fim da história*, posteriormente transformado no livro *O fim da história e o último homem* (1992)[1], onde defendeu que a consolidação do sistema capitalista e da democracia liberal constituiriam o triunfo da história da humanidade, sobretudo pela derrocada dos regimes fascista e socialista.

Contudo, para Rubem Alves, o caráter histórico do processo de libertação, não somente permite encontrar no passado o combustível necessário para impulsionar o movimento de luta, como também impede o reconhecimento da superação das contradições sociais caracterizadas pelo próprio sistema capitalista de produção. Nas palavras do autor:

> Quando a comunidade de fé fala, ela expressa uma experiência histórica na qual nenhum presente é final. Sua inteligência engajada sofre com as dores do presente, indicando o elemento de inverdade nele existente. Quando ela se recorda, defronta-se com a história de uma política de libertação em marcha que, para libertar as boas dádivas do presente (daquilo que hoje as reprimem) num novo amanhã, precisa ser negativa. Tal memória, apesar de não ser a origem da atitude crítica para com o presente (pois que esta atitude se deriva da inserção de alguém em suas dores), informa tanto a atitude crítica face ao presente como a esperança quanto a um novo futuro. (Ob. cit., p. 207)

[1] FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Nesse contexto, dada a necessidade de constante alerta frente às novas formas de opressão que surgirão num horizonte não tão distante assim, é que se faz indispensável, segundo o autor, a dimensão imaginária da fé, uma vez que promove no indivíduo a representação consciente, pela linguagem, acerca do seu papel histórico. Vale frisar que este devir imaginário da libertação, na visão do autor, não consistente em simples elucubrações vazias e desgarradas da realidade, mas encontra na materialidade terrena sua fonte de inspiração:

> Contudo, como acontece com a linguagem da ciência, tal função somente é possível quando a imaginação permanece inserida nos fatos, como uma inteligência engajada. É somente quando a imaginação tem suas raízes mergulhadas nos fatos que a esperança, na qual ela é capaz de pensar, permanece com expressão daquilo que é possível para história. A transformação da história de acordo com a esperança exige, assim, que a imaginação continue fiel à terra. (Ob. cit., p. 211)

Por isso, o devir da libertação impõe um dever de solidariedade com os pobres e oprimidos, pois como lembram Boff e Boff (2022, p. 18):

> A grande pergunta que se coloram nos inícios e que vale nos dias de hoje, pois se trata da questão que vai julgar o cristianismo de nosso tempo, era e é: como ser cristão num mundo de miseráveis e injustiçados? A resposta não podia ser outra: só seremos seguidores de Jesus e verdadeiros cristãos, se formos solidários com os pobres e vivermos o evangelho da libertação.

Assim, verifica-se a necessidade da aplicação pelos teólogos protestantes de uma Teologia que contemple a existência de um Deus que atenda aos anseios dos oprimidos, não somente no tempo presente, mas pelas gerações vindouras, até que se alcance a completa libertação.

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho buscou compreender a Teologia Protestante da Libertação de Rubem Alves. Para tanto, foram utilizados os métodos bibliográfico e descritivo-argumentativo, inclusive para contemplar o objetivo geral do estudo, que foi demonstrar que a Teologia Protestante da Libertação pode ser utilizada como importante instrumento de transformação social dos excluídos no Brasil.

Portanto, o instrumento de pesquisa utilizado, no caso, revisão bibliográfica, permitiu a adequada compreensão a respeito do pensamento de Rubem Alves, acerca da teologia protestante da libertação, bem como da possibilidade de sua utilização no atual contexto social brasileiro.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou atingir resposta satisfatória ao problema que foi formulado, acerca da possibilidade da utilização da Teologia da Libertação como instrumento de ação política para transformação da realidade social das pessoas excluídas.

Para se atingir uma compreensão do objetivo geral, definiu-se a necessidade de aproximar os teólogos protestantes da Teologia da Libertação de Rubem Alves. Verificou-se que a pecha de heresia que gravita em torno da TL, bem como a diminuta compreensão a respeito da teoria formulada pelo autor em questão - talvez pela sua forma erudita, representam fatores impeditivos desta aproximação.

Depois se distinguiu a teologia da libertação do marxismo, momento que se demonstrou que o marxismo constitui uma importante chave teórica para identificar as formas de opressão que ocorrem no interior das sociedades capitalistas.

Em seguida, identificaram-se as formas de opressão no Brasil e os grupos sociais a ela submetidos, apontando que a historicidade e o devir da libertação, como instrumentos presentes na Teologia Protestante da Libertação de Rubem Alves,

podem auxiliar os teólogos na tarefa de transformar a realidade social dos oprimidos.

Com isso, a hipótese do trabalho de que a Teologia da Libertação de Rubem Alves pode se constituir em importante instrumento de transformação da realidade social dos oprimidos no Brasil contemporâneo se confirmou, uma vez que o devir da libertação, como apresentado pelo autor, permite reacender a chama da solidariedade aos pobres e oprimidos.

Desse modo, a conclusão que se atinge indica que os teólogos protestantes podem utilizar as categorias da historicidade do cativeiro e o devir da libertação, para refletirem acerca da criação de instrumentos de ação política, como por exemplo, projetos sociais de creche comunitárias, cursos profissionalizantes, redes de apoio e assistência social, visando a transformação da realidade social das pessoas excluídas no Brasil contemporâneo, que atualmente podem ser representadas por mulheres, negros e integrantes da comunidade LGBTQIAPN+.

## REFERÊNCIAS


ALVES, Rubem. ***Por uma Teologia da Libertação***. São Paulo: Fonte Editorial, 2020.

ALVES, Rubem. O que é científico**? Psychiatry on line Brasil.** v. 4, n. 1. Janeiro de 1999. Disponível em: https://www.polbr.med.br/ano99/cientif1.php. Acesso em: 07 de mar de 2023.

ALTIR, Oscar. The extent of poverty in Latin America. World Bank Staff Working Paper n. 522, Washington D. C., World Bank, 1982 *apud* CARDOSO, ELIANA; FISHLOW, Albert. Desenvolvimento econômico na América Latina: 1950-80. Trad. Alunos da EPGE. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 44, n.3, p. 311-335, jul/set 1990. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/456/6647. Acesso em 06 mar. 2023.

ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL: mapeamento das Ditaduras militares na América Latina dos anos 1960-70. [*S. l.*]: **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**, 1998. ATLAS. Disponível em: https://atlas.fgv.br/marcos/revolucao-de-1964/mapas/ditaduras-militares-na-america-latina-dos-anos-1960-70. Acesso em: 27 mar. 2023.

AUERBACH, Erich. **Mimesis:** a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOFF, Clovis; BOFF, Leonardo. **Como fazer Teologia da Libertação**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativeiro e da Libertação**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Panorama Social de América Latina y el Caribe, 2022 (LC/PU. 2022), Santiago, 2022.

CONE, James Hal. **O Deus dos oprimidos.** 1ª ed. Trad. Josué Xavier. São Paulo: Paulinas, 1985.

CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. **Libertatis nuntius**. Instruções sobre alguns aspectos da teologia da libertação. São Paulo: Paulinas, 1984.

CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. **Libertatis conscientia**. Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação. São Paulo: Paulinas, 1986.

CORTINA, Adela. **Aporofobia:** a aversão ao pobre. Um desafio para a democracia. Trad. Daniel Fabre. São Paulo: Contracorrente, 2020, p. 34. E-book Kindle.

COSTA, Antônio Carlos. **Teologia da Trincheira:** reflexões e provocações sobre o indivíduo, a sociedade e o cristianismo. 1ª ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2017.

COSTA, Fabrício Roberto; ZANGELMI, Arnaldo José; SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 33-50, 2010. DOI: https://doi.org/10.12957/intratextos.2010.1759. Acesso em: 23 mar. 2023.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 4ª ed. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Editora Nacional, 1966.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano:** a essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. 4ª ed. São Paulo: Martins fontes, 2018.

FILHO, Carlos Caldas; LIMA, Evane Adegundes Soares. A teologia imaginativa de C. S. Lewis: o sobrinho do mago e a visão lewisiana da criação. **Caminhos:** Revista do Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Goiás. v., n. 2020, Goiânia. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/8139. Acesso em 16 mar 2023.

FREIRE, Francisco das Chagas de Oliveira. A teologia crítica de Kant: da fé racional à fé reflexionante. **Revista de Cultura Teológica**. N. 99, mai/ago.2021. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/53427#:~:text=Trata%2Dse%20de%20uma%20necessidade,entre%20em%20contradi%C3%A7%C3%A3o%20consigo%20mesma. Acesso em 06 mar 2023.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GONÇALVES, Alonso S. Uma linguagem pública para a teologia. **Revista Eletrônica Correlatio**, v. 14, n. 27, jun. 2015. DOI: https://doi.org/10.15603/1677-2644/correlatio.v14n27p43-51. Acesso em 25 set. 2022.

JOAS, Hans. **A sacralidade da pessoa**: nova genealogia dos direitos humanos. 1 ed. trad. Nélio Schneider. São Paulo: Unesp, 2012.

JUNIOR, Gonçalo. **É uma pena não viver:** uma biografia de Rubem Alves. 1ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

LAGO, Davi. **Brasil Polifônico**: os evangélicos e as estruturas de poder. 1ª ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2018.

LÔWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação? Religião e Política na América Latina**. Trad. Vera Lúcia Mello Josceline. 2ª ed. Expressão Popular: São Paulo, 2016.

PINTO, Paulo Mendes. Linguagem e Religião: um jogo, de racionalidade, de identidade, de fundamentos. **Revista de Estudos da Religião**, nº 4, 2002, p. 81-98. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2002/p_pinto.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **Teologia da Libertação:** revolução e reação interiorizadas na Igreja. Orientadora: Denise Rollemberg Cruz. 2006. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/924.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

SOFIATI, Flávio Munhoz; COELHO, Allan da Silva; CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. Afinidades entre marxismo e cristianismo da libertação: uma análise dialético-compreensiva. **TRANS/FORM/AÇÃO: Revista de Filosofia**, v. 41, p. 115-134. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/6954. Acesso em 25, mar. 2023.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 21.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus**: quem são os evangélicos e por que eles importam. 1ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

TOSTES, Angélica. Os evangélicos da libertação: um breve resgate. Revista **Carta Capital,** 26 de janeiro de 2022. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/os-evangelicos-da-libertacao-um-breve-resgate/. Acesso em: 06 mar. 2023.

VYGOTSKY, Lev Semenvich. **A construção do pensamento e da linguagem.** 1ª ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 1ª ed. Trad. José Marcos Mariani. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

# PRENOME DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO JURÍDICA

*Cássia Pinto de Azevedo*
*Graduada em Direito pela FMU.*
cahh_carey@hotmail.com

*Luiz Eduardo Alves de Siqueira*
*Bacharel em Direito. Mestre e Doutor pela USP. Professor universitário no curso de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas. Assistente judiciário no Tribunal de Justiça de São Paulo.*
professor.luizeduardo@uol.com.br

**Resumo**

Este artigo científico tem como intuito fortalecer a importância da evolução jurídica e retrocede no tempo, elencando, defendendo e esclarecendo a importância da evolução do direito em sociedade sobre a evolução do prenome de transexuais e travestis: análise da evolução jurídica, pautado no bem estar social de minorias que buscam o reconhecimento básico de dignidade da pessoa humana, no que tange ao direito de personalidade, voltado à retificação civil de acordo com suas identidades de gênero, visando ao reconhecimento humanitário, digno e apoiado em princípios fundamentais e constitucionais.

***Palavras-chave:*** *direito de personalidade; retificação do registro civil; direito civil; transexualidade.*

## PRENAME OF TRANSSEXUALS AND TRANSVESTISES: ANALYSIS OF LEGAL EVOLUTION

**Abstract**

This scientific article aims to strengthen the importance of legal evolution and goes back in time, listing, defending and clarifying the importance of the evolution of law in society on the evolution of the first name of transsexuals and transvestites: analysis of legal evolution, based on well-being of minorities who seek the basic recognition of the dignity of the human person, with regard to the right to personality, based on civiler certification according to the gender identities, aim in get humanitarian recognition, dignified and supported by fundamental and constitutional principles

***Keywords:*** *Personality rights; Rectification of the Civil Registry; Civil Rights; Tran sexuality.*

**Sumário**

Introdução; 1. Sexo Biológico e Transexualidade; 1.1 Identidade de Gênero e Transexualidade; 1.2 Pluralidade de Gêneros nos Povos Originários; 2. Direito de Personalidade e Direitos Fundamentais; 2.1 A Importância do Direito de Personalidade para os Transgêneros; 2.2 Do Direito ao Nome; 2.3 Violação dos Direitos Fundamentais de Pessoas Transexuais no Brasil; 3. Invisibilidade nos Registros Públicos de Pessoas Transexuais e Travestis no Brasil; 3.1 A Retificação de Registro Civil com Dados Históricos; 3.2 ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275; 4. Evolução no Direito Civil e Registros Públicos de Pessoas Transexuais e Travestis no Brasil; 4.1 Alteração de Prenome de Transgêneros Pós ADI 4275; 4.2 A Nova Lei 14.382/2022 e a Efetivação Eletrônica de Registros Públicos; Conclusão; Bibliografia.

## INTRODUÇÃO

O gênero biológico humano, historicamente é atrelado ao órgão sexual com o qual o indivíduo nasce; as pessoas em sua vasta pluralidade no seio da humanidade quando não se identificam com seu sexo biológico, enfrentam diversas condições de segregação e desamparo no convívio com os outros.

Este artigo tem a responsabilidade de afastar dentro de suas limitações espaciais, o obscurantismo cultural e estrutural repetidamente costurado de forma equivocada em padrões morais, religiosos e de costumes, contra o direito da população das pessoas mencionadas como minorias, quando se trata de seres humanos. Trata-se de um debate acerca da concepção de pluralidade das pessoas e dos costumes, portanto, jamais a discussão em questão poderá enveredar pelo caminho da separação de grupos minoritários.

Não importando a qual minoria o indivíduo pertença socialmente, os direitos e deveres civis são plurais e atendem a todos; o próprio Estado de Direito garante às minorias a plena possibilidade de se conviver em sociedade e, além disso, tem o Estado o dever de garantir a aplicação do Direito sem qualquer limitação baseada em diferenças individuais.

No âmbito social, a pessoa transexual precisa lidar com uma lista de situações descriminatórias, com o preconceito e exclusões. Assim, o sofrimento das pessoas transgêneras não se limita apenas à própria auto rejeição; estende-se à vida social, de todos os dias, com massiva negação de oportunidades de trabalho no mundo formal, restando via de regra apenas a marginalização e a prostituição; um dos fatores que mais se revela como atritivo é o conflito decorrente do nome de registro primário atribuído pelos pais no cartório civil de registro de pessoas naturais e o nome que expressaria sua própria identidade, subjetivamente concebida.

Além de esbarrar com o preconceito social, grande parte dos empregadores tendem a sentir desconforto frete à ideia de contratar uma pessoa que apresenta tal dualidade, com um registro em nome de um gênero, e sua identidade e construção comportamental totalmente contrária àquele nome. Essa discriminação ofende diretamente os Direitos da Personalidade e o Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, princípios os quais, uma vez unidos, visam justamente a frustrar práticas discriminatórias de qualquer espécie.

Por fim, para o desenvolvimento do presente artigo, foi usado o método de pesquisa em documentos físicos e eletrônicos, documentos estes que confirmam as dificuldades enfrentadas pelos transexuais, bem como toda a estruturação arcaica do Poder Judiciário, que não trata as pessoas transexuais e travestis de forma respeitosa e de acordo como se autodeclaram, afirmando pelo avesso a importância da identidade de gênero como um papel fundamental, amparado no direito de personalidade. O direito ao nome é a coluna principal que levará ao entendimento evolutivo deste artigo; trata-se de assunto delicado socialmente, pois a diversidade é tratada como pauta moral no Brasil. Além disso, tem como objetivo elencar todas as dificuldades dentro das possibilidades do problema em tela.

Firmando que o direito é para todos, com base constitucional e jurisprudencial, após a ação direta de inconstitucionalidade julgada e referendada pela Suprema Corte brasileira, conta com consulta bibliográfica, bem como com leituras extensas de artigos similares em revistas científicas de Direito, com o objetivo de responder à problemática dentro das possibilidades do campo do saber e busca com isso, enriquecer os questionamentos que cercam esse problema.

## 1. SEXO BIOLÓGICO E TRANSEXUALIDADE

O sexo biológico é a definição natural pela qual o indivíduo é identificado antes mesmo do nascimento, através de exames de imagem, que apuram o sexo biológico do feto de acordo com sua genitália. A partir daquele momento se começa a imaginar como aquele ser humano se comportará, de acordo com o sexo biológico, que é desenvolvido de forma natural na concepção.

O fato é que existem pessoas que fogem das regras de comportamento social determinadas pelos costumes. Há casos de pessoas nas quais o sexo biológico conflita com sua identidade de gênero.

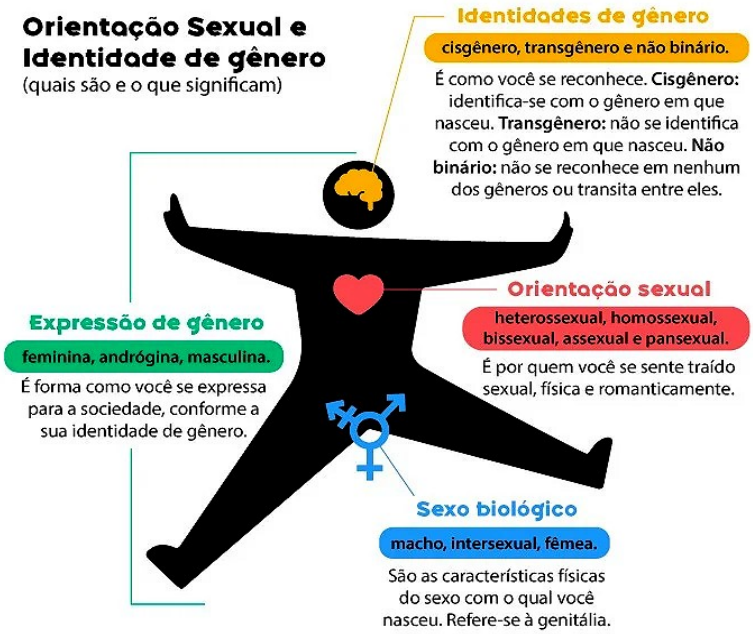
A identidade de gênero é a concepção do humano quanto ao seu pertencimento identitário, a forma pela qual se reconhece e que, muitas vezes, diverge do alinhamento quanto ao sexo de nascimento, típica da posição de cisgênero, ou seja, das pessoas que se identificam com seu sexo biológico.

O sexo biológico é definido geneticamente na concepção; as mulheres apresentam cromossomos iguais - XX e os homens possuem cromossomos XY. Tais consequências genéticas, que definem a configuração do corpo, nem sempre coincidem com a construção da personalidade, processo definido por fatores identitários e de pertencimento social, estes de natureza mental e subjetiva.

Socialmente, é comum que as pessoas percebam e definam os outros a partir da configuração de suas genitálias, mesmo que alguns não se identifiquem com seu sexo de nascimento. Essa assimetria que se expressa pelo alinhamento ou desalinhamento entre as expectativas sociais e a identidade pessoal é capaz de estabelecer na vida de um ser humano que foge à padronização dos costumes, inúmeras situações de exclusão e de exposição a preconceitos.

O sexo biológico não deveria se tornar uma prisão para os seres humanos, uma vez que a mente humana é dotada de grande plasticidade. A subjetividade se define pela pluralidade humana, da qual decorrem possibilidades diversas. Humanamente, não cabe medir o outro a partir de um parâmetro estandardizado; somos uma imensidão de seres únicos, imperfeitos e plurais. Fugir à regra da identificação plena com o sexo biológico e se identificar mental e subjetivamente como pertencente a outro papel social de gênero, não faz de ninguém menor ou incapaz; é apenas uma das infinitas possibilidades da personalidade e da subjetividade humana.

***A complexidade desses fatores é claramente explicitada na figura1, abaixo:***




***Fonte: https://static.significados.com.br/foto/orientacao-sexual-e-identidade-de-genero.jpg***

***Acesso em: 07 Out 2022 às 09h59min***

Maria Helena Diniz versa sobre o assunto e deixa claro que não se trata de simples escolha. A transexualidade constitui a condição sexual da pessoa que rejeita a sua identidade genética e a sua própria anatomia, identificando-se psicologicamente com o gênero oposto. Em suas palavras:

> "trata-se de uma anomalia surgida no desenvolvimento da estrutura nervosa central, por ocasião de seu estado embrionário que, contudo, não altera suas atividades intelectuais e profissionais, visto que em testes aplicados apurou-se que possui, em regra, um quociente intelectual (QI) entre 106 e 118, isto é, um pouco superior à média".[1]

A Menção ora realizada, ainda que datada de trabalho já vetusto, reforça o estudo ainda em seguimento em pleno ano de 2022, de que a transexualidade, tenha ligação com a esfera genética da formação da vida, diretamente ligada à formação do feto no ventre da genitora, por questões de excesso hormonal, que crie no feto o entendimento cerebral diferente de seu órgão genital, por este motivo sendo pertinente a citação doutrinária.

## 1.1 IDENTIDADE DE GÊNERO E TRANSEXUALIDADE

O distanciamento entre a mentalidade e o corpo biológico, resulta em uma disforia de gênero, pela qual o indivíduo se olha no espelho e rejeita sua imagem. Esse fenômeno é caracterizado como transtorno de identidade de gênero, termo que já foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no rol de doenças e transtornos mentais. Deixou de ser considerada como doença e saiu do rol de doenças mentais a partir de 2022. Com a decisão tomada no ano de 2018, finalmente reconhecendo que não é uma doença a desconformidade para com o sexo biológico.

Stuart Hall introduz a identidade como algo construído com o tempo, devido à evolução do ser humano em sociedade. Ele nos conta que...

> A identidade é realmente algo formado ao longo de tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo ''formada''. [...] em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ''preenchida'' a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos sermos vistos por outros.[2]

A identidade de gênero se entende então, como a condição de um indivíduo que não se identifica com seu sexo de nascimento, mas sua percepção de identidade é do sexo oposto.

Há algum tempo atrás não havia qualquer definição clara sobre esse tema, pois em uma sociedade conservadora em costumes, tudo o que foge à regra é visto como anormal e, portanto, duramente combatido. Com a falta de informação que promove a ignorância, torna-se então um tema fortemente proibido ou ainda, intocável.

O problema é que, por essa negligência em não se promover debate ou sequer tocar no assunto, recalca-se a importância do tema. Quanto mais uma sociedade discute temas sensíveis, mais evolui. Na área do Direito das pessoas mais ainda, pois, se o debate é plural, organizado e civilizado, acolhe muitos argumentos e assim se pode chegar a um denominador comum em prol da convivência civil e da construção de bases sólidas quanto à dignidade da pessoa humana, alçado no âmbito do Direito Civil das pessoas que compõem grupos minoritários.

Quando se trata de direitos, não se toca na palavra privilégios - erroneamente utilizada em argumentos rasos e imbuídos de preconceito, tendo em vista que o direito não escolhe lados; o Direito é uma garantia de todos os indivíduos e assim deveria ser.

[1] DINIZ, Maria Helena. **O Atual Estágio do Biodireito**. São Paulo: Saraiva, 2ª Edição, 2002, p.231

[2] HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 39.

Ainda no campo de entender o que seja a identidade de gênero, buscando a compreensão das diferenças, diversos filósofos descrevem uma visão diferente do que vem a ser o papel social de gênero.

Para Judith Butler, o gênero é um papel social, ou seja, independe do sexo biológico. O desempenho que o ser humano venha a exibir em sua vida social define o que ele é. Na visão filosófica e polêmica da autora, os papeis de gênero são construções sociais impostas; portanto, a partir do momento em que a pessoa nasce, recebe "cartilhas impositivas" às quais ela deve seguir e, do seu ponto de vista, o ser humano nasce puro dessas imposições e do desempenho dos papeis que os costumes da sociedade impõem.

Segundo Judith Butler:

> ... o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.(BUTLER, 2003, p.59)

Para a autora, o gênero é uma construção social, em que o indivíduo é aquilo que ele constrói com o tempo; é um entendimento filosófico polêmico, porém com cuidado de análise, o que é ser homem e o que é ser mulher, além das imposições que cada gênero tem desenhado por padrões morais e comportamentais de cada cultura e de cada civilização?

O gênero ultrapassa os corpos naturais, tendo comportamentos desenhados socialmente, de acordo com o gênero atribuído a cada indivíduo; nesse prisma se estabelece o papel social, que cada ser humano tende a reproduzir e se comportar de acordo com o gênero a que pertence, seja de forma natural condizente com seu sexo biológico no caso de pessoas cisgêneras, ou por autodeclaração no caso de pessoas transexuais e travestis.

## 1.2 PLURALIDADE DE GÊNERO NOS POVOS ORIGINÁRIOS

As indagações filosóficas levam a pensar nas primeiras civilizações da humanidade que, ao longo da história, romperam com o modelo binário de gênero, aquele que atribui papéis de gênero de acordo com o sexo biológico.

No México existiu um povo chamado ***''Muxes Y Nguiu''*** indivíduos pertencentes ao terceiro gênero do povo *Zapoteca*, no istmo de *Tehuantepec*, situado no Sudoeste do México; naquela cultura, os *Muxes* eram homens que vinham a assumir a identidade feminina, sem a necessidade de abrir mão de sua masculinidade, o que era considerado como condição de nascença. Eles acreditavam que a pessoa não tem escolha a não ser se tornar *Muxe*, pois se trata de algo que a pessoa carrega com ela e que era tido como sagrado. As pessoas nascidas sob essa condição se dedicavam a tarefas como bordado, decoração de festas e se relacionavam com homens que se definiam como heterossexuais.

***Fonte: https://outraspalavras.net/wp-content/uploads/2016/07/nativos-norte-americanos-reconheciam-5-generos-antes-da- chegada-dos-europeus-hoje-ativistas-retomam-o-termo-two-spirit_764005.jpg. Acesso em: 07 Out 2022 às 09h42min.***

Na América do Norte, diversos povos originários reconhecem as identidades de gênero não-binárias, às quais denominavam como *Two Spirits* (dois espíritos). A concepção para eles era a de que em um mesmo corpo habitava um espírito duplo, de dois gêneros, feminino e masculino. Tal ideia se aplicava às pessoas que desempenhavam papéis sociais atribuídos a ambos os gêneros, o que era costume corrente na maior parte das tribos originárias.

Na Indonésia, o maior grupo étnico do sul da região, denominado como BUGI reconhece não apenas duas identidades, mas cinco identidades de gênero: *Makkunrai* (Feminino), *Oroané* (Masculino), *Calabai* (Equivalente ao homem trans), *Calalai* (Equivalente à mulher trans), *Bissu* (União de todos os gêneros ou ainda os intersexuais e hermafroditas).

Na Índia**,** os *Aravani* reconheciam os *HURA*, como o terceiro gênero, o que era uma tradição ancestral. Os *HURA* são equivalentes às pessoas transexuais do Brasil, porém apenas no caso de transição do sexo biológico masculino para o feminino. Os *HURA* adotam logo cedo os papeis femininos, tradição baseada no *Mahabharata*, livro sagrado que norteia o hinduísmo. A história gira em torno do sacrifício de um homem perfeito; como nenhum rei queria oferecer suas filhas para casar com um homem condenado à morte, Lorde Krishna assumiu a forma feminina e casou-se com Aravan. Todos os anos então, durante a primeira lua cheia de abril, o povo que cultua essa crença se reúne em Koovagam para celebrar, identificando-se como a forma feminina de Krishna.

Todas as informações supracitadas a partir dos dados apresentados sobre aqueles povos que reconheciam outros gêneros em sua vasta população, foram coletados nos sites *outraspalavras.net* e *Aventuras na História* do UOL, devidamente mencionados nas referências bibliográficas deste artigo.

Vistas inicialmente as questões sobre gênero e transexualidade, bem como sua ocorrência em povos originários, passamos à necessária análise da proteção jurídica da questão, como meio para se tornarem os direitos humanos fundamentais, uma realidade para todas as pessoas. É o que se pretende fazer nos próximos verbetes.

## 2. DIREITO DE PERSONALIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS

### 2.1 A IMPORTÂNCIA DO DIREITO DE PERSONALIDADE PARA OS TRANGÊNEROS

No Brasil, o reconhecimento da possibilidade da troca de nome de registro de transexuais e travestis é uma luta que percorre a história. O nome é a primeira identificação de um ser humano, sendo direito de personalidade, consagrado ao momento em que a pessoa nasce e adquire a identidade. O nome expressa o afeto dos pais, elementos culturais diversos, referências a gostos e peculiaridades dos genitores. O nome da pessoa é, portanto, a parte mais importante para a identificação de um ser humano em sociedade, constituindo-se como pilar do direito da personalidade humana. As pessoas transexuais e travestis promoveram ao longo do tempo verdadeiras batalhas para buscar o reconhecimento do direito de usar um nome condizente com suas identidades de gênero.

No Congresso Nacional houve a propositura de um PL (projeto de lei) n° 5002/2013 intitulado João W. Nery - Lei de identidade de gênero, de autoria do Deputado Jean Wyllys, do PSOL/RJ, que o apresentou em 20/02/2013. O projeto leva o nome do primeiro homem transexual a ser operado para reconfiguração sexual no Brasil. O projeto foi arquivado em 31 de janeiro de 2019, em decorrência do avanço do conservadorismo que se verificou com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro.

Naquela ocasião, qualquer projeto baseado em pautas progressistas e que envolvesse os costumes no país, correria o risco de ser seriamente atacado e sumariamente rejeitado. O projeto do Deputado Jean Wyllys tinha como fundamento geral a possibilidade da troca do prenome das pessoas que se enquadram na condição de transexuais e travestis, sem a

necessidade de passar pelas pesadas burocracias de estado, típicas de um processo judicial.

Quando se requer judicialmente a retificação do prenome, se passa por diversos processos morosos e constrangedores; no procedimento processual comum, a pessoa transexual devidamente representada por seu patrono, precisa justificar mais de uma vez seus motivos para a troca de seu prenome. Nesse contexto, parece de pouca importância a busca por uma vida digna e isenta de preconceitos, os quais se fazem presentes pelo constrangimento produzido por um nome que não representa a identidade daquele indivíduo.

No processo de autorização judicial para a troca do prenome da pessoa transexual ou travesti, existiam diversas etapas, normalmente morosas em virtude da sobrecarga do sistema judiciário por diversas demandas; não desmerecendo a urgência ou a importância de qualquer outra demanda, a proposta do Projeto de Lei **João W. Nery - Lei da identidade de gênero** tinha como objeto a inclusão, o respeito e a preservação da dignidade da pessoa humana.

A proposta em questão tinha como intuito a celeridade e a simplificação do processo de retificação do prenome, o que se daria diretamente no Cartório de Registro Civil de pessoas naturais em que teve lugar seu assento de nascimento. No entanto, devido ao conservadorismo enraizado no Congresso Nacional, em volta de todo assunto que envolva pautas de costumes tidas como sensíveis aos conservadores, o projeto de Lei lastimavelmente não prosperou. A verdadeira perseguição rotineira às minorias inclusas na sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queers, agêneros e outros), constantemente aviltada em sua dignidade se concretiza pelas guerras de narrativas que atentam contra a humanização das minorias sociais.

Com a negativa do projeto de Lei, foi adiada a possibilidade de se alcançar celeridade e reconhecimento daquele Direito, o que acentuou a segregação das pessoas nessa condição. Fica assim clara a importância do Direito à Personalidade para os transgêneros em geral, carentes de compreensão e respeito.

## 2.2 DO DIREITO AO NOME

O direito ao nome é uma expressão do Direito de Personalidade; afinal o homem é pessoa natural, adquire imediatamente ao nascer o direito da personalidade; o direito ao nome está consagrado na legislação vigente, disposto na Constituição Federal no art. 5º, inciso LXXVI, alínea a**.** No caso dos transgêneros e de como será reconhecido posteriormente utiliza-se o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana combinado com o art° 16 do Código Civil Brasileiro, que diz que toda a pessoa tem direito ao nome. Citando diretamente o grupo de pessoas que tem esse direito negado por incompatibilidade com as pautas de costumes que obstruem o progresso social, se abre o questionamento contestador, no qual está o seguimento constitucional, afinal é regra a dignidade da pessoa humana e o direito de personalidade é mais que preciso.

O Nome é inalienável não sendo possível cedê-lo ou vendê-lo; irrenunciável sendo impossível abrir mão dele; é indivisível, pois não pode ser dividido ou decomposto e imprescritível com tempo indeterminado de uso, além de ser de suma importância na vida civil prática. Sendo assim, o nome possui função de individualização da pessoa humana, o que evita a confusão com outros indivíduos no convívio social. O nome é a origem, a conexão familiar e todos têm o direito ao registro de sua origem familiar, que passará de geração a geração. Nem a extinção da personalidade pela morte apagará o nome, a memória, as obras e tudo aquilo que a pessoa construiu, sendo possível sua menção pública por período infinito.

O nome é de grande importância na construção social da humanidade como o principal indicador da pessoa natural. O direito ao nome é uma ramificação dos direitos da personalidade, subjetivo e intrínseco a toda pessoa humana. O diploma que resguarda o nome, sua aplicabilidade e possibilidades é a Lei nº 6.015/73; o Código Civil também pacifica esse Direito e o Código Penal resguarda o nome, tipificando o crime de usurpação de nome alheio, o qual possui pena de detenção de seis meses a dois anos.

O nome é parte indispensável para a vida em sociedade e quando se avista com matéria que afeta uma minoria, e se encontra uma negativa à possibilidade de evolução, tal situação só favorece a discriminação e a desigualdade do acesso aos direitos que, em tese, são para todos.

Loureiro é enfático ao afirmar que "[...] *não pode existir pessoa natural sem-nome (necessidade); tampouco é possível a sua renúncia*."(2013, p.57).

## 2.3 VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NO BRASIL

Quando se trata na citação de Direitos Fundamentais dos transgêneros em geral no Brasil, se encontram casos reais com diversos abusos e claro descumprimento de normas básicas. O Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo, segundo dados do projeto *Transrespect versus Transphobya Worldwide (TvT)* da ONG *Transgender Europe (TGEU).* São muitos os casos de assassinatos cruéis e injustificados com requintes de perversidade que vitimam pessoas transgêneras, perpetrados com o claro intuito de infligir sofrimento prolongado antes da morte; e tais ações absurdas são cotidianas.

O que a pessoa trangênero enfrenta no dia a dia, apenas por existir e por buscar se inserir no mercado de trabalho formal, estudar ou simplesmente viver sua vida, se mostra repleta de negativas estatais absurdas. Uma delas, especificamente a que se refere ao respeito pelo nome social, mesmo que não a pessoa não tenha ainda realizado o procedimento para troca do nome diretamente em cartório - medida esta que já é possível legalmente e que será abordada posteriormente em tópico específico - encontra resistência continuada.

São inúmeras as negativas frente a Direitos estabelecidos pela ADI 4275, que autorizou a troca de prenome em cartórios de Registro Civil, sem a necessidade de cirurgia ou de decisão judicial. Ainda existem regiões em que os Cartórios de Registro se negam a seguir o Provimento n° 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça, utilizando-se de argumentos baseados em costumes ou crenças, o que não se justifica. O Estado é laico, o que visa garantir o equilíbrio e o livre exercício do Poder Judiciário.

MENU G1 CEARÁ

07/03/2017 16h45 - Atualizado em 08/03/2017 06h04

**Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário**

Travesti Dandara dos Santos, de 42 anos, foi agredida e assassinada. Polícia prendeu dois homens e apreendeu três jovens; um segue foragido.

Do G1 CE

***Fonte: Matéria Google Imagens G1 Noticias.***
***Acesso em: 07 Out 2022 às 11h25min***

Dandara foi enterrada com o nome masculino de registro; nem na morte foi respeitada sua autodeclaração de gênero. Mesmo o Brasil sendo participante do Pacto de São José da Costa Rica desde final da década de 1960, que elenca diversos deveres quanto ao cumprimento e à vigilância aos Direitos Humanos, ainda se verificam desrespeitos de toda ordem contra a população LGBTQIA+. Quase que diariamente, se encontram estampadas em manchetes de jornais ou em notícias de rodapé, mortes de pessoas trans,

vítima de violência extrema. Violações básicas do Direito de Personalidade como o direito ao uso do nome social, o de usar um banheiro

## 3. INVISIBILIDADE NO DIREITO CIVIL E REGISTROS PÚBLICOS DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO BRASIL

A evolução do tema perdurou por muitas décadas na invisibilidade até que um êxito considerável partiu de uma decisão do Supremo Tribunal Federal. O STF firmou entendimento para que a troca do prenome se desse diretamente nos cartórios de registro.

Os dados históricos sobre a luta por esse direito elementar são poucos e perdidos no tempo. Um dos casos mais famosos no Brasil envolveu Roberta Close – transexual reconhecida por sua beleza radiante, exposta em programas televisivos no final da década de 1980. Roberta travou varias lutas com a justiça à época, cuja decisão negou a retificação de seu nome, utilizando-se de argumentos baseados na produção de hormônios do sexo biológico, mesmo tendo Roberta se submetido à cirurgia de transgenitalização, que transformou seu órgão genital original em genitais femininos.

### 3.1 A RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL COM DADOS HISTÓRICOS

A Retificação de Registro Civil, antes mesmo dos entendimentos que deram base jurisprudencial ao tema, sempre foram assunto de extensa discussão. As pautas de costumes, erroneamente impostas por padrões morais e arcaicos, quando servem à negativa de um direito estabelecido, não encontram bases que as sustentem.

A Constituição estabelece que é princípio fundamental do Estado democrático de Direito a dignidade da pessoa humana. Como é possível se negar a alguém a retificação de seu nome em prol da preservação de sua dignidade com base em crenças de cunho pessoal?

condizente com sua identidade de gênero, são negados em triste cenário de discriminação, sem nenhuma observância à sua dignidade.

O próprio regramento máximo do país determina que o Estado seja laico e assim, todas as crenças e seus dogmas são contemplados pela liberdade de culto. Em contrapartida, não pode haver interferência dos dogmas religiosos nos direitos que pertencem a todos; não é o que se observava no Brasil, antes dos entendimentos judiciais favoráveis aos direitos dos transexuais.

Uma exigência comum em decisões de magistrados se referia à necessidade da cirurgia de transgenitalização, popular e erroneamente conhecida como troca de sexo. Essa intervenção consiste na reparação dos genitais da pessoa transexual que assim o desejar. A obrigatoriedade da cirurgia é uma violência contra a deliberação de vontade da pessoa humana, pois chancela uma obrigação e viola o direito de escolha. Nem todas as pessoas transexuais desejam se submeter àquela cirurgia; as necessidades de cada um são diferentes e não se devem padronizar as pessoas em uma condição única, uniforme.

O tratamento psicológico consome anos de aconselhamentos e conscientização das pessoas que desejam tal procedimento. Além disso, trata-se de um procedimento cirúrgico, que envolve riscos à saúde. Contudo, se observam casos de pessoas que, mesmo com a realização da cirurgia exigida, ainda assim receberam do Estado a negativa quanto à retificação de seu prenome e troca de seus documentos para ajustá-lo de acordo com sua identidade e orientação sexual e de gênero.

Foi o caso de Roberta Close, que chocou o país ao revelar sua verdadeira condição, o que foi de grande importância para as gerações atuais de transexuais e travestis.

A decisão que negou a retificação de seus documentos é arcaica, invisibilizou Roberta e a condenou a carregar um nome de registro que não guardava nenhuma relação para com sua identidade pessoal.

***Foto: Roberta Close na Infância e no Começo da Transição de Gênero***
***Fonte: Google Imagens. Acesso em 13 Out 2022 às 16h31min***

Em 21 de fevereiro de 1997**,** o então ministro Sydney Sanches, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou o recurso de Roberta Close, à época com 32 anos de idade, para mudança de seu nome. No voto do Relator do recurso de Roberta Close foi acolhido o parecer do Ministério Público Federal, que considerou que, por Roberta continuar produzindo hormônios masculinos – o que foi comprovado através de perícia - se impediria a alteração do registro civil. Tanto o ex-ministro Sydney Sanches quanto o ex- subprocurador da República Flávio Giron, que redigiu o parecer absurdo e arcaico, entenderam em suas fundamentações que a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desfavorável à retificação do nome de Roberta havia sido adequado.

A sentença do Tribunal de Justiça coletada no Jornal Folha de São Paulo, se fundamentou na premissa de que sexo não é opção, mas determinismo biológico, estabelecido na concepção. Também consta a avaliação de que "*existe prevalência do sexo natural sobre o psicológico*"; por se tratar de processo em **segredo de justiça**, o trecho foi retirado do jornal Folha de São Paulo, não existindo nenhum registro público do inteiro teor da referida decisão.

A Decisão afirma que não foi descumprido nenhum princípio constitucional, argumentando que a autora produz hormônios masculinos, portanto não poderia obter a retificação de registro.

Como exposto, o julgado de Roberta Close datado da década de 1990, seguiu o entendimento sem observância do princípio da dignidade da pessoa humana, impondo uma condição que torna uma pessoa famosa invisível civilmente e lhe nega a inclusão de um nome pelo qual a pessoa é reconhecida nacionalmente tratando-se de pessoa pública com notória fama e prestígio televisivo.

Roberta não desistiu; prosseguiu por décadas de batalha judicial e somente em 10 de março de 2005, quinze anos depois de sua primeira tentativa legal, conseguiu, finalmente, ter garantido o direito de mudar o nome de Luiz Roberto Gambine Moreira para Roberta Gambine Moreira.

Após o caso de Roberta, outras transexuais conseguiram êxito na Justiça, porém somente pessoas transexuais que fizeram a transgenitalização - a cirurgia que se tornou uma espécie de pré-requisito para a autorização judicial para a troca de nome - poderiam ser definidas pelo Estado quem seria apto ou não a ter garantido o direito mais básico que pode existir em uma sociedade moderna, plural e democrática: o nome.

Quando esse problema é levantando se enriquece o debate sobre a importância da garantia desse direito para todas as pessoas transexuais e travestis independentemente de

terem feito ou não aquela cirurgia, pois criar ainda mais dificuldades para um grupo que já sofre discriminações, apontamentos e negativas de direitos básicos diariamente, equivale ao carimbo da barbárie civilizatória. O SUS (Sistema Único de Saúde) oferece a cirurgia, porém, com morosidade e longa espera, que pode chegar a duas décadas. Já na esfera privada, a cirurgia chega a custar 70 mil reais, fora os demais custos, pois normalmente é realizada em países asiáticos; portanto, impor o procedimento cirúrgico como condição, atenderia ao Direito de poucas pessoas transexuais, mais uma vez praticando chancela elitista e não ao alcance de todos, pois como já foi explicitado, trata-se de uma minoria, muitas vezes sem emprego, sem apoio familiar, psicológico ou financeiro. Colocar a cirurgia como requisito obrigatório equivale a violar direitos humanos e regras constitucionais.

Luiz Edson Fachin, jurista e Ministro do Supremo Tribunal Federal assim leciona:

> A transexualidade tem o condão de relacionar de modo imbricado o direito à identidade com o direito ao corpo, de modo que a efetividade do direito à identidade só é possível com o livre exercício do direito ao corpo. A relação de transgêneros com seu corpo é essencial para a constituição de sua identidade, isto é, na forma em que se reconhecem e são distinguidos. Nesse sentido, portanto, o direito ao corpo como formador de identidade deve ser exercido em liberdade, por parte do transexual, de modo que há que se questionar a essencialidade da cirurgia de redesignação sexual para a mudança de nome civil e de sexo. (FACHIN, 2014, p38)

### 3.2 ADI – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4275

Em dois de março de 2018, o STF decidiu por unanimidade e de forma histórica, que todo cidadão tem o direito de escolher a forma que deseja ser chamado. Julgada a ADI n°4275 foi reconhecido então, que pessoas transexuais e travestis possam alterar o nome e o sexo no registro civil, sem a necessidade prévia de cirurgia de redesignação sexual. O princípio da dignidade da pessoa humana foi o termo mais utilizado em cada um dos votos dos Ministros.

Com a decisão, passou a se reconhecer a autodeclaração do direito de personalidade, desconsiderando a necessidade da comprovação psicossocial, outrora requisito fundamental nas ações de pedido de retificação de prenome junto ao assento de registro civil pleiteadas na Justiça Civil.

Passou a valer, após o entendimento histórico do STF, que basta ir ao Registro Civil no qual foi lavrado seu assento de nascimento e solicitar a mudança. O STF fundamentou sua decisão na inércia do Poder Legislativo quanto à aprovação de leis que definam a seguridade daquela população, o que gerou diversas discussões que alegavam ativismo judicial, o que deve ser descartado, pois ora todos os projetos de lei, visando a reparar o sofrimento da população minoritária em questão não chegaram nem a ser pautados para votação. A realidade é que normalmente qualquer tentativa de prosseguimento dos projetos de lei voltados àquela minoria é travada.

As minorias são costumeiramente esquecidas pelos representantes do poder legislativo; não se trata de um entendimento do campo de ativismo, mas da busca de reparação de princípio constitucional repetidamente negado e violado. Uma vez que somente o STF tem legitimidade para afirmar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de qualquer matéria discutida, foi exatamente o que se fez. Trata-se de ativismo positivo, que visa atender às demandas sociais não contempladas nas instâncias políticas de ordenamento da sociedade civil.

Assim constou na ementa:

> *'Há escalas de sofrimento diferentes na vida humana e esta continua invisibilidade, não se respeita a honra de alguém se não se respeita a imagem que tem.'*
>
> *Decisão: O Tribunal, por maioria, vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e, em menor extensão, os Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, julgou procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização ou da*

> *realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Redator para o acórdão o Ministro Edson Fachin. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 1º.3.2018.*

O STF reconheceu a repercussão geral no Recurso Extraordinário n° 640.422 RS e, em 2017, a 4ª Turma do STJ havia concluído que a identidade psicossocial prevaleceria em relação à identidade biológica, ou seja, a identidade de gênero prevalecerá sobre o sexo biológico, sendo descartada a intervenção cirúrgica de transgenitalização como requisito ou condição obrigatória para alteração do gênero em documentos públicos em geral.

Utilizou-se o reconhecimento constitucional do princípio da Dignidade da Pessoa Humana como coluna das decisões dos Ministros, por inércia legislativa e por se tratar de um tema delicado frente aos padrões morais e de costumes do nosso país. A matéria jamais prosseguiu nas Casas Legislativas, portanto, coube ao Supremo Tribunal Federal em matéria de inconstitucionalidade, decidir historicamente sobre o direito ao nome, algo tão básico para a identificação e respeito de um ser humano em sociedade, o que gerou críticas por parte de juristas pela afirmativa de que a ideia de ativismo judicial se desintegra com a constatação da inércia legislativa. É necessário assinalar que, enquanto o legislativo fechava os olhos para o assunto, não se ouvia qualquer crítica ao silêncio dos partidos e o de seus parlamentares.

Assim, foi publicado pelo Corregedor Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições, o Provimento n° 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça, o qual regulamenta normas aos Cartórios e Tabelionatos de todo o país, dispondo sobre a averbação da retificação do prenome. Foi um passo importante para a construção futura de um país mais igualitário, justo, e sem preconceitos para com os trangêneros. Necessário se faz que nos afastemos da denominada ''normalidade'' moral e religiosa em que se apóia a ideologia conservadora de extrema direita, tendo como objetivo eliminar atrasos no campo dos direitos humanos.

## 4. EVOLUÇÃO DO DIREITO CIVIL E REGISTROS PÚBLICOS DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO BRASIL

### 4.1 ALTERAÇÃO DE PRENOME DE TRANSGÊNEROS PÓS ADI 4275

Após a Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 4275, julgada favoravelmente em dois de março de 2018, que entendeu juridicamente a possibilidade da troca de pré-nome de pessoas transexuais e travestis no Brasil, a retificação foi simplificada e uniformizada pela publicação do Provimento n° 73/2018, pelo Conselho Nacional de Justiça, a ser realizada no Registro Público de pessoas naturais em que a pessoa foi registrada quando nasceu.

Os documentos necessários para o procedimento diretamente no cartório, elencados no Provimento n°73/2018 são: certidão de nascimento, cópia do RG; CPF; cópia do título de eleitor e comprovante de endereço. Laudos médicos ou psicológicos que atestem a transexualidade podem ser acrescentados, mas não são obrigatórios com base da decisão da Suprema Corte que reconheceu o valor da autodeclaração para embasar o procedimento.

As pessoas transexuais e travestis começaram a reunir os documentos necessários e a providenciar sua ida aos cartórios de registro civil para, utilizando-se da autodeclaração, solicitar a mudança de seu prenome. Contudo, ocorre que, mesmo com o Provimento e o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, pessoas transexuais e travestis ainda tinham a pretendida alteração de seu prenome negada, seja por desencontros de informações, pela má vontade de funcionários de cartórios e pela talvez preconceituosa desculpa de que não faria a alteração por não estar autorizado a realizar tal procedimento.

Mesmo depois da publicação do Provimento n° 73/2018, alguns cartórios, principalmente os de cidades pequenas, as pessoas aptas a realizar a retificação de seu prenome, com base nas condições estabelecidas na ADI recebia como resposta uma simples negativa, sem qualquer explicação.

Pouco a pouco começou a tomar forma e a celeridade determinada pela decisão do STF. Segundo matéria do Jornal do Comércio do Estado do Rio grande do Sul o Brasil, desde a publicação do provimento e da decisão, registrou um aumento de 43,7% nos casos de mudança de nome e sexo nos Cartórios de Registro Civil.

Em 2022 aconteceram 1.124 alterações em seis meses, enquanto no primeiro ano em que passou a vigorar a decisão do STF, foram registrados apenas 782 pedidos de alteração. Os dados são da Arpen-Brasil, entidade que representa os Oficiais de Registro Civil de todo o País.

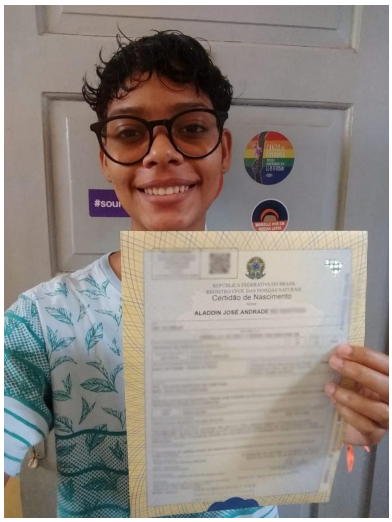



***Foto: Homem Trans na Defensoria Pública da Bahia exibindo seu registro retificado.***

*fonte: Google Imagens. Acesso em 20 out 2022*

A troca direta nos cartórios de registro de nascimento civil é condicionada ao pagamento de emolumentos e taxas que varia de estado para estado. A autodeclaração dá ao maior de 18 anos a possibilidade da capacidade civil do pedido de alteração do nome. O procedimento para os menores de 18 anos, ainda depende da propositura de ação judicial com devida representação legal do responsável pelo menor.

## 5. A NOVA LEI 14.382/2022 E A EFETIVAÇÃO ELETRÔNICA DE REGISTROS PÚBLICOS

Desjudicializar procedimentos que não precisam de provocação do Judiciário, é uma tendência que certamente se intensificará no futuro. É o caso da Lei n° 14.382, já em vigor, promulgada na data de 28 de junho de 2022. A Lei regulamente o sistema eletrônico dos registros públicos, e um dos pontos mais expressivos daquela legislação em vigor, é o Direito ao Nome, tema amplamente discutido neste artigo.

A primeira parte do *caput* do art° 55 da Lei de Registros Públicos, alterada por essa nova lei, passou a integrar redação semelhante ao art°16 do Código Civil, no que tange ao direito ao nome; diz que toda pessoa tem direito ao nome, com prenome e sobrenome, portanto anteriormente o direito ao nome era automaticamente ligado ao direito de personalidade, apoiado em princípio constitucional - o princípio da dignidade da pessoa humana**.** Com a modernização integrada na nova Lei o nome se torna definitivamente um direito de personalidade pleno.

A Lei 14.382/22 faz uma nova

confirmação do que o próprio STF no julgamento da ADI 4275 firmou, que é a naturalização da via extrajudicial, o que desafoga as demandas judiciárias. O nome sempre foi algo extremante difícil de ser alterado; somente em situações extraordinárias existiria a possibilidade de abertura de retificação sempre se utilizando da via judicial para a autorização do procedimento. No que tange ao nome, historicamente sempre foi seguido à risca o princípio da imutabilidade quanto à possibilidade de alteração posterior ao registro de nascimento.

Com a nova lei permitiu-se segurança jurídica quanto ao direito de retificação do nome de qualquer pessoa, indo além do que foi apresentado na ADI4275, que tratava das pessoas transexuais, travestis e não binárias. Agora com o novo dispositivo legal, a possibilidade de retificação, ou modificação é ampla, pois qualquer pessoa, desde que maior de 18 anos poderá solicitar a retificação de seu prenome pela via extrajudicial.

A troca é possível apenas uma vez pela via extrajudicial. Em caso de necessidade de alteração posterior, a pessoa maior de 18 anos necessita postulá-lo judicialmente, posto que se deva justificar frente ao juízo competente o motivo da retificação. Essa modernização assegura a impossibilidade de possíveis fraudes, tema que era levantando por muitos juristas antes daquela atualização.

O legislador, ao inserir a atualização legal visando seguridade, colocou como requisito a averbação em certidão após a mudança, anotando-se o prenome anterior, os números dos documentos de identidade, CPF, titulo de eleitor, passaporte e outros, para evitar fraudes e possíveis erros futuros, todos esses dados deverão constar em todas as certidões solicitadas, pois a pessoa capaz solicitou a troca do seu prenome, não apagou os seus dados nem sua vida civil anterior à nova retificação; o motivo da mudança do prenome é pessoal de cada um, porém, nunca atropelará a responsabilidade civil.

Portanto, o legislador pensou em todas as consequências, visando modernidade e celeridade sem irresponsabilidade ou brechas legais. Em caso de suspeita de fraude da retificação de prenome de forma fundamentada, o Oficial de Registro Civil recusará a retificação e caberá apenas a postulação do pedido do requerente via judicial, lembrando que toda recusa será devidamente fundamentada pelo delegatório; nunca será apenas recusa por recusa, pois deve haver um motivo determinante para tal atitude.

Após a solicitação, o nome extrajudicial modificado, serão oficialmente comunicados todos os órgãos de expedição de documentos competentes, sendo então responsável por custas necessárias de novas vias o requerente da solicitação, outra inovação da lei é a possibilidade da troca do sobrenome, sendo necessária apresentação de certidões específicas, constando em averbação a mudança na certidão de nascimento e casamento se assim for o estado civil, inclusão de sobrenome em caso de união estável, madrasta, padrasto, exclusão de sobrenome de ex-cônjuge, inclusão ou exclusão no caso de alteração das relações de filiação também são possíveis pelo novo dispositivo.

A nova lei traz desburocratização gigantesca e um passo ao futuro da sociedade moderna, pois não tem como os conflitos de paternidade ou maternidade, na família, ou lembranças de um nome que traz sentimentos de sofrimento, recomeçar uma vida sem querer tocar em lembranças que remetem ao sofrimento, seja por a pessoa ter uma vida representada por um nome que não representada o seu gênero, ou um nome ou sobrenome que expõe a pessoa ao ridículo, e a possibilidade de acessibilidade justa, rápida e menos burocrática, é a evolução do direito e do entendimento do legislador, ao apresentar um projeto de alteração de lei dessa natureza.

Portanto, a nova lei que atualiza os registros públicos, hoje é moderna, desburocratizada e atendendo as reais necessidades da sociedade brasileira, pois como já foi dito o nome sempre seguiu um entendimento rígido e imutável, com a alteração pela Lei n°14.382/22, passou a valer e eficiência e efetivação eletrônica dos registros públicos e a vontade individual de cada cidadão, com as devidas ressalvas contra possíveis fraudes, erros, má fé ou vício de vontade, todas pensadas pelo legislador, que entende a necessidade e prudência de zelar pela segurança jurídica em primeiro lugar.

## CONCLUSÃO

O objetivo principal deste artigo científico foi o de explicitar e frisar de forma enfática a importância de que o Poder Judiciário atenda às necessidades de todos os cidadãos de um estado democrático de direito, um olhar acolhedor e integrador as minorias, pois são elencadas em diversos trechos muitas das violações básicas dos direitos humanos das populações minoritárias, de forma direta a população de transexuais e travestis, que tiveram que promover batalhas judiciais e enfrentaram resistências e discordâncias sobre o direito a algo tão básico como o direito ao nome que respeite sua identidade.

A luta por espaço, dignidade e humanização da existência plural é base dos princípios fundamentais, chancelados na Constituição Federal, considerada a constituição cidadã, reafirmando que o Estado jamais pode aviltar a existência de uma população, negando a todas as minorias a possibilidade de alcançar a dignidade da pessoa humana, um dos princípios mais belos da Carta Magna, quando é historicamente analisada, demonstrando a evolução do entendimento e possibilidade de alcançar êxito na alteração legal dos documentos de pessoas transexuais e travestis.

Não é papel do Estado se manter em conivência com a opressão de quaisquer que sejam os grupos sociais, independentemente de sua condição ou identidade de gênero como algo restrito à marginalidade, negando direitos básicos com sustentações rasas e sem conexão com a legislação. Quando se trata de Direito não se estipulam classes, tampouco quem deva ou não deva ser atendido; o Direito é para todos e se mostra urgente sua extensão àquela população tão massacrada e humilhada diariamente, enquanto busca apenas sua sobrevivência e inserção social.

Diante do exposto resta demonstrado que a evolução do entendimento jurídico acerca do nome e do direito de personalidade de todas as pessoas transexuais e travestis, em nada se confunde com ativismo judicial ou ascensão ideológica. Trata-se apenas de seguir os preceitos e princípios constitucionais, que regem todo o ordenamento jurídico brasileiro. Não existirá Justiça em um Estado que fecha os olhos às minorias, fazendo necessárias ações diretas de inconstitucionalidade para assegurar o direito, reservado apenas a quem tivesse a possibilidade de contratar um patrono para solicitar ao Judiciário o processo de alteração do registro civil. A determinação, que desafoga o Judiciário e amplia a possibilidade de que qualquer pessoa utilize sua autodeclaração de vontade, ratifica o que os constituintes estabeleceram no capítulo sobre direitos e garantias fundamentais e constitucionais, visando fazer prevalecer de forma intransigente a liberdade e o respaldo jurídico para todos os integrantes da sociedade civil, o que funda a justiça social e a inclusão em uma sociedade que deveria ser livre de pré-conceitos, tabus e discriminações.

---

## BIBLIOGRAFIA


BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS - PROJETO DE LEI N°5002/2013 de 20 de fevereiro de 2013 – Ficha de Tramitação Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315. Acesso em: 6 out.2022.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA**, Provimento n° 73/2018,** 29 de junho de2018. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa *transgênero* no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623. Acesso em: 6 out.2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil;** Disponível em: httpp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituição/constituicaicompilado.htm. Acesso em: 6 out.2022.

BRASIL, DEFENSORIA, BA. **Defensoria realiza mais de 500 inscrições para adequação de nome e gênero em mutirão para pessoas trans**. Disponível em: https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/defensoria-realiza-mais-de-500-inscricoes-para-adequacao-de-nome-e-genero-em-mutirao-para-pessoas-trans/.Acessoem: 20 out.2022.

BRASIL, FOLHADESÃOPAULO**, Recurso para mudança de nome de Roberta Close é Negado.** Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff220217.htm Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL, G1 NOTÍCIAS. **Preconceito contra transgêneros caso Dandara.** Disponível em https://mairareis.com/wp-content/uploads/2018/01/preconceito-contra-transgeneros-dandara.png. Acesso em 7 out.2022.

BRASIL, JORNAL DO COMÉRCIO – RS. **Registros de mudança de nome e de sexo crescem no primeiro semestre de 2022**. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/geral/2022/07/856473-registros-de-mudancas-de-nome-e-sexo-crescem-no-primeiro-semestre-de-2022.html. Acesso em: 20 out.2022.

BRASIL, Presidência da República, Decreto Lei n° 10.406 de Janeiro de 2002, **Institui o Código Civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 6 out.2022.

BRASIL**.** Presidência da República. Decreto Lei n°14.382 de 27 de Junho de 2022. **Moderniza e simplifica os procedimentos relativos aos registros públicos de atos e negócios jurídicos, de que trata a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14382.htm. Acesso em: 7 nov.2022.

BRASIL, Presidência da República. Decreto lei n°6.015 de 31 de Dezembro de 1973 - **Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n°4275/ DF** –Distrito Federal. Relator Ministro Marco Aurélio, Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos: 20 de maio de 2019. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371Acessoem: 6 out.2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONJUR. **STF autoriza trans a mudar de nome, cirurgia ou decisão judicial**. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial.Acessoem:06out2022.

DINIZ, Maria Helena**. O Atual Estágio do Biodireito.** São Paulo: Saraiva, 2°Edição, 2002.

FACHIN, Luiz Edson. "**O corpo do registro no registro do corpo; mudança de nome e sexo sem cirurgia de redesignação".** Revista Brasileira de Direito Civil, vol. 1, p. 38, jul./set.2014. Disponível em: https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/130.Acessoem:6 out.2022.

GOOGLE BRASIL IMAGENS. Blogpost.com-Retrato Arquivo Pessoal: **Roberta Close Infância e Vida Adulta.** Disponível em: https://2.bp.blogspot.com/-2mc0n9AZGGI/VyVP4EzygUI/AAAAAAAAWuk/weTxrLiIAscj1YtWjEileq1-nrs0DtrqgCLcB/s400/images-1.jpg Acesso em: 6 out 2022.

GOOGLE BRASIL IMAGENS. **Nativos Norte Americanos Reconheciam 5 Gêneros antes da Chegada dos Europeus Hoje Ativistas Retomam o Termo Two Spirits.** Disponível em: https://outraspalavras.net/wp-content/uploads/2016/07/nativos-norte-americanos-reconheciam-5-generos-antes-da-chegada-dos-europeus-hoje-ativistas-retomam-o-termo-two-spirit_764005.jpg.Acessoem:7 out.2022

GOOGLE BRASIL UOL – AVENTURAS NA HISTÓRIA. **Os Nativos norte-americanos reconheciam cinco gêneros.** Disponível em https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/os-nativos-norte-americanos-reconheciam-cinco-generos.phtml. Acesso em: 7 nov. 2022.

GOOGLE BRASIL, IMAGENS. **Mapa Explicativo Identidade de Gênero e Sexo Biológico**

https://static.significados.com.br/foto/orientacao-sexual-e-identidade-de-genero.jpg**.** Acesso em 7 out 2022.

GOOGLE BRASIL - OUTRASPALVAVRAS.NET. **Eram os indígenas transgêneros?** Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/eram-os-indigenas-transgeneros/.Acesso em 11 Nov 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 8.ed. Rio de Janeiro: DP&a,2003.

LOUREIRO, LUIZ GUILHERME**. Registros Públicos: Teoria e pratica**. 4ª ed. São Paulo: Método, 2013.

TGEU WORDWIDE. **Relatório de Insegurança e Crimes Transexuais e Travestis.** Disponível em: https://transrespect.org/en/>. Acesso em: 6 out 2022.

# REFLEXÕES SOBRE A EUTANÁSIA[1]

*Helder de Jesus Dias*

*Graduado em Direito pela FMU, professor e advogado no Brasil e em Portugal. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, título reconhecido pela Universidade de Coimbra; Postgrado en Negocios Responsables y Seguros pela Universidade de Salamanca. Atuou como professor, gestor e coordenador em diversas Faculdades em São Paulo; leciona diversas cadeiras no campo jurídico desde 2000.*

helder@advocaciahelderdias.com

**RESUMO**

A eutanásia é um tema altamente controverso e complexo no campo da ética médica e dos direitos humanos. Este artigo explora os diversos aspectos da eutanásia, suas definições, modalidades, questões legais e éticas associadas e suas implicações para a prática médica e o respeito à autonomia do paciente. Além disso, analisamos a recente legislação sobre a eutanásia em Portugal. Por meio de uma revisão abrangente da literatura, este artigo visa contribuir para uma compreensão mais profunda da eutanásia além de buscar estimular o debate sobre um importante tema que, vez por outra, volta a ser o centro de discussão na população global.

**ABSTRACT**

Euthanasia is a highly controversial and complex topic in the field of medical ethics and human rights. This article explores the various aspects of euthanasia, its definitions, modalities, associated legal and ethical issues and its implications for medical practice and respect for patient autonomy. Furthermore, we analyze the recent legislation on euthanasia in Portugal. Through a comprehensive review of the literature, this article aims to contribute to a deeper understanding of euthanasia in addition to seeking to stimulate debate on an important topic that, from time to time, returns to be the center of discussion in the global population.

[1] Este artigo foi escrito em Coimbra, no ano de 2023 e se refere à legislação vigente em Portugal.
Primeira publicação na Revista Direito & Tradição, pelo Instituto Europeu de Pesquisa em Direito – Revista nº01, disponível em: https://iepd.eu/wp-content/uploads/2023/10/Revista-IEPD-no-01-OUT_2023.pdf

**Introdução de republicação**

O mundo vem sofrendo uma avalanche de alterações em conceitos éticos e morais, sendo, portanto, fácil afirmar a necessidade de produção de novos textos científicos que possam auxiliar nesse ciclo de mudanças tão inerentes ao ser humano.

O presente trabalho colocou em pauta conceitos que alcançam muito além das linhas da denominada eutanásia, pois chega as margens do conceito de vida, em especial sob o ângulo das Democracias atuais, da proteção inevitável que os Estados de Direito impelem ao ato retirar a vida (preferível até anotar – tutela sobre a vida de cada integrante da Sociedade).

Em Portugal e na Europa como um todo, a busca pela uniformização dos direitos é tema que se alinha com Comunidade Européia e o pertencer a uma civilização criada com o objetivo de facilitar a mobilidade entre seus integrantes, mas que com o passar dos anos vem se tornando uma Confederação nos moldes mais tradicionais, na qual cada Estado Membro mantém sua soberania, mas aceita normas e regulamentos a cada dia mais incisivos.

O Brasil nesse cenário vive um momento de instabilidade cultural, social e consequentemente jurídica (o Direito é sempre reflexo da Sociedade, sem esta não existiria e as transformações dela, Sociedade, afetam inevitavelmente os conceitos e as aplicações de Direito).

Nesse Brasil dicotômico e instável, o tema da Eutanásia é tão importante quanto o tema do Aborto ou a fatores que possam facilitar o transplante de órgãos, por exemplo. Num sistema de saúde já aplaudido por chefes de Estado importantes, por especialistas que em nossa Pátria Amarela e Verde vêm entender a formatação desse gigantesco sistema, o tema da Eutanásia poderia ser mais discutido e mais bem explorado.

Conselho Federal de Medicina brasileiro, de certa forma apóia algumas modalidades da Eutanásia (como a ortotanásia), por exemplo, mas o tema ainda nos parece escuro e abafado. Um tema inexplorado, talvez por questões políticas, ou religiosas, ou decorrentes da simples ausência de interesse das pessoas face à cultura local.

Assim, justifica-se a publicação deste trabalho, com a esperança que possa trazer a lume o questionamento sobre temas de maior importância sobre outros que vem ocupando espaço e que nada contribuem para nossa evolução. Este trabalho visa colocar em discussão o conceito de eutanásia de forma mais clara, apontando não somente o conceito puro de terminologia, mas o jurídico, o médico com o fito de permitir que cada um julgue o conteúdo em sua própria contextualização pessoal de crença e criação.

## Introdução

Não se trata de trabalho de alta densidade investigativa, embora com boa abordagem técnico-jurídica, mas um questionamento sobre o tema de forma aberta, aquela na qual o senso comum trabalha, no dia a dia e não dentro de um Tribunal ou na consciência solitária de uma decisão médica.

O tema da eutanásia parece nunca perdeu importância, sendo mesmo atemporal, seja num estudo histórico, seja num estudo moderno, ou seja, numa projeção de futuro. Trata do entrave entre o conceito primário de vida e o conceito intrínseco de cada um de nós em confronto com a possibilidade de sermos efetivamente os senhores absolutos de nossas vidas. A liberdade e a intimidade aparecem na base da discussão, mas o Estado acaba por se colocar no centro da decisão, uma vez que em Estados Democráticos de Direito, a vida se regula pelo “Estado-Tutor” pois, de forma mais evidente, é o Ente que detem o poder de decidir sobre os limites de cada pessoa que o integra – seus cidadãos.

Os conceitos no âmbito da medicina podem ser vários e a extensão desse tema seria absurdamente elevada, o que transformaria o tema num Tratado sobre o Direito de Viver ou Morrer, dessa forma, questão muito importante é a delimitação do que podemos alcançar nesse trabalho.

Importante apontar, face ao uso, que a ideia central é trazer definições para conhecimento e apresentar conceitos já existentes, direta ou indiretamente.

A eutanásia como um instrumento para as pessoas tomarem por si mesmas o direito de fazer cessar sua própria vida, sem que isso seja efetivamente uma situação indesejada, criminosa ou mesmo delituosa. Ser moral ou não, será uma decisão que pertencerá a cada um de nós.

Sendo o ato de tirar ou desejar que lhe tirem a vida um direito regulado e amparado, então, poder-se-á contar com terceiros nessa empreitada tão delicada, mas que se constitui, inobstante, como um direito personalíssimo, que jamais pode ser afastado da própria pessoa.

Mais ainda, no âmbito de uma decisão diante da difícil continuidade de um tratamento médico penoso e incerto, ou mesmo diretamente prejudicada (essa decisão) por se tratar de pessoa que não aceita por razões ideológicas, um tratamento que lhe salvaria a vida.

Por derradeiro, fica claro que não trataremos de analisar a Lei em qualquer âmbito, mas estará ela presente e transcrita face à atualidade da Lei n.º 22/2023, aprovada em 31 de março de 2023.

Nos dias atuais a eutanásia tem sido simplificada, sendo entendida de forma muito simplista, no entanto, as discussões sobre o tema são extremamente acaloradas e direcionadas a outra questão: a vida em sua amplitude.

Essa a problemática mais severa que, talvez, a leitura das definições neste artigo possa diminuir.

## Algumas Definições de Eutanásia.

Etimologicamente a palavra eutanásia deriva do vocábulo grego composto por "*eu*" (adequado, bom) e "*thanatos*" (morte), significando, portanto, de forma direta: "boa morte". O sentido do termo nos revela uma morte tranquila, sem sofrimento.

Não tinha, pois, a conotação polêmica, e até criminosa, que hoje se lhe atribui. Há relatos, sejam verdadeiros ou não, que o imperador romano Augusto, sempre recebia a notícia que um conhecido havia morrido serenamente, exclamava "Que os deuses me concedam uma eutanásia assim!". Atualmente, restringiu-se o termo a ajuda que podemos ofertar a um doente para que este possa terminar com sua própria vida, para aliviá-lo de sofrimentos insuportáveis ou grave doença incurável que lhe torne a vida insuportável. Na verdade, essa ajuda consubstancia-se em um ato tipificado na Lei Penal, o homicídio, pois em realidade significa matar aquela pessoa.

A própria definição do termo "Eutanásia" já cria uma enorme confusão para os mais desavisados. É possível encontrar desde uma definição simplória apontando para o fato de significar o acto de fazer cessar a vida, pura e simplesmente, até a complexa estrutura médica com terminologias que diferenciam as formas e situações em que a vida é interrompida ativamente ou até mesmo por ações omissivas.

O dicionário Webster em tradução livre define Eutanásia como: "—uma morte fácil e sem dor ou um ato ou método de provocar a morte sem dor como forma de pôr fim ao sofrimento: defendido por alguns, como forma de tratar as vítimas de doença incurável."[1]

[1](Nerrian-Webster, s.d.)

No dicionário Aulete de Língua portuguesa, temos:

> ***"(eu.ta.ná.si:a)****sf.*
>
> ***1.*** *Med. Ato de promover morte rápida e indolor a um doente incurável para pôr fim ao seu sofrimento [Cf.: distanásia.]*
>
> ***2.*** *Jur. Direito de se ter a morte assim abreviada ou de se matar alguém por esta razão*
>
> *[F.: Do gr. euthanasía, pelo lat. eutanásia e pelo fr. euthanasie. Tb. (e mais de acordo com a etimologia) eutanásia.] (line, s.d.)"*

A inteligência artificial conhecida por chat GPT, ao ser questionado assim respondeu:

> *"A eutanásia é um tópico complexo e controverso que envolve questões éticas, médicas e legais. Existem várias definições e formas de eutanásia, mas, em termos gerais, a eutanásia refere-se à ação intencional de terminar a vida de um indivíduo, a pedido dele ou de outra pessoa, para aliviar o sofrimento causado por uma condição médica terminal ou insuportável. Aqui estão algumas definições e formas comuns de eutanásia:*

1. *Eutanásia ativa: A eutanásia ativa envolve a administração de uma substância letal por um profissional de saúde com o objetivo de causar a morte do paciente. Isso é geralmente feito a pedido do paciente ou de seu representante legal;*
2. *Eutanásia passiva: A eutanásia passiva refere-se à decisão de interromper tratamentos médicos ou retirar o suporte vital, como desligar um ventilador mecânico, que mantém a vida de um paciente. Isso é feito quando o tratamento é considerado fútil ou quando o paciente expressa o desejo de não continuar os tratamentos;*
3. *Eutanásia voluntária: A eutanásia voluntária ocorre quando um paciente competente e consciente expressa um desejo claro de encerrar sua própria vida para evitar o sofrimento causado por uma doença terminal. Isso é geralmente feito com a assistência de um médico;*
4. *Eutanásia não voluntária: A eutanásia não voluntária ocorre quando a decisão de encerrar a vida de um paciente é tomada sem seu consentimento explícito. Isso pode ocorrer em situações em que o paciente está inconsciente, incapaz de tomar decisões ou não expressou sua vontade de forma clara;*
5. *Eutanásia por solicitação explícita: A eutanásia por solicitação explícita ocorre quando o paciente expressa de forma clara e reiterada o desejo de encerrar sua própria vida com a assistência de um profissional de saúde;*
6. *Eutanásia por solicitação implícita: A eutanásia por solicitação implícita ocorre quando o paciente não pode expressar sua vontade, mas há evidências que sugerem que ele desejava a eutanásia. Isso geralmente requer avaliação ética rigorosa e uma tomada de decisão cuidadosa." (GPT, s.d.)*

Vale aqui um destaque nas definições apontadas, pois é possível perceber o direcionamento para três importantes pilares, presentes nos textos: a) O cessar a vida de alguém; b) motivação de cessar um sofrimento; c) a vontade livre e consciente de alguém (por si própria ou por intermédio de outrem).

A eutanásia não pode ser confundida com o suicídio assistido ou permitido, muito menos com o desligar de equipamentos de pessoa da qual não se tem mais vida autônoma e mantêm seus sinais vitais apenas por suporte externo, equipamentos que substituem seus órgãos e as respectivas funções. Melhor se esclarecerá esse ponto em momento adequado.

A eutanásia requer uma ação clara, provada por uma ação omissiva ou comissiva, cuja real intenção é antecipar a morte de uma pessoa para se fazer cessar determinado sofrimento, desde que tal sofrimento seja insuportável ou proveniente de uma doença incurável que torne a vida insuportável.

A justificação moral nos parece estar no fato da morte ser algo bom e não ruim, pois para a pessoa que perderá a vida, não há esperança de vida com qualidade e sem sofrimento. Eis aqui a

razão autorizadora a ação letal: a pessoa não tem mais condições de viver sem sofrimento.

Eutanásia, diante desse simplório estudo e de sua definição moderna, realmente pode ser entendida como a etimologia do termo o sugere, uma "boa morte".

## Modalidades da Eutanásia

Como vimos na definição sugerida pela Inteligência Artificial supra, a eutanásia pode ser ativa, passiva, voluntária, não voluntária, por solicitação explícita e ainda por solicitação implícita. Em todas essas hipóteses, tratamos da eutanásia, apenas apontando a forma como ela ocorrerá.

No campo da saúde, entretanto, a situação é ainda mais complexa.

A eutanásia refere-se à prática médica de permitir a morte de um paciente terminal ou que está sofrendo de forma insuportável e sem perspectiva de melhora, a seu pedido ou com o seu consentimento explícito. Entretanto, é muito comum que os médicos e a ciência da saúde a classifiquem em três categorias a seguir mencionadas [1].

Vejamos então, para além da Eutanásia, a Ortotanásia e a Distanásia.

A ortotanásia, conceito já bastante difundido e aplicado pelos médicos há anos, é o oposto da distanásia e envolve ações médicas tomadas para permitir uma morte natural e digna, sem que se prolongue desnecessariamente o processo de morrer. Nesse caso, os médicos se concentram em aliviar o sofrimento do paciente, fornecendo cuidados paliativos adequados e retirando intervenções médicas fúteis no final da vida. Muito usada e aplicada em todo o mundo, pois se trata de escolha eminentemente técnica; muitas vezes nem o paciente, nem seus familiares se dão conta da aplicação da ortotanásia.

A ortotanásia apresenta-se inclusive como obrigação médica, dentro dos preceitos éticos e morais, aos quais todo especialista na área da saúde está sujeito por compromisso assumido quanto ao cuidar da vida de forma digna e tecnicamente responsável.

O procedimento se destina principalmente às situações de doenças como o câncer em fase terminal, bem como naqueles casos em que não há solução médica adequada para o paciente. São situações nas quais o mais importante é garantir qualidade de vida e não a longevidade, na presença de sofrimento e de perturbações insuportáveis (a medicina em tal situação estaria por agir de forma inútil, superficial e até gananciosa, sob o ponto de vista econômico). Deixar essa pessoa sofrer seria um espelho do egoísmo em sua expressão mais latente (um pai que não admite o estado terminal do filho).

Chegamos ao conceito contrário, da distanásia, referindo-se ao prolongamento da vida de um paciente por tempo às vezes até indeterminado, muitas vezes com o uso de intervenções médicas inúteis, mesmo quando não há expectativa de cura e o sofrimento do paciente é intenso.

É mais do que sabido que as ferramentas médicas tecnológicas e de última geração podem garantir a vida de uma pessoa por muitos e muitos anos, mas sem que essa pessoa tenha qualquer qualidade de vida.

A distanásia trata o paciente com verdadeira tortura e desumanidade, uma vez que, sabendo-se não existir perspectiva de cura, mantém a pessoa viva à base de remédios que lhe tiram a capacidade de compreensão mantendo-a dopada para que não sinta dor, mas inutilizada em uma cama a base de tratamentos ou

[1] https://www.dn.pt/portugal/o-que-e-a-eutanasia-distanasia-ou-ortotanasia-9386909.html e https://www.diferenca.com/eutanasia-distanasia-e-ortotanasia/

equipamentos que uma vez cessados, ocasionariam a imediata morte da pessoa.

Os argumentos às vezes nos fazem pensar que a possibilidade de manutenção da vida em estado de sofrimento e sem utilidade por longos períodos poderiam se justificar em razão da ciência estar sempre em evolução, significando que o que é incurável hoje, pode ser totalmente sanável num futuro.

Não se deixa de lado o fator econômico dessa perversa equação, onde certamente a manutenção de uma pessoa viva por muitos anos em uma cama, desacordada e ligada a equipamentos, do ponto de vista da economia, é extremamente dispendiosa e, na verdade, viável para pouquíssimas pessoas.

Desse ponto de vista, ou seja, pensando que se poderia chegar o tempo em que a doença venha a ser curável ou tratável, passando a garantir qualidade de vida, valeria a pena manter uma pessoa viva, mas inutilizada e desacordada, a espera dessa cura.

Infelizmente nosso sistema econômico atual não permite que essa benesse se aplique à massiva maioria das pessoas. Apenas uma percentagem mínima das famílias teria capacidade financeira para tal incursão, o que nos causa grande senso de injustiça social.

Entretanto, no próprio conceito em tela, distanásia, o ponto principal é a falta de perspectiva de cura, a impossibilidade de se acabar com o sofrimento, torna desumana a ação, chegando mesmo a ser criminosa em determinados casos.

A distanásia como especificada, portanto, vai além de tentar manter a pessoa viva por esperança de cura; trata-se de manter a pessoa viva a todo o custo, por meio de intervenções médicas para manter os sinais vitais, graças a equipamentos e tecnologias modernas, mas sem qualquer eficácia quanto à cura ou ao bem-estar na pessoa.

Eutanásia, ortotanásia e distanásia são três espécies distintas, das quais, num mundo que se diz evoluído, a prática de uma é obrigação ética do profissional da saúde (ortotanásia); outra é valor de direito em discussão direta pelas Democracias e Estados que pretendem valorizar a individualidade de escolha sobre a vida (eutanásia) e a terceira, que nos parece criminosa, imoral e até um ato de tortura, objeto de punições severas em algumas legislações modernas.

## Outros conceitos inerentes

Quando se trata sobre a eutanásia, inseparável a abordagem de outros três temas de impacto. Os cuidados paliativos, o suicídio assistido e o denominado Testamento Vital.

Os cuidados paliativos compõem uma abordagem médica destinada a melhorar a qualidade de vida de pacientes com doenças graves ou terminais. Concentram esforço médico no sentido do alívio do sofrimento, no controle de sintomas e no apoio emocional, permitindo um maior conforto e a melhor qualidade de vida possível aos pacientes que dependem deles.

O tema surge entre as definições de eutanásia e ortotanásia e cria limites tênues na interpretação da distanásia. O médico desavisado poderá utilizar de um procedimento paliativo inútil, sendo ele muito próximo da causa de prolongamento da vida do paciente que deveria apenas desfrutar de cuidados que fazem sentido na condução de uma vida digna, diríamos, de uma continuidade humanizada do tempo que lhe resta a viver. O tema está bem delimitado na Regulamentação da Ordem dos Médicos portugueses, como a seguir se verá.

Não podemos deixar de tratar, ainda que de forma superficial do denominado suicídio assistido, cujo conceito envolve a ajuda de um médico ou outra pessoa na administração de meios

para que a pessoa faça cessar sua própria vida.

Aqui nem sempre se trata de um paciente, pois o suicídio assistido pode admitir que qualquer pessoa decida morrer, cessar a própria vida, seja por qual motivo for. Praticado por doentes terminais, é verdade, mas também praticado por pessoas que se encontram em sofrimento mental ou psicológico, às vezes por fatores adversos aos quais suas vidas foram levadas por distintas razões: financeiras, perdas de parentes próximos ou simples dissabor pela vida.

Alguns países admitem tal prática e inclusive equipam seus pretendentes para que o suicídio possa ocorrer sem percalços, o que pode parecer um verdadeiro fomento ao suicídio. Sem qualquer teor subjetivo, poder-se-á argumentar que se trata do absoluto respeito à individualidade de cada pessoa, de um direito personalíssimo levado ao extremo. O tema passa ainda mais densamente por conceitos filosóficos.

Entretanto, fornecer meios, além de aceitar a decisão, pode não ser o caso de incentivar, mas sim de evitar que a atitude desatenta e descuidada da pessoa que busca essa "solução" provoque maior gasto financeiro por gerar, por exemplo, a necessidade de internação da pessoa que não soube como efetivar o ato e cause um dano físico que deve ser reparado pelo aparato de saúde por força da ética médica.

Por fim, deve-se anotar o argumento de se regular o consentimento de forma a se certificar inequivocamente que a pessoa deseja morrer e o faz de forma livre e consciente sem qualquer influência de terceiros ou pressões indesejáveis, uma vez que o ato poderá trazer benefícios a herdeiros ou aos diretamente interessados naquela morte.

Não se deixa de fora deste trabalho o testamento vital, consubstanciado num documento legal que permite à pessoa expressar sua vontade em relação aos tratamentos médicos que deseja ou não receber no final da vida, caso não possa tomar decisões por si mesmo. É uma excelente forma para garantir que a vontade do paciente esteja disponível aos médicos frente à difícil decisão sobre qual caminho seguir numa situação em que a vida está sujeita a sofrimentos, mas poderia ser mantida.

É no testamento vital que a pessoa deixa claro suas instruções quanto a desejar ou não a eutanásia, se gostaria de ter cuidados paliativos e ainda, sobre recusar tratamentos fúteis, deixando o médico, os familiares e demais envolvidos com mais nitidez sobre sua real vontade, quando sua consciência estiver ausente ou impossibilitada de se expressar.

O testamento vital pode ser um instrumento às vezes perverso, pois impõe a todos envolvidos (familiares, amigos e responsáveis pela pessoa, e também aos médicos) uma obrigação seríssima e de muito valor moral e ético. A decisão está ali expressa e o seu não cumprimento, além de falta ética, pode levar à tipificação de crime, ilícito, atitudes que podem gerar indenizações diante do incumprimento de um desejo expresso daquela pessoa.

## Regulamentações de destaque

A Saúde atualmente tem importantes regulamentações em todos os níveis, desde os simples códigos de ética aos complexos regulamentos dos órgãos fiscalizadores da saúde, como dispositivos do bem-estar público, especialmente em países que se dizem Democráticos e Desenvolvidos.

No campo de ética, destacamos o Código Internacional da Ética Médica da Associação Médica Mundial, Adotado pela 3.ª Assembléia Geral da Associação Médica Mundial, Londres, Inglaterra, outubro 1949, revisto pela 22.ª Assembléia Médica Mundial, Sydney, Austrália, agosto 1968, pela 35.ª Assembléia Médica Mundial, Veneza, Itália, outubro 1983, pela 57.ª Assembléia Médica Mundial, Pilanesberg,

África do Sul, outubro 2006 e pela 76.ª Assembleia Médica Mundial, Berlim, outubro de 2022. Nesse transcrevemos os seguintes princípios:

> *"1. O principal dever do médico é promover a saúde e o bem-estar dos doentes individualmente considerados, fornecendo cuidados competentes, atempados e compassivos, de acordo com a boa prática médica e o profissionalismo. O médico também tem a responsabilidade de contribuir para a saúde e bem-estar das populações que serve e da sociedade como um todo, incluindo as gerações futuras. O médico deve prestar cuidados com o máximo respeito pela vida e dignidade humanas, bem como pela autonomia e direitos do doente."*
>
> *E ainda o número:*
>
> *"10. O médico nunca deve promover ou participar em atos de tortura ou outras práticas e punições cruéis, desumanas ou degradantes."*

Temos a Carta Européia de Ética Médica adotada em Kos, Grécia, no dia 10 de Junho de 2011 numa reunião do Conselho Europeu das Ordens dos Médicos (CEOM), que nos traz 15 princípios médicos, sendo dois deles importantes a serem transcritos:

> *"13º - Quando um médico resolve participar numa recusa conjunta e organizada de prestação de cuidados, não fica liberto das suas obrigações éticas para com os doentes, a quem deve assegurar tratamentos de emergência e cuidados necessários aos doentes que estejam em tratamento.*
>
> *14º - O médico não é obrigado a satisfazer pedidos de tratamentos que não aprove. No entanto, a prática médica envolve o respeito pela vida, autonomia moral e liberdade de escolha do doente."*

Já a Carta Ibero-americana de Princípios Médicos[1], conforme se apresenta no site da Ordem dos Médicos, têm em seus princípios os seguintes:

> *"PRINCIPIO 21.- El médico tiene el deber de intentar la curación, pero cuando ya no sea posible procurará cuidar al paciente mediante la medicina paliativa. El objetivo de la atención del enfermo terminal no es acortar ni alargar su vida, sino promover su máxima calidad posible. El médico no deberá emprender o continuar acciones diagnósticas o terapéuticas sin esperanza de beneficios para el enfermo.*
>
> *PRINCIPIO 22.- El médico nunca provocará intencionadamente la muerte de ningún paciente, ni siquiera en caso de petición expresa por parte de éste."*

Tradução livre:

> *PRINCÍPIO 21 - O médico tem o dever de tentar a cura, mas quando isso não for mais possível, ele tentará cuidar do paciente através da medicina paliativa. O objetivo dos cuidados paliativos não é encurtar ou prolongar a sua vida, mas promover a maior qualidade possível. O médico não deve realizar ou continuar ações diagnósticas ou terapêuticas sem esperança de benefício para o doente.*
>
> *PRINCÍPIO 22 - O médico nunca deve causar intencionalmente a morte de qualquer paciente, nem mesmo a pedido expresso do paciente.*

Vale ainda verificar a regulamentação da Ordem dos Médicos portugueses, sendo disponibilizados em seu site vários regulamentos, dentre eles, destaca-se o Regulamento n.º 707/2016 Regulamento de Deontologia Médica, Capítulo II do Título II: Da Vida, abaixo transcrito:

> *"TÍTULO II - Da vida*
>
> *CAPÍTULO II Fim da vida*
>
> *Artigo 65.º O fim da vida*

[1] Documento disponível em: https://ordemdosmedicos.pt/wp-content/uploads/2017/08/CARTA_IBEROAMERICANA_DE_%C3%89TICA_M%C3%89DICA.pdf

*1 — O médico deve respeitar a dignidade do doente no momento do fim da vida.*

*2 — Ao médico é vedada a ajuda ao suicídio, a eutanásia e a distanásia.*

*Artigo 66.º Cuidados paliativos*

*1 — Nas situações de doenças avançadas e progressivas cujos tratamentos não permitem reverter a sua evolução natural, o médico deve dirigir a sua ação para o bem-estar dos doentes, evitando a futilidade terapêutica, designadamente a utilização de meios de diagnósticos e terapêuticos que podem, por si próprios, induzir mais sofrimento sem que daí advenha qualquer benefício.*

*2 — Os cuidados paliativos, com o objetivo de minimizar o sofrimento e melhorar, tanto quanto possível, a qualidade de vida dos doentes, constitui o padrão do tratamento nas situações a que o número anterior se refere.*

*Artigo 67.º Morte*

*1 — O uso de meios de suporte artificial de funções vitais deve ser interrompido após o diagnóstico de morte do tronco cerebral, com exceção das situações em que se proceda à colheita de órgãos para transplante.*

*2 — Esse diagnóstico e a correspondente declaração devem ser verificados, processados e assumidos, de acordo com os critérios definidos pela Ordem.*

*3 — O uso de meios extraordinários de manutenção de vida deve ser interrompido nos casos irrecuperáveis de prognóstico seguramente fatal e próximo, quando da continuação de tais terapêuticas não resulte benefício para o doente.*

*4 — O uso de meios extraordinários de manutenção da vida não deve ser iniciado ou continuado contra a vontade do doente.*

*5 — Não se consideram meios extraordinários de manutenção da vida, mesmo que administrados por via artificial, a hidratação e a alimentação ou a administração por meios simples de pequenos débitos de oxigênio suplementar."*

Fácil notar que todos os diplomas apontados tratam do tema no campo ético, já prevendo a ortotanásia como obrigação moral e até legal do médico, que deve agira mesmo sem a consciência de seu paciente, uma vez que seu dever não é vida por si só, mas com qualidade, dignidade e possibilidade de aproveitamento.

Em cada tópico das transcrições acima percebemos a preocupação com a eficiência do tratamento médico, ou seja, não se pode admitir a aplicação de métodos, medicamentos ou tratamentos inúteis, fúteis, sem que sejam eficientes e garantam qualidade de vida.

O médico não pode optar por um tratamento que sabe não ter capacidade de cura ou de melhora na qualidade de vida da pessoa. Tal atitude denota desrespeito e fortalecimento de ilusão, levando o paciente a imaginar uma cura que nunca ocorrerá, ou um tratamento que melhore certos sintomas, mas na verdade não tem qualquer efeito positivo, é meramente ineficaz.

## A Nova Lei n.º 22/2023 de 25 de maio

Recentemente entrou em vigor uma nova Lei em Portugal, a Lei 22/2023 de 25 de maio que regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível, alterando também o Código Penal, ou seja, que passa a admitir a eutanásia em casos bem delimitados.

São 34 artigos que cuidam do tema, regulamentando a ação comissiva da pessoa ou de terceiro em nome dela, ou mesmo a ação omissiva, na busca pelo objetivo de cessar a vida. A Lei é explicita sobre as hipóteses admitidas e aponta os procedimentos necessários, determinando prazo suplementar de 90 dias para regulamentos que viabilizem sua prática.

A Lei foi publicada em 25 de maio de 2023 e entrou em vigor 30 dias após sua publicação, sendo certo que os 90 dias para a regulamentação cessaram em outubro daquele ano.

Evidentemente não é a única legislação e regulamentação sobre o tema, mas traz ao ordenamento jurídico

português alguns paradoxos, isoladamente e em confronto com as normas éticas acima apontadas.

Vale a transcrição dos artigos 2º e 3º da Lei:

*"Artigo 2º - Definições*

*Para efeitos da presente lei, considera-se:*

*a) «Morte medicamente assistida», a morte que ocorre por decisão da própria pessoa, em exercício do seu direito fundamental à autodeterminação e livre desenvolvimento da personalidade, quando praticada ou ajudada por profissionais de saúde;*

*b) «Suicídio medicamente assistido», a auto administração de fármacos letais pelo próprio doente, sob supervisão médica;*

*c) «Eutanásia», a administração de fármacos letais pelo médico ou profissional de saúde devidamente habilitado para o efeito;*

*d) «Doença grave e incurável», a doença que ameaça a vida, em fase avançada e progressiva, incurável e irreversível, que origina sofrimento de grande intensidade;*

*e) «Lesão definitiva de gravidade extrema», a lesão grave, definitiva e amplamente incapacitante que coloca a pessoa em situação de dependência de terceiro ou de apoio tecnológico para a realização das atividades elementares da vida diária, existindo certeza ou probabilidade muito elevada de que tais limitações venham a persistir no tempo sem possibilidade de cura ou de melhoria significativa;*

*f) «Sofrimento de grande intensidade», o sofrimento decorrente de doença grave e incurável ou de lesão definitiva de gravidade extrema, com grande intensidade, persistente, continuado ou permanente e considerado intolerável pela própria pessoa;*

*g) «Médico orientador», o médico indicado pelo doente que tem a seu cargo coordenar toda a informação e assistência ao doente, sendo o interlocutor principal do mesmo durante todo o processo assistencial, sem prejuízo de outras obrigações que possam caber a outros profissionais;*

*h) «Médico especialista», o médico especialista na patologia que afeta o doente e que não pertence à mesma equipe do médico orientador.*

*Artigo 3.º Morte medicamente assistida não punível*

*1 — Considera-se morte medicamente assistida não punível a que ocorre por decisão da própria pessoa, maior, cuja vontade seja atual e reiterada, séria, livre e esclarecida, em situação de sofrimento de grande intensidade, com lesão definitiva de gravidade extrema ou doença grave e incurável, quando praticada ou ajudada por profissionais de saúde.*

*2 — Para efeitos da presente lei, consideram-se legítimos apenas os pedidos de morte medicamente assistida apresentados por cidadãos nacionais ou legalmente residentes em território nacional.*

*3 — A morte medicamente assistida ocorre em conformidade com a vontade e a decisão da própria pessoa, que se encontre numa das seguintes situações:*

*a) Lesão definitiva de gravidade extrema;*

*b) Doença grave e incurável.*

*4 — A morte medicamente assistida pode ocorrer por:*

*a) Suicídio medicamente assistido;*

*b) Eutanásia.*

*5 — A morte medicamente assistida só pode ocorrer por eutanásia quando o suicídio medicamente assistido for impossível por incapacidade física do doente.*

*6 — O pedido subjacente à decisão prevista no n.º 1 obedece a procedimento clínico e legal, de acordo com o disposto na presente lei.*

*7 — O pedido pode ser livremente revogado a qualquer momento, nos termos do artigo 12.º"*

Como se lê, a Lei traz a definição de "morte medicamente assistida", "suicídio medicamente assistido" e "eutanásia", além de outras definições paralelas abordadas nesse trabalho, tais como: "doença grave e incurável", "lesão

definitiva de gravidade extrema", "sofrimento de grande intensidade".

Curiosamente a eutanásia está classificada como subespécie da denominada morte medicamente assistida, e aquela, eutanásia, está ao lado do suicídio medicamente assistido.

Para a Lei, a morte antecipada será admitida em casos especificados no próprio texto, o qual traz com exaustivo detalhe as hipóteses de incidência e o procedimento necessário, mas trata do ato como o exercício de um direito fundamental à autodeterminação e livre desenvolvimento da personalidade.

Não obstante afirmar ser um direito, este é apenas admitido sob determinadas circunstâncias bem delimitadas na Lei, como explicita o artigo 3º: *"em situação de sofrimento de grande intensidade, com lesão definitiva de gravidade extrema ou doença grave e incurável".*

Outro ponto bem delimitado é a questão da consciência da pessoa que está sobre essas condições, pois a Lei determina com total clareza que só pode ocorrer por decisão dela própria, desde que seja maior, cuja vontade seja atual e reiterada, séria, livre e esclarecida, anulando, numa primeira análise, que terceiros tomem a decisão da eutanásia, mesmo quando cientes da vontade da pessoa que está sem capacidade de externar seu livre-arbítrio.

Por outro lado, assim dispõe logo a seguir:

*"Artigo 11º - Decisão pessoal e indelegável.*

*1 — A decisão do doente em qualquer fase do procedimento clínico de morte medicamente assistida é estritamente pessoal e indelegável.*

*2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, caso o doente que solicita a morte medicamente assistida não saiba ou esteja impossibilitado fisicamente de escrever e assinar pode, em todas as fases do procedimento em que seja requerido, fazer-se substituir por pessoa da sua confiança, por si designada apenas para esse efeito, aplicando-se as regras do reconhecimento de assinatura a rogo na presença de profissional legalmente competente, devendo a assinatura ser efetuada na presença do médico orientador, com referência expressa a essa circunstância, e na presença de uma ou mais testemunhas.*

*3 — A pessoa designada pelo doente para substituí-lo nos termos do número anterior, não pode vir a obter benefício direto ou indireto da morte do doente, nomeadamente vantagem patrimonial, nem ter interesse sucessório."*

Nota-se que o legislador previu a hipótese de representação, podendo fazer-se substituir por pessoa de sua confiança, mas única e exclusivamente quando não souber ou esteja impossibilitado de escrever e assinar.

Dessa forma, não há previsão do testamento vital na presente lei, nem mesmo da possibilidade de a pessoa deixar expressa sua vontade antecipadamente.

Deve-se lembrar, contudo, que existe a previsão do testamento vital na ordem jurídica portuguesa. O artigo 5º da Lei n.º 25/2012de 16 de julho, que regula as diretivas antecipadas de vontade, designadamente sob a forma de testamento vital, e a nomeação de procurador de cuidados de saúde e cria o Registro Nacional do Testamento Vital (RENTEV), prevê uma série de limites ao denominado testamento vital, vejamos o artigo 5º:

*"Limites das diretivas antecipadas de vontade*

*São juridicamente inexistentes, não produzindo qualquer efeito, as diretivas antecipadas de vontade:*

*a) Que sejam contrárias à lei, à ordem pública ou determinem uma atuação contrária às boas práticas;*

*b) Cujo cumprimento possa provocar deliberadamente a morte não natural e evitável, tal como prevista nos artigos 134.º e 135.º do Código Penal;*

*c) Em que o outorgante não tenha expressado, clara e inequivocamente, a sua vontade."*

Sabe-se que os artigos 134º e 135º do Código Penal Português (Decreto-Lei n.º 48/95), tratam do homicídio a pedido da vítima e do incitamento ou ajuda ao suicídio. A nova Lei, em tela, lhes acresceu os seguintes itens, ambos de número 3 em cada um dos artigos, como causas de exclusão de punibilidade:

*"3 - A conduta não é punível quando realizada no cumprimento das condições estabelecidas na Lei n.º 22/2023."*

Repita-se, como causa de exclusão de punibilidade e não como causa de exclusão de tipicidade, criminalidade ou antijuridicidade. Importante esta nota, pois a exclusão da punibilidade admite a existência do crime, do ato tipificado, mas exclui a punição ao sujeito ativo do tipo descrito na norma penal.

Resta a interpretação que virá sobre os tais itens em conjugação com o regulamento do testamento vital, também já transcrito, pois a limitação já estava apontada no chamado RENTEV, mas, que faz todo sentido nesse momento atual, deixar de existir.

Poderia o legislador ter sido mais expresso na questão, sem deixar essa problemática ao Judiciário, até como forma de evitar mais processos a serem ingressados nos abarrotados Tribunais.

Sabe-se que o Poder Público tem por muito limitado seu Poder Discricionário e o servidor público mitigado em suas funções por diversos fatores, não desejará jamais resolver a questão de forma simplória, provavelmente impedindo ou até argumentando anulável a vontade obtida por testamento vital, em face da não previsão no diploma em vigor desde meados deste ano e a ausência do procedimento previsto na Lei.

Outra questão a ser mencionada é que a Lei garante o referido direito apenas aos cidadãos nacionais ou legalmente residentes em território nacional, deixando eventual estrangeiro em situação delicada quando se fizer presente situações como a possibilidade de suicídio assistido após grave acidente.

Exemplificamos: uma pessoa que sofre grave acidente automobilístico e após esgotarem-se os esforços médicos, determina-se a impossibilidade de movimento total do pescoço para baixo, a tetraparesia ou tetraplegia, tendo ainda como reflexos, a diminuição da cognição, enquadrando-se essa vítima na definição de lesão definitiva de gravidade extrema. Todavia não terá ele o direito de escolher a eutanásia ou o suicídio assistido?

Cabe ainda ressaltar o não menos importante art. 12º:

*"Artigo 12º - Revogação*

*1 - A revogação do pedido de morte medicamente assistida cancela o procedimento clínico em curso, devendo a decisão ser inscrita no RCE pelo médico orientador.*

*2 - Mediante a revogação do pedido será entregue ao doente o respectivo RCE, devendo ser anexada uma cópia ao seu processo clínico com o relatório final do médico orientador."*

A escolha pelo instituto da revogação a qualquer momento deixa claro para todos que o mais importante será sempre a vontade do paciente, da pessoa que optou pela eutanásia e que sempre poderá impedir a execução do procedimento, optando pela vida.

De qualquer forma a nova Lei sempre vem para atualizar nossa legislação e se em qualquer falha em sua exegese, deverá sofrer a análise do Poder Judiciário, a quem cabe o dever de clarear e dar acesso as pessoas que pretenderem se socorrer da eutanásia.

## Considerações finais

O tema da Eutanásia é de grande relevância e nos leva ao confronto com questões éticas e morais, inclusive com contornos de uma discussão sobre o próprio conceito de vida perante o Estado democrático de Direito.

A civilização mais desenvolvida tem clamado um Estado dito laico, distante das religiões e das crenças que cada indivíduo tem por si próprio ou diante da educação e cultura a qual acaba exposto face sua vida cotidiana.

O tema é extenso e a proposta deste trabalho cumpre o papel de tornar pública a nova legislação diante de conceitos já existentes no mundo atual, sem tecer uma opinião favorável ou contrária.

De fato a eutanásia tem recebido críticas de muitos: críticas essas defensivas e outras acirradas, contrárias.

A ignorância (no sentido mais simplório do signo linguístico) cega as partes quanto a exercerem análise mais profunda sobre o tema. Visando diminuir essa ausência de conhecimento, os conceitos, técnicos ou não aqui apontados, podem possibilitar a busca com maior precisão de uma análise pessoal, sempre eivada dos traços inerentemente personalíssimos de quem a faz.

O legislador parece agir adequadamente ao deixar a última decisão para o campo da individualidade, do direito personalíssimo de cada um de nós e considerar que a pessoa capaz tem o livre arbítrio para decidir seu melhor caminho em situações tão graves.

Não parece que o Estado tenha procurado mitigar o direito a morte medicamente assistida, mas procurou cercar-se da certeza de que não se trata de um suicídio sem qualquer propósito ou um homicídio dissimulado, uma vez que força a garantia de que a vontade do “candidato” a boa morte seja verificada e certificada, tanto em termos de enquadramento técnico, como buscando afastar a influência de terceiros que poderiam estar apenas buscando um favorecimento, seja moral ou econômico com a morte daquela pessoa.

Ao ressaltar que a desistência, dita revogação de sua própria vontade, prevista no art. 12º da Lei, a qual poderá ocorrer a qualquer momento, o legislador deixou claro que sempre prevalecerá a vontade livre de quem optou por essa delicada decisão.

## Bibliografia


Almeida, C. M. (s.d.). A Eutanásia. *Newsletter da Cirurgia C, 2018*, pp. https://ordemdosmedicos.pt/a-eutanasia/.

Cane, Walter (1826). “Medical euthanasia”. pp. a paper published in Latin in 1826 translated and reintroduced to the medical profession. J Hist Med Allied Sci. 1952;7(4):401–416.

diferenca.com. (s.d.). Fonte: https://www.diferenca.com/eutanasia-distanasia-e-ortotanasia/

GPT, O. A. (s.d.). Fonte: https://chat.openai.com/c/88dcc655-8f4c-4b9d-b90b-3124ae1d2b72

Lei. (15 de março de 1995). Código Penal - CP. *Decreto-Lei n.º 48/95*. Portugal: Diário da República n.º 63/1995, Série I-A de 1995-03-15.

line, D. C. (s.d.). *https://www.aulete.com.br/eutan%C3%A1sia*.

Medicas, F. I. (s.d.). Fonte: Ordem dos médicos: https://ordemdosmedicos.pt/estatutos-e-regulamentos/#1504220526430-13f7b9b4-d898

Médicos, C. E. (s.d.). Fonte: https://ordemdosmedicos.pt/wp-content/uploads/2017/08/Carta_Europeia_Princ%C3%ADpios_%C3%89tica_Medica.pdf

Médicos, O. d. (21 de julho de 2016). Regulamento Deontológico – Código Deontológico. Portugal: Diário da República, 2.ª série. Fonte: https://ordemdosmedicos.pt/estatutos-e-regulamentos/#1504205856757-cd477829-9f01

Nerrian-Webster, D. (s.d.). Fonte: https://www.merriam-webster.com/dictionary/euthanasia

Notícias, D. d. (s.d.). Fonte: https://www.dn.pt/portugal/o-que-e-a-eutanasia-distanasia-ou-ortotanasia-9386909.html

República, A. d. (16 de julho de 2012). Lei n.º 25/2012. Portugal: Diário da República n.º 136/2012, Série I de 2012-07-16, páginas 3728 - 3730.

República, A. d. (25 de maio de 2023). Lei n.º 22/2023, de 25 de maio. Portugal: Diário da República n.º 101/2023, Série I de 2023-05-25, páginas 10 - 20.

# DA QUESTÃO NACIONAL AO IMPERIALISMO
# ROSA LUXEMBURGO E A MUDANÇA NO CARÁTER DO ESTADO CAPITALISTA

*Antonio Vogaciano Barbosa Mota Filho*[1]

*Economista (Universidade Federal do Ceará), Mestre em História Econômica (Universidade de São Paulo) e Doutor em Desenvolvimento Econômico (Universidade Estadual de Campinas). Atualmente é pós-doutorando do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp).*

vogaciano@gmail.com

https://orcid.org/0000-0003-1631-3629

**Resumo:** Rosa Luxemburgo foi uma importante socialista do fim do século XIX e começo do século XX. Tendo nascido no Reino da Polônia, partição da Polônia incorporada pelo Império Russo, a questão das nacionalidades foi um tema que marcou toda sua atuação política e suas formulações teóricas. Enquanto parte do socialismo do período defendia a independência da Polônia, Luxemburgo desenvolveu uma profunda crítica ao nacionalismo, postulando, em seu lugar, a organização da classe trabalhadora para atuar em uma revolução socialista internacionalista. As transformações políticas iniciadas com a Revolução Russa de 1905 exigiram de Luxemburgo uma formulação mais precisa sobre sua crítica nacionalismo e à ideia do "Estado-Nação". Na era do imperialismo, este já não cumpriria mais um papel progressivo nas relações sociais, como ocorrera com as revoluções burguesas do século XVIII e de parte do século XIX. Este artigo tem como objetivo analisar as formulações de Luxemburgo, desenvolvidas entre 1907 e 1909, sobre as transformações ocorridas no caráter do Estado capitalista com o surgimento do imperialismo. Para tanto, este trabalho está dividido em três seções: uma introdução; uma segunda seção, em que se analisa a interpretação de Luxemburgo sobre o que denomina a passagem do "Estado-Nação" ao "Estado conquistador"; e uma conclusão.

***Palavras-chave:*** *Questão das nacionalidades; Imperialismo; Estado-Nação.*

## FROM THE NATIONAL QUESTION TO IMPERIALISM
## ROSA LUXEMBOURG AND THE CHANGE IN THE CHARACTER OF THE CAPITALIST STATE

**Abstract:** Rosa Luxemburg was an important socialist of the late 19th and early 20th centuries. Having been born in the Kingdom of Poland, a partition of Poland incorporated by the Russian Empire, the question of nationalities was a theme that marked all her political activity and theoretical formulations. While part of the socialism of the period defended the independence of Poland, Luxemburg developed a profound critique of nationalism, postulating instead the organization of the working class to act in an internationalist socialist revolution. The political transformations that began with the Russian Revolution of 1905 required Luxemburg to formulate her critique of nationalism and the idea of the "nation state" more precisely. In the era of imperialism, the nation-state would no longer fulfill a progressive role in social relations, as it had in the bourgeois revolutions of the 18th century and part of the 19th century. The aim of this article is to analyze Luxemburg's formulations, developed between 1907 and 1909, on the transformations that took place in the character of the capitalist state with the rise of imperialism. To this end, this work is divided into three sections: an introduction; a second section, which analyses Luxemburg's interpretation of what she calls the transition from the "nation state" to the "conquering state"; and a conclusion.

***Keywords:*** *Question of nationalities; Imperialism; Nation-state.*

[1] *O autor agradece à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de doutorado, permitindo examinar a questão das nacionalidades na obra de Rosa Luxemburgo. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste artigo são de responsabilidade do autor.*

## 1. Introdução

Historicamente, o Império Russo foi percebido como o bastião da reação política na Europa. O czarismo bloqueou, por meio da violência militar mais extrema, o avanço de revoluções burguesas dentro das suas fronteiras, mas também na Europa, enviando tropas para conter a revolução húngara, em 1848, por exemplo. Enquanto, na Europa Ocidental, o absolutismo era paulatinamente substituído por regimes políticos de corte liberal, com normas legais estabelecidas por constituições que garantiam direitos individuais e que estabeleciam o controle dos parlamentos sobre a realeza, na Rússia, o mais próximo da adoção de uma constituição, as chamadas "Leis Fundamentais", ocorreu apenas em 1906. É importante salientar que, após séculos de expansão territorial, o Império Russo havia incorporado diferentes nacionalidades, como os poloneses e lituanos, que eram discriminados pela legislação das autoridades: seu acesso à educação era restrito e não lhes era permitido utilizar seus idiomas em comunicações oficiais às autoridades, como em processos judiciais. Assim, a questão das nacionalidades foi um tema político maior dentro do Império.

De forma inesperada, o czarismo teve seus pilares sacudidos no começo do século XX, com a chamada "revolução russa de 1905", a qual marcou o movimento socialista europeu. Uma experiência que gerou consequências importantes, como a formulação da teoria da revolução permanente, de Leon Trotsky, e o entusiasmo de Rosa Luxemburgo com a espontaneidade revolucionária e a greve geral de massas. Ambos os revolucionários eram de origem judia e de grupos nacionais oprimidos: Luxemburgo era polonesa e Trotsky, nascido na atual Ucrânia.

O ano de 1905 foi marcado pela ascensão política das massas no Império. No começo de janeiro, dois estivadores são demitidos do estaleiro naval de São Petersburgo, gerando reação imediata dos demais trabalhadores dos estaleiros da cidade, que iniciaram uma greve. Em pouco tempo, a paralisação se espalhou por toda a cidade. Então, os trabalhadores formularam uma petição endereçada ao Czar Nicolau II, com dezoito exigências de reforma do sistema político russo. No dia 22 de janeiro, cerca de duzentos mil trabalhadores grevistas, liderados pelo padre ortodoxo Georgy Gapon se dirigiram ao Palácio de Inverno com a esperança de entregarem ao czar a petição política. Ao se aproximarem do Palácio, o exército russo dispersou brutalmente a manifestação, deixando centenas de pessoas mortas e feridas (SABLINSKY, 1976, p. 267). O "domingo sangrento", como ficou conhecido o episódio, teve como efeito direto aumentar o apoio ao movimento grevista.

> Seguiu-se um vasto e espontâneo movimento de greve, tornando os trabalhadores industriais russos uma poderosa força revolucionária. Um dia após o massacre de São Petersburgo, cerca de 160.000 trabalhadores na Rússia se abstiveram de trabalhar em protesto, dos quais 45.000 eram apenas da região de Moscou. Durante o mês de janeiro, 410.000 trabalhadores entraram em greve sem precedentes em todo o império, o que provocou uma completa desordem. (ZIMMERMAN, 2004, p. 194-195).

A ação conjunta do proletariado polonês e russo foi defendida diversas vezes por Rosa Luxemburgo e era uma das marcas da política do SDKPiL (LUXEMBURG, 1979, p. 209). A ação política das massas explicitava, portanto, uma possível solução para o problema das nacionalidades do Império Russo: a luta comum contra a autocracia e pela conquista de direitos democráticos.

Em outubro de 1905, o czar Nicolau II publicou o manifesto sobre a melhoria da ordem estatal, mais conhecido como "Manifesto de Outubro". Expressando preocupação com o crescimento das manifestações em todo o Império e

temendo pela sua integridade e unidade, o Manifesto garantia direitos civis e liberdades essenciais como "verdadeira inviolabilidade da pessoa, liberdade de consciência, de expressão, de reunião e de associação"1. Além disso, ele ampliava o direito de voto na eleição do parlamento russo, a Duma, para todas as classes.

Podemos dizer que as consequências do Manifesto foram ambíguas. Por um lado, a abertura política, ainda que parcial, permitiu melhorar a organização das atividades políticas e sindicais. Como afirma Frankel (1981, p. 156): "Provavelmente o aspecto mais emocionante da vida política no período pós-Outubro foi a liberdade de expressão agora permitida em um grau muito maior do que antes". Reuniões políticas eram organizadas diariamente, novos jornais publicados e os sindicatos ganhavam novos membros. Por outro lado, a publicação trouxe mudanças na dinâmica política do movimento na Polônia. Com as concessões do Manifesto, Nicolau II conseguiu recuperar um pouco do apoio social perdido ao longo das manifestações, uma vez que atendia parte das demandas exigidas pelos oposicionistas.

Com maior legitimidade social, o governo também pode aumentar a repressão sobre as organizações social-democratas. A tentativa de pacificação social por meio do Manifesto combinada com uma maior repressão fizeram com que a revolução perdesse força. A fase descendente da Revolução é analisada por Luxemburgo em "A lição das três Dumas", texto publicado na revista teórica do SDKPiL, "Przegląd Socjaldemokratyczny", em maio de 1908, no qual aponta para o drama da social-democracia do Império após a derrota.

> E, bem, nos encontramos novamente naquele típico ciclo vicioso, no qual a atividade socialista estava presa nos longos anos antes da revolução: As fileiras revolucionárias respondem à repressão do absolutismo com um silêncio fraco. Mas como se pode quebrar essa fraqueza e chamar a resistência, quando se tornou impossível para as fileiras revolucionárias se reunirem, agirem e se dirigirem por falta desses mesmos direitos e liberdades? Assim, a social-democracia está novamente diante de uma esfinge que se eleva até a superfície da sociedade toda vez que a força criativa da revolução se afunda em suas profundezas e se esconde nas fundações: esta esfinge é a imobilidade das massas. [...] Como a classe trabalhadora apenas se retira e fica quieta, a fadiga e a fraqueza parecem ser seu estado "natural", e a tarefa de conduzi-la deste estado pertence à Social-Democracia - uma tarefa insolúvel, como a face de pedra de uma esfinge. (LUXEMBURG, 2022, p. 376 - tradução nossa).

Uma vez derrotada a Revolução, era fundamental adaptar a tática política para a nova situação do Império. Os pequenos textos, com tom incendiário, publicados diariamente nesse período, dão espaço a produções mais extensas, em que a autora busca aprofundar questões anteriormente tratadas de forma ligeira, denunciando o avanço da reação e tentando decifrar o enigma da esfinge da inação das massas.

Em 1907, Luxemburgo inicia a escrita de um conjunto de seis artigos para a revista teórica do SDKPiL. Os artigos foram publicados entre 1908 e 1909 e compilados em formato de livro com o título "A questão das nacionalidades e a autonomia" (QNA) (LUXEMBURGO, 1988). Ainda que QNA seja a obra em que Luxemburgo expõe de forma mais elaborada suas ideias sobre a questão das nacionalidades, é relevante apontar que sua escrita se fez junto à preparação dos cursos para a Escola do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), cujos textos foram parcialmente publicados no livro "Introdução à economia política" (IEP) (LUXEMBURGO, 2009). Para além do aspecto temporal em que ambas as obras

1 O texto do manifesto está disponível em: https://www.marxists.org/history/ussr/events/1905/october-manifesto.htm. Acesso em: 22/02/2024.

foram desenvolvidas, suas temáticas se cruzam, como quando, ao final de IEP, Luxemburgo (2009, p. 200) afirma que o modo de produção capitalista sempre se desenvolveu dentro de um formato mundial. Há, portanto, um diálogo entre as duas obras, de modo que a compreensão do desdobramento das ideias da autora sobre a questão das nacionalidades também passa pela análise do conteúdo de IEP. Em seguida, analisamos como Luxemburgo aborda, em QNA e IEP, as mudanças ocorridas no papel do Estado burguês ao longo do desenvolvimento do capitalismo.

## 2. Do Estado-nação ao Estado conquistador

A primeira questão que Luxemburgo analisou em seus artigos foi a relação entre Estado, capitalismo e nação. A autora desenvolve suas posições em diálogo, e, principalmente, em contraposição, aos escritos de Karl Kautsky, que estabelecera a interpretação oficial da Segunda Internacional sobre a questão das nacionalidades, em seu artigo "A nacionalidade moderna", de 1887 (KAUTSKY, 1978, p. 108). Em 1907, Kautsky voltou a analisar o tema das nacionalidades com a publicação do artigo "Nacionalidade e Internacionalidade". O artigo criticava a ideia de nação como uma comunidade cultural fundada num destino comum1, pois essa definição não permitia compreender como nações marcadas por grandes diferenças culturais seguem existindo.

> [...] o camponês alemão e o camponês dinamarquês em Schleswig têm uma comunidade cultural mais próxima do que o camponês alemão em Schleswig e o jornalista e artista alemão em Berlim W., enquanto este último está em uma comunidade cultural mais próxima com os jornalistas e artistas em Paris (KAUTSKY, 1978, p. 124 - tradução nossa).

Kautsky reconheceu que a nação era uma relação social e que seu significado podia se alterar profundamente de acordo com as circunstâncias. Em sua busca de um elemento social que unificasse uma nação, o autor se concentrou na língua, cuja difusão seria uma função do progresso econômico da comunidade. A formação de uma economia mundial capitalista teria, portanto, impactos culturais significativos, como a formação de uma cultura internacional em comum, que exigiria a constituição de uma língua mundial.

Ao contrário do que a análise de Kautsky deixa transparecer, o desaparecimento de alguns povos e suas línguas não é um processo de convergência tranquila rumo a uma cultura cosmopolita em comum. Luxemburgo divergia desse tipo de análise anistórica do progresso econômico capitalista, a qual não levava em consideração as tensões inerentes a ele. Para a revolucionária polonesa, a reprodução do capital é intrinsecamente violenta: a "violência política é apenas o veículo do processo econômico" (LUXEMBURG, 1985, p. 309). A brutalidade da política no capitalismo está intimamente vinculada à brutalidade com que sua economia se reproduz.

Luxemburgo, além disso, analisava a posição das economias nacionais dentro da divisão internacional do trabalho, uma vez que, para a autora, o "problema nacional" estava "estreitamente vinculado a todo o sistema da política interna e externa do Estado" (LUXEMBURGO, 1988, p. 9).

Levando em consideração a dinâmica da economia mundial, o âmbito da ação dos Estados já não se restringiria ao formato nacional. Na interpretação de Luxemburgo (1988), o Estado nacional teria sido uma forma particular de organização político-administrativa, característico do período das revoluções burguesas. Ao

[1] Definição apresentada por Otto Bauer no seu livro A questão das nacionalidades e a social-democracia (2000).

privilegiar apenas nos aspectos formais do Estado nacional, Kautsky não teria levado em consideração como evoluiu a relação entre o conteúdo do Estado e o da economia: "Quanto maior for o progresso do modo de produção moderno, maior terá que ser o Estado-nação, se quiser satisfazer as exigências daquele" (LUXEMBURGO, 1988, p. 131). A expansão do Estado-nação é, na realidade, uma condição para a continuidade da expansão da economia capitalista e, inversamente, a promoção da economia gera desenvolvimento da vida nacional. Ao contrário de Kautsky (1978), que afirmava que "O Estado-nação é a forma que melhor responde às condições modernas; é a forma na qual o Estado pode mais facilmente cumprir suas tarefas" (p. 149), Luxemburgo observa que o Estado nacional, tal como descrito por ele, não existia mais.

No caso da Europa ocidental, o Estado nacional foi um instrumento fundamental para superar os obstáculos gerados pela fragmentação administrativa do feudo, que atuava como impedimento à expansão da produção capitalista, e para garantir a centralização política, cuja forma inicial foi o absolutismo.

> Cada cidade, cada aldeia, cada região, tinha seu próprio governo, sua legislação, seus impostos; num mesmo Estado havia um sem-fim de pequenas barreiras legais e alfandegárias que, como um tabuleiro de xadrez, o dividiam em pequenos pedaços. Esta descentralização constituiu o traço característico da economia natural desse tempo e da produção artesanal que então existia de forma embrionária. [...] A revolução que se opera nas relações de produção e de troca no final da Idade Média, o incremento da produção mercantil e da economia monetária junto com o desenvolvimento do comércio internacional, a simultânea revolução no sistema militar, a decadência da nobreza guerreira e o surgimento dos exércitos regulares, constituem os fatores que, no marco das relações políticas existentes, levaram ao fortalecimento do poder dos príncipes e deram origem ao absolutismo. A criação de um aparelho estatal centralizado constituiu a tendência fundamental do absolutismo. (LUXEMBURGO, 1988, p. 82 – grifo da autora).

Para Luxemburgo (1988, p. 83), "o absolutismo, em sua luta contra a dispersão feudal e o regionalismo no ocaso da Idade Média constituiu, indubitavelmente, uma manifestação do progresso histórico". Nota-se que o Estado cumpria tanto o papel de destruição quanto o de criação e, na versão absolutista, sua ação possibilitava o surgimento de uma economia unificada em território nacional. Antes mesmo de surgir a ideia de "nação" como comunidade política vinculada por laços políticos, o Estado absolutista abriu espaço para uma visão de economia nacional. Assim, a autora entende o absolutismo como um "degrau para o desenvolvimento da burguesia moderna" (LUXEMBURGO, 1988, p. 83).

Ainda que tivesse encontrado no Estado absolutista um escopo institucional adequado para a expansão inicial da produção mercantil, a burguesia da Europa Ocidental não tardou a perceber que o funcionamento do mercantilismo se transformava em crescente obstáculo ao aprofundamento da economia capitalista. No embate contra o absolutismo e os resquícios da ordem feudal, a burguesia atuou como classe revolucionária. Dessa maneira, ela provocava o avanço de certos direitos e moldava o formato e o conteúdo do Estado burguês, culminando no sentido moderno de "nação", como "o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política" (LUXEMBURGO, 1988, p. 31). Luxemburgo, portanto, não nega que, na conjuntura da crise do absolutismo e das revoluções do final do século XVIII e início do XIX, a burguesia atuou como classe revolucionária.

> E se encontramos na história das sociedades modernas certos movimentos "nacionais" e certas lutas pelos "interesses nacionais", trata-se dos eternos movimentos classistas do estrato burguês predominante, que num dado momento podem até certo ponto representar também os interesses de outros estratos sociais, se sob a forma de "interesses nacionais" definem-se certas pautas progressistas do desenvolvimento histórico e se a classe independente e politicamente consciente da massa da população for liderada pela burguesia. A burguesia francesa tinha, no tempo da grande revolução, pleno direito de representação do "povo" francês como terceiro estado [...] era evidente que o significado da causa revolucionária da classe burguesa se identificava, naquele período de desenvolvimento social, com a causa de toda a população que constituía - conjuntamente com a burguesia - uma massa politicamente homogênea contra o feudalismo. (LUXEMBURGO, 1988, p. 40-41).

Logo, as ideias liberais, longamente gestadas na crítica ao absolutismo, ganham concretude política no surgimento do indivíduo legalmente portador de direitos políticos e desprovido de qualquer outra forma de sobrevivência, além da venda da sua força de trabalho. Ou seja, o resultado do longo processo de formação nacional dos países da Europa ocidental foi a montagem da economia capitalista e a individuação. Nota-se, assim, a ambiguidade das revoluções burguesas, que, para as classes populares, foi marcada por um âmbito de construção de direitos e do surgimento de uma identidade comum, mas, para a burguesia, se concentrou na moldagem da atuação do Estado para garantir o aprofundamento da economia capitalista.

Ao discorrer sobre o capitalismo, Luxemburgo menciona os limites teóricos da abordagem de Kautsky, que se mantém num plano analítico abstrato. Em um primeiro momento, para a burguesia dos países que tiveram um "desenvolvimento normal" do capitalismo, a questão nacional significava a consolidação de um mercado interno para seus produtos. Nesse sentido, o produto das revoluções burguesas, na Europa Ocidental, foi a economia capitalista consolidada e em expansão e, do ponto de vista político, uma "nação" fortemente vinculada ao escopo do Estado burguês. Uma vez superado o absolutismo e o mercantilismo no centro do capitalismo e, com eles, o antigo sistema colonial nas Américas, o modo de produção capitalista consolidou-se.

Mesmo quando após a superação do absolutismo pelas revoluções burguesas, sua tendência à centralização política se manteve nos Estados burgueses (LUXEMBURGO, 1988, p. 83)1. Portanto, mais que uma particularidade do absolutismo, a centralização era uma verdadeira característica do desenvolvimento do capitalismo, vista por Luxemburgo como central até para a transição ao socialismo.

> Esta tendência centralista do desenvolvimento do capitalismo representa uma das bases principais do futuro do regime socialista, pois somente a máxima concentração da produção e da troca permite estabelecer uma economia socialista planificada em escala mundial. Por outra parte, só mediante a concentração e centralização, tanto da classe operária como força de combate como também do poder estatal, torna-se possível que o proletariado tome finalmente este poder em suas mãos para estabelecer sua ditadura e levar a cabo a revolução socialista. Um

[1] É possível perceber certo eco das ideias de Luxemburgo no *opus magnum* de Karl Polanyi (2000), "A grande transformação". Ao contrário do que defende parte dos economistas liberais, Polanyi indica que o mercado não teria nascido por meio de uma "ordem espontânea", mas pela intervenção do Estado absolutista e por sua tendência centralizadora, identificada por Luxemburgo. De acordo com o autor: "A ação deliberada do estado nos séculos XV e XVI impingiu o sistema mercantil às cidades e às municipalidades ferrenhamente protecionistas. O mercantilismo destruiu o particularismo desgastado do comércio local e intermunicipal, eliminando as barreiras que separavam esses dois tipos de comércio não competitivo e, assim, abrindo caminho para um mercado nacional que passou a ignorar, cada vez mais, a distinção entre cidade e campo, assim como as que existiam entre as várias cidades e províncias. O sistema mercantil foi, na verdade, uma resposta a vários desafios." (POLANYI, 2000, p. 86).

> grande Estado capitalista é, portanto, o marco político apropriado no qual pode atuar e triunfar a moderna luta de classes do proletariado (LUXEMBURGO, 1988, p. 84-85).

A tendência à centralização era inerente ao capitalismo. A expansão dos meios de transporte e comunicação no período da Segunda Revolução Industrial foi um exemplo disso, pois, ao garantirem o aumento da produção e do comércio, as ferrovias e os correios e telégrafos foram submetidos a uma regulação central, avessa ao particularismo regional (LUXEMBURGO, 1988, p. 187-188). Uma vez que a revolução socialista era entendida como consequência do crescimento econômico, tudo que impedisse a centralização cumpriria um papel reacionário.

Da defesa da centralização política, Luxemburgo desenvolve uma dura crítica ao federalismo. Ao analisar como o federalismo se desenvolveu na Suíça, Estados Unidos, Alemanha e no Império Austro-Húngaro, Rosa percebe que, paulatinamente, ele foi abandonado em nome do fortalecimento do governo central. Com esses exemplos históricos, ela encontrou respaldo para a hipótese de que o centralismo avançava junto com o desenvolvimento do capitalismo, concluindo que "a social-democracia de todos os países é uma decidida adversária do regionalismo e do federalismo" (LUXEMBURGO, 1988, p. 85 - acréscimos nossos). Além disso, a autora analisou a defesa do federalismo nos programas de diferentes partidos, como a Federação Revolucionária da Armênia, o partido judeu Sierp e a Hromada Revolucionária Bielo-Russa. Para ela, o federalismo "é somente uma frase sem sentido, e que entre os diversos grupos nacionalistas, [...] na verdade não existe ideia alguma que os unifique e crie uma plataforma comum para conciliar seus interesses contraditórios" (LUXEMBURGO, 1988, p. 104).

Mais que um Estado-"nação" ou uma federação política frouxa, "[u]m grande Estado capitalista é, portanto, o marco político apropriado no qual pode atuar e triunfar a moderna luta de classes do proletariado" (LUXEMBURGO, 1988, p. 85). Trata-se de um fundamento econômico que deixa pouca capacidade de reação por parte das pequenas nações, uma vez que "[a] devolução da independência a todos ou à maioria dos países hoje subjugados só seria possível se a liberdade das nações pequenas tivesse alguma oportunidade de sobrevivência e de futuro desenvolvimento dentro da etapa capitalista" (LUXEMBURGO, 1988, p. 34). Garantir a independência política das pequenas nações significaria, do ponto de vista econômico, "um retrocesso para o desenvolvimento capitalista prematuro dos pequenos Estados medievais, muito mais para além dos séculos XV e XVI" (LUXEMBURGO, 1988, p. 34).

Ainda que Luxemburgo concorde com a conclusão final de Kautsky, de que o capitalismo tende a gerar grandes Estados e "condena a priori um sem-número de pequenas e médias nações à impotência política" (LUXEMBURGO, 1988, p. 34), a percepção de como esse processo ocorria os separa. Longe de ser restrito ao campo cultural, cuja consequência seria um maior progresso econômico, o surgimento dos grandes Estados é marcado pela colonização, destruição de formas de vida pré-capitalistas e imposição violenta do modo de produção do capital. Ponto central de sua obra "A acumulação de capital", escrita em 1912, a amplitude do aspecto violento e destrutivo do avanço do capitalismo já se insinua na sua análise da questão das nacionalidades.

Uma vez ultrapassado o período nacional do capitalismo, a burguesia atualiza sua visão da questão nacional e da forma como o Estado burguês deve atuar. Se o Estado-nação cumpriu um importante papel no surgimento e no desenvolvimento inicial do capitalismo, no período do imperialismo, o Estado conquistador responderia melhor às condições

econômicas modernas (LUXEMBURGO, 1988, p. 35).

> [...] o que a burguesia capitalista necessita para seu devido desenvolvimento é um militarismo forte, que sirva como garantia da imunidade da "pátria", e como arma para abrir caminho para o mercado mundial; além disto, também depende da existência de uma política alfandegária específica para o exterior, formas correspondentes de administração, comunicação, sistema jurídico, ensino escolar, e uma política financeira adequada. (LUXEMBURGO, 1988, p. 59-60).

Para além do papel de instrumento de opressão de classe, o Estado é também instrumento central para o desenvolvimento do capitalismo. Não há nas formulações da autora uma fronteira rígida separando a "economia" da "política", porque, "[p]ara seu desenvolvimento normal, a burguesia necessita não só de condições estritamente econômicas, mas lhe são igualmente indispensáveis as condições políticas que lhe assegurem sua dominação de classe" (LUXEMBURGO, 1988, p. 60).

Concluída a formação nacional do capitalismo, a defesa do Estado-nação pela burguesia se torna uma defesa do Estado capitalista moderno, isto é, de um instrumento que impulsione os interesses da classe dominante e, consequentemente, a concorrência internacional. Criado e moldado pela burguesia em sua contenda com a nobreza, o Estado capitalista moderno foi transformado em instrumento da luta internacional pela ascensão na hierarquia da economia mundial, das diferentes burguesias. Dessa forma, as instituições da democracia burguesa e a garantia de direitos aparecem subordinadas ao objetivo da burguesia de moldar o Estado segundo seus interesses que não tem hesitado em se desvencilhar da democracia para impor sua ordem institucional1.

Na transição do capitalismo da forma marcadamente nacional para a internacional, ou ainda, no momento do surgimento do imperialismo, "O Estado nacional é ao mesmo tempo esta forma histórica imprescindível na qual a burguesia passa da defesa nacional para posições de ofensiva, da autoproteção e concentração da própria nacionalidade para a política de usurpação e dominação de outras nacionalidades" (LUXEMBURGO, 1988, p. 60). Nessa formulação, Luxemburgo mostra um aspecto diacrônico do capitalismo, uma vez que o Estado passa de "nação" a "conquistador" e essa transição é produto e causa do desenvolvimento do capitalismo.

Entretanto, em IEP e na maneira como a autora relacionava a forma nacional e a conquistadora do Estado, deparamo-nos num primeiro momento, com uma interpretação diferente. Nessa obra, Luxemburgo indica que o modo de produção capitalista, desde o surgimento, foi marcado pela expansão internacional e "Dentro de cada país industrial europeu, a produção capitalista está constantemente pressionando a produção camponesa e artesanal em pequena escala. Ao mesmo tempo, integra todos os países atrasados da Europa, todos os países da América, Ásia, África, Austrália, na economia mundial" (LUXEMBURG, 2009, p. 394). Nesse sentido, a formação nacional e o expansionismo internacional sempre teriam coexistido na evolução do capital.

Aparentemente, estaríamos diante de uma contradição no pensamento de Luxemburgo, pois, se a formação do capitalismo nacional na Europa ocidental se deu junto com sua expansão internacional, não faria sentido falar de uma passagem do Estado-nação ao Estado

[1] A importância da democracia, bem como seus limites, é analisada por Luxemburgo em *Reforma ou Revolução?*, texto que marca sua intervenção na polêmica do revisionismo (LUXEMBURGO, 2011). A abordagem de Luxemburgo sobre o tema sistematizado por Löwy (2017).

"conquistador". Visto que a expansão marca todo o modo de produção capitalista, não seria mais correto afirmar que o Estado burguês sempre foi um Estado "conquistador"? Essa importante discussão não obteve, contudo, uma resposta precisa e definitiva da autora.

Para Luxemburgo, o momento nacional do capitalismo era espacial e temporalmente definido: entre o fim do feudalismo e as revoluções burguesas, tal como ocorrido nos países da Europa Ocidental. A formação do capitalismo nesse território decorreu de lenta e longa transformação até a geração das nações e do Estado burguês, enquanto que nas demais regiões da economia-mundo capitalista tudo se passou de forma diferente. A autora identifica no comércio mundial e no colonialismo dois processos de expansão do capitalismo nas regiões periféricas. Ambos são formas de que dispõe o capitalismo para organizar a violência contra as formações econômicas pré-capitalistas.

O baixo preço das mercadorias oriundas da grande indústria inviabilizava a produção artesanal e a violência armada dizimava os povos nativos que se rebelavam contra a colonização. A rápida desagregação das formações sociais pré-capitalistas e o controle exógeno da dinâmica econômica faziam com que a periferia não passasse pelo mesmo formato de crescimento do capitalismo da região central. A seguinte passagem, ainda que extensa, indica as diferenças históricas no centro e na periferia:

> A conquista do país por um Estado europeu ou mesmo a instalação de colônias comerciais européias nestes países resultou muito rapidamente na abolição pela força da propriedade comum do solo, a divisão deste último em propriedade privada, o roubo dos rebanhos, a inversão de todas as relações tradicionais na sociedade. O resultado geralmente não foi o que assumimos, ou seja, a transformação da comunidade comunista em uma sociedade de produtores privados livres com troca de mercadorias. Pois a propriedade comum desagregada não se torna propriedade privada dos nativos, ela é roubada e roubada pelos intrusos europeus, e os próprios nativos, privados de suas antigas formas de existência e meios de vida, ou são transformados em escravos assalariados, ou simplesmente em escravos dos comerciantes europeus, ou, quando isso é inconveniente... exterminados, como os alemães estão fazendo atualmente com os negros do Sudoeste da África. Para todos os povos primitivos dos países coloniais, a transição de seu estado primitivo comunista para o capitalismo moderno veio como uma catástrofe repentina, como uma infelicidade indescritível, cheia do mais terrível sofrimento. No caso das populações européias, não foi uma catástrofe, mas um processo lento, gradual e insensível, que durou séculos. (LUXEMBURG, 2009, p. 328-329 - tradução nossa).

A aparente contradição no pensamento de Luxemburgo, sobre a diacronia ou sincronia da expansão do capitalismo ao seu momento nacional, se resolve se levarmos em consideração o ponto de vista que ela assume nas diferentes obras. Em QNA, a autora parte da forma como o capitalismo se desenvolveu em seu centro, particularmente, na Europa. Nessa obra, ela discorre sobre como os países que primeiro estabeleceram os parâmetros econômicos e políticos necessários à expansão capitalista, como a França e a Inglaterra, rapidamente assumiram um papel protagonista na economia mundial, moldando-a. Esses países se constituíram como centro do capitalismo e estruturaram uma hierarquia entre as economias nacionais. Fazer parte do centro significava moldar o funcionamento do sistema. Em IEP e, posteriormente, em "A acumulação do capital", Luxemburgo adota, principalmente, o ponto de vista da periferia, à qual foi imposto o aspecto conquistador do capitalismo. A ausência do momento nacional na gestação do capitalismo periférico não significou uma

má-formação. Tratou-se antes de uma consequência do formato da expansão do modo de produção, que engendrou economias reflexas na periferia, cuja dinâmica era condicionada pelo centro do capitalismo.

Então, quais mudanças foram geradas na periferia com a passagem do momento nacional do capitalismo no centro para a fase eminentemente expansionista? Nesse sentido, uma primeira questão se coloca no âmbito do sistema colonial. Luxemburgo indica que há uma diferença entre a colonização do início do capitalismo e a ocorrida na maturidade do sistema.

> Tanto a América do Norte como a América do Sul foram vítimas, até o século XIX inclusive, do primitivo sistema da política colonial que consistia muito mais na pilhagem do país e de suas riquezas naturais com a finalidade de enriquecer os tesouros dos países europeus, do que uma exploração racional que fomentasse a produção capitalista. [...] Por outra parte, o sistema colonizador contemporâneo cria uma dependência muito menos superficial que o antigo. (LUXEMBURGO, 1988, p. 36-37 - acréscimo nosso).

Pode-se pensar num possível eco do pensamento de Luxemburgo na clássica análise de Fernando Novais (2007, p. 2) sobre o "antigo sistema colonial", visto como uma forma mercantilista de colonização. Uma vez superado o mercantilismo, período que corresponde à formação nacional do capitalismo, o antigo sistema colonial entrou em crise e foi substituído por outro, cuja dinâmica estava vinculada ao novo formato de operação mundial da economia capitalista - o imperialismo.

Com uma dependência mais superficial, a colonização originária permitiu processos de independência política, que não alteraram a posição periférica da América Latina, por exemplo. Para Luxemburgo (1988, p. 37), "a conquista da independência por parte das colônias americanas não suprimiu em si a subjugação nacional, mas houve apenas uma troca de nacionalidades: simplesmente mudaram os papéis". De oprimidos, os grandes países que surgiram com a independência política logo se tornaram opressores. É o caso dos Estados Unidos, qualificado por Luxemburgo (1988) como "um dos mais fortes focos da conquista imperialista", do Brasil e da Argentina, que "conseguiram sua independência dos reinos europeus principalmente para terem o monopólio do comércio de escravos e de sua exploração de plantações, e para conquistarem todas as colônias mais fracas da vizinhança" (LUXEMBURGO, 1988, p. 37).

Ainda que haja diferenças entre QNA e IEP, há um aspecto em que ambas as obras convergem: a percepção de que o modo de produção capitalista se expande destruindo formações sociais e econômicas menos desenvolvidas. Em QNA, está claro que o incremento do comércio "provoca a inevitável, ainda que às vezes muito lenta ruína de todas as sociedades mais primitivas, aniquila sua maneira histórica de 'autodeterminação', torna-as dependentes da roda trituradora do desenvolvimento capitalista e da política internacional" (LUXEMBURGO, 1988, p. 35). Com esse espírito, em IEP, conclui-se que "o que distingue o modo de produção capitalista dos modos de produção anteriores é sua tendência interna de se espalhar por toda a Terra e caçar todas as outras formas mais antigas de sociedade." (LUXEMBURG, 2009, p. 393).

Para a burguesia, surgida no feudalismo, o Estado moderno era o produto de longas tensões e conflitos com a nobreza, tratando-se de um formato institucional (político, administrativo e econômico), que assegurou a ascensão do capitalismo. Se o Estado aparecia como peça central para a burguesia, a posição do proletariado em relação a ele é bem outra.

> [...] a ideia de que o proletariado contemporâneo, como classe separada e consciente de seus

> interesses, pudesse dar início à criação de um Estado nacional moderno seria tão absurda como a de que em qualquer país a burguesia instaurasse em primeiro lugar o regime feudal, se este por qualquer razão não tivesse se formado normalmente ou tivesse tomado formas peculiares, como por exemplo, na Rússia. (LUXEMBURGO, 1988, p. 64).

Se politicamente a burguesia atua para construir e moldar o Estado capitalista, o proletariado atua para aboli-lo. Luxemburgo reconhece que, historicamente, os trabalhadores participaram de movimentos nacionais para a criação de um Estado, como ocorrera na Alemanha, mas ao fazê-lo, operavam sob a direção política da burguesia. Contudo, esse período, estava superado. O surgimento e o aperfeiçoamento da social-democracia, expressão revolucionária do proletariado, era a prova de que já não havia espaço para o alinhamento deste com a burguesia. Dessa forma, para o proletariado, a questão das nacionalidades é...

> [...] fundamentalmente incompatível com a política burguesa, porque, por sua própria essência, é somente defensiva e nunca usurpadora, já que se baseia na harmonia de interesses de todas as nacionalidades e não da conquista e na escravização de umas por outras. O proletariado consciente de cada país necessita, para seu devido crescimento, do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento cultural da própria nacionalidade, mas em nenhum caso necessita que sua nacionalidade domine outras. Portanto, mesmo enfocado desta maneira, o Estado "nacional" como um aparelho de dominação e conquista em relação às nacionalidades estrangeiras, radicalmente imprescindíveis à burguesia, carece de sentido do ponto de vista dos interesses do proletariado. (LUXEMBURGO, 1988, p. 66).

Não interessava aos trabalhadores o surgimento de um novo Estado independente. Mesmo que o proletariado fosse fruto do desenvolvimento do capitalismo e que o surgimento de uma economia burguesa moderna abrisse espaço para o aprofundamento da sua luta política, isso não significava que a classe trabalhadora devesse apoiar o protecionismo alfandegário, o militarismo, o colonialismo ou o formato do Estado burguês. A garantia do autogoverno local e, em alguns casos, a autonomia territorial eram formas de governo que permitiam a preservação das nacionalidades e o crescimento da economia com bases burguesas, ampliando a ação do proletariado. Desse modo, a classe trabalhadora poderia se beneficiar desse tipo de transformação institucional, ainda que seu conteúdo fosse essencialmente burguês. Contudo, isso não queria dizer que a classe trabalhadora devesse apoiar a ação do Estado como instrumento de dominação e conquista de nacionalidades estrangeiras. A política nacional do proletariado é "incompatível com a política burguesa, porque, por sua própria essência é somente defensiva e nunca usurpadora, já que se baseia na harmonia dos interesses de todas as nacionalidades e não na conquista e na escravização de umas por outras" (LUXEMBURGO, 1988, p. 65-66).

Ao definir a política nacional proletária como defensiva e como um instrumento para a construção de uma economia burguesa moderna, Luxemburgo evidencia que a classe trabalhadora e a social-democracia se opõem ao militarismo, elemento estrutural do grande Estado capitalista moderno (LUXEMBURGO, 1988, p. 196). Nesse sentido, ela resgata a formulação clássica do socialismo internacional, exigindo a substituição dos exércitos profissionais por milícias populares. Todavia, a autora destaca que esse tipo de alteração do funcionamento do Estado não era um meio a ser utilizado...

> [...] por um país individual para evadir-se das relações de grande

> Estado, mas, ao contrário, é um meio para a reforma das próprias relações internacionais com tendência para a eliminação da política de conquista; numa palavra, em princípio constitui uma reforma internacional calculada antes de tudo para as relações de grande Estado (LUXEMBURGO, 1988, p. 197).

O aumento dos gastos do Estado para a expansão do militarismo trazia a questão do seu financiamento. A crítica que, historicamente, a social-democracia alemã fazia ao sistema tributário do Império Alemão, seguramente, fundamentou a interpretação de Luxemburgo sobre o peso dos impostos indiretos no orçamento do Império Russo (LUXEMBURGO, 1988, p. 199). O fim dos tributos indiretos sobre consumo, que estavam intimamente vinculados à expansão do militarismo, e a sua substituição por impostos sobre a propriedade, rendas e heranças era outra forma de imprimir um novo formato ao capitalismo e às relações internacionais.

Enquanto assistia ao avanço da contrarrevolução e ao relançamento da questão das nacionalidades, Rosa sistematizou seus escritos sobre o tema e aprofundou suas formulações. Ainda que fosse polonesa, não restringiu sua reflexão ao caso da Polônia, elaborando uma interpretação que entendia a dinâmica do capitalismo como um sistema que, necessariamente, se desenvolveria mundialmente.

## 3. Conclusão

Partindo da convicção de que a social-democracia, como a vanguarda mais esclarecida, devia delimitar a tática e os objetivos para as batalhas vindouras, Luxemburgo desenvolveu sua argumentação como se buscasse atualizar o programa do SDKPiL para a situação histórica da contrarrevolução. Luxemburgo chamava a atenção para o caráter da revolução que se operou na Rússia, em 1905, e para o tipo de ação política das classes que foi utilizado. Se a tarefa imediata da revolução, a saber, a eliminação do absolutismo e a criação de um moderno Estado de direito burguês-parlamentar, conferia-lhe um conteúdo semelhante àquele das revoluções burguesas do século XVIII e XIX, o caso russo guardava uma particularidade: “o proletariado com consciência de classe é o elemento propulsor líder, enquanto as camadas da grande burguesia são em parte diretamente contrarrevolucionárias em parte debilmente liberais” (LUXEMBURG, 2009, p. 323-324).

À medida que a contrarrevolução ganhava força, a autora se voltava cada vez mais para a necessidade de explorar a “faca de dois gumes” do desenvolvimento do capitalismo.

> [...] os meios de desenvolvimento e de domínio de classe da burguesia são simultaneamente, e em igual medida, os meios que contribuem para a superação do proletariado, estímulos para a luta proletária pela emancipação, e para a abolição da dominação burguesa. Neste sentido, a liberdade política e o parlamentarismo são atualmente, em todos os Estados modernos, instrumentos que fortalecem o capitalismo e os interesses da burguesia em sua condição de classe dominante. Contudo, as próprias instituições democráticas, o próprio parlamentarismo burguês, são para o proletariado, num momento dado, uma escola de amadurecimento político indispensável e de valiosa formação, em sua luta política de classe, e condição necessária para que se agrupe em torno de um partido social-democrata e para habituar-se ao cansaço de uma aberta luta de classes. (LUXEMBURGO, 1988, p. 146-147).

Por ser um instrumento voltado ao aprofundamento da ordem burguesa e ao desenvolvimento do capitalismo, o autogoverno local interessava, sobretudo, à burguesia polonesa, pois possibilitava uma adaptação de todas as funções estatais e sociais aos seus interesses

(LUXEMBURGO, 1988, p. 148). A formatação institucional do Estado, de acordo com os parâmetros do capitalismo moderno, permitiria à burguesia ocupar postos decisivos na administração do Estado e executar um conjunto de políticas mais precisas e flexíveis, necessárias ao progresso do modo de produção capitalista.

O fundamento economicista presente nos primeiros escritos de Luxemburgo sobre a questão das nacionalidades é recuperado para o contexto de avanço da contrarrevolução, que parece ter marcado negativamente a avaliação da autora sobre as reais possibilidades de ação revolucionária da classe trabalhadora no curto prazo e, em particular, da Polônia. Se, em 1906, o entusiasmo pelo avanço da Revolução fez sua análise se distanciar da rigidez inerente ao esquema "base - superestrutura", a passagem da primeira à terceira Duma trouxe Luxemburgo de volta ao refúgio da "dialética histórica", segundo a qual a revolução estaria inscrita no acirramento das contradições da economia capitalista (LOUREIRO, 2019, p. 103).

Tudo se passava como se no período revolucionário, marcado pela ação espontânea das massas, que eletriza e chacoalha até a parte mais inerte da classe trabalhadora, a realidade se deslocasse do formato normal de funcionamento. Se no período "normal", a economia ditava as possibilidades da política, na revolução, a fronteira entre ambas seria superada. Então, na contrarrevolução, uma vez imposta "a ordem", a economia recuperaria sua primazia. Isso se nota no seguinte trecho: "quanto mais livre e rápido se dá o desenvolvimento da sociedade burguesa, com mais vigor e segurança avançam a conscientização, a maturidade política, e a coesão de classe do proletariado" (LUXEMBURGO, 1988, p. 149).

A vitória da reação impunha a necessidade de realizar um amplo balanço da experiência revolucionária e tirar conclusões que apontassem alternativas para a classe trabalhadora no Império Russo. A publicação dos artigos que compõem "A questão nacional e a autonomia" representou o esforço de atualização teórica e prática de Rosa Luxemburgo. Trata-se de uma obra particularmente importante da revolucionária polonesa, que, contudo, é pouco conhecida do público.

## 4. Referências Bibliográficas


BAUER, Otto. *The question of nationalities and social democracy*. Minnesota: University of Minnesota Press, 2000.

FRANKEL, Jonathan. *Crisis, revolution, and Russian Jews*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FRANKEL, Jonathan. Prophecy and Politics. Socialism, Nationalism and the Russian Jews, 1862-1917. London: Cambridge University, 1981.

KAUTSKY, Karl. *Nacionalidad e internacionalidad*. *La segunda internacional y el problema nacional y colonial* (segunda parte). México: Siglo XXI, 1978.

LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburg*: os dilemas da ação revolucionária. São Paulo, UNESP, 2019.

LÖWY, Michael. *"A martelada da revolução": a crítica da democracia burguesa em Rosa Luxemburgo*. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 9, p. 123–142, 2017.

LUXEMBURG, Rosa. *El desarrollo industrial de Polonia y outros escritos sobre el problema nacional.* Cidade do México: Pasado y Presente, 1979.

LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação de Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1988.

LUXEMBURG, Rosa. *Introduction à l'économie politique*. Marseille: Agone, 2009.

LUXEMBURG, Rosa. *Complete Works*. v. 3. Londres: Verso, 2019.

LUXEMBURG, Rosa. *Complete Works*. v. 4. Londres: Verso, 2022.

LUXEMBURGO, Rosa. *Textos escolhidos*. v. 1. São Paulo: UNESP, 2011.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 2007.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

SABLINSKY, Walter. *The Road to Bloody Sunday:* The Role of Father Gapon and the Petersburg Massacre of 1905. New York: Princeton University Press, 1976.

ZIMMERMAN, Joshua. *Poles, Jews, and the Politics of Nationality:* The Bund and the Polish Socialist Party in Late Tsarist Russia, 1892–1914. Madison: Universidade de Wisconsin, 2004.

# ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA PSICANÁLISE

*Thiago de Almeida*

*Psicólogo pela Universidade de São Carlos, Mestre pelo Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da USP, Doutor pelo Departamento de Psicologia da Aprendizagem do Desenvolvimento da Personalidade do Instituto de Psicologia da USP. Pós-doutor pela Escola de Artes e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Especialização em Psicologia e Saúde Mental, Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional, Psicopedagogia Clínica e Institucional, Educação de Jovens e Adultos e Aperfeiçoamento em Psicologia, Educação e Desenvolvimento pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo. Docente da Universidade Federal de Goiânia – UFG.*

thiagodealmeida@thiagodealmeida.com.br

***Resumo***:

O objetivo desse texto é compreender os antecedentes históricos que influenciaram o desenvolvimento da Psicanálise como campo de estudo e prática. O estudo dos antecedentes históricos da Psicanálise é fundamental para compreendermos a origem e a evolução dessa abordagem terapêutica e teórica. Ao conhecermos os pensadores e os contextos que influenciaram Freud e seus contemporâneos, ampliamos nosso conhecimento sobre a Psicanálise como uma ciência e prática clínica. Além disso, a compreensão dos antecedentes históricos nos ajuda a refletir sobre como a Psicanálise se relaciona com outras áreas do conhecimento e com a sociedade como um todo.

***Palavras-chave:*** *Psicanálise; histórico; Freud.*

***Summary***:

The objective of this text is to understand the historical antecedents that influenced the development of Psychoanalysis as a field of study and practice. The study of the historical antecedents of Psychoanalysis is fundamental to understanding the origin and evolution of this therapeutic and theoretical approach. By getting to know the thinkers and contexts that influenced Freud and his contemporaries, we expand our knowledge about Psychoanalysis as a science and clinical practice. Furthermore, understanding the historical antecedents helps us reflect on how Psychoanalysis relates to other areas of knowledge and society as a whole.

***Keywords:*** *Psychoanalysis; historic; Freud.*

***Considerações iniciais***

De acordo com Laplanche e Pontalis (1996), a Psicanálise pode ser definida como:

> "Disciplina fundada por Freud e na qual podemos, com ele, distinguir três níveis:
> A) Um método de investigação que consiste essencialmente em evidenciar o significado inconsciente das palavras, das ações, das produções imaginárias (sonhos, fantasias, delírios) de um sujeito. Este método baseia-se principalmente nas associações livres do sujeito, que são a garantia da validade da interpretação. A interpretação psicanalítica pode estender-se a produções humanas para as quais não se dispõe de associações livres.
> B) Um método psicoterápico baseado nesta investigação e especificado pela interpretação controlada da resistência, da transferência e do desejo. O emprego da Psicanálise como sinônimo de tratamento psicanalítico está ligado a este sentido; exemplo: começar uma Psicanálise (ou uma análise).
> C) Um conjunto de teorias psicológicas e psicopatológicas, em que são sistematizados os dados introduzidos pelo método psicanalítico de investigação e de tratamento." (p. 384-385)

A partir dessa definição, o objetivo desse texto será discorrer sobre os antecedentes históricos da Psicanálise. Entender os antecedentes históricos da Psicanálise é fundamental para estudá-la de forma mais completa e contextualizada. A Psicanálise foi desenvolvida no final do século XIX pelo neurologista e psiquiatra austríaco Sigmund Freud, em um momento de grande efervescência científica, filosófica e social. Conhecer o contexto histórico no qual a Psicanálise surgiu nos permite compreender as influências e inspirações que contribuíram para o seu desenvolvimento. Existem várias razões pelas quais é importante compreender o contexto histórico em que a Psicanálise surgiu:

- Contextualização: Os antecedentes históricos fornecem o contexto em que a Psicanálise se originou. Compreender o ambiente cultural, social e científico da época permite-nos compreender melhor as influências que moldaram as ideias de Freud. Isso inclui aspectos como as teorias científicas dominantes, as mudanças na sociedade, os avanços na medicina, as questões filosóficas e os debates intelectuais que ocorriam na época;

- Influências filosóficas e científicas: Freud foi influenciado por uma variedade de correntes de pensamento, incluindo a filosofia de Nietzsche e Schopenhauer, a teoria da evolução de Darwin, a teoria do inconsciente de Fechner e os avanços na neurologia. Nesse sentido, compreender essas influências é importante para entender as bases conceituais da Psicanálise e como ela se diferencia de outras abordagens psicológicas;

- O desenvolvimento da teoria psicanalítica: O estudo dos antecedentes históricos permite acompanhar a evolução da teoria psicanalítica ao longo do tempo. Freud desenvolveu suas ideias ao longo de várias décadas, e compreender a trajetória do seu pensamento nos permite apreciar a complexidade e a profundidade dos conceitos psicanalíticos, como o inconsciente, a sexualidade infantil, o complexo de Édipo e os mecanismos de defesa;

- Críticas e desenvolvimentos posteriores: Estudar os antecedentes históricos nos permite conhecer as críticas e os desenvolvimentos posteriores à Psicanálise. Ao compreendermos as críticas levantadas por outros teóricos e abordagens psicológicas, podemos obter uma visão mais abrangente da Psicanálise e suas limitações. De maneira análoga, podemos acompanhar as modificações e adaptações feitas por outros psicanalistas ao longo do tempo, o que enriquece nossa compreensão do campo;

- Influência na cultura e na prática contemporânea: A Psicanálise teve um impacto significativo na cultura e na prática clínica desde sua criação. Compreender seus antecedentes históricos nos ajuda a entender como ela moldou a psicologia clínica e contribuiu para o desenvolvimento de outras abordagens terapêuticas. Da mesma forma, muitos conceitos psicanalíticos se infiltraram na

cultura popular, nas artes e na literatura, e conhecê-los nos permite apreciar melhor sua influência em diferentes campos.

Além do anteriormente mencionado, ao explorar os antecedentes históricos, podemos entender melhor as motivações e as questões que Freud e outros psicanalistas estavam buscando responder quando criaram essa abordagem. A teoria de Freud sobre o inconsciente e os sonhos, seus conceitos de repressão e transferência, e seu foco na sexualidade refletem muitas das preocupações e fascínios de sua época. O conhecimento do contexto histórico igualmente ajuda a compreender as críticas e os desafios enfrentados pela Psicanálise ao longo do tempo.

A Psicanálise não é uma teoria isolada, mas sim uma abordagem que foi construída com base em conhecimentos científicos, filosóficos e culturais disponíveis na época. Compreender o contexto em que ela surgiu nos permite apreciar melhor a sua contribuição para a Psicologia moderna e as suas aplicações em diversos campos, como a clínica, a educação e a cultura. Portanto, ao estudar os antecedentes históricos da Psicanálise podemos nos aprofundar em sua evolução e entender as influências que moldaram suas teorias e aplicações, e adquirir uma compreensão mais ampla e crítica sobre essa importante corrente da psicologia.

## *1.* Contexto histórico-cultural do final do século XIX e início do século XX

O final do século XIX e o início do século XX foram períodos de grandes mudanças e desenvolvimentos em todo o mundo. Este período histórico, muitas vezes chamado de "virada do século", foi marcado por uma série de eventos e tendências significativas que tiveram um impacto duradouro na sociedade e na cultura.

### *1.1.* Principais eventos e transformações sociais da época.

Um elemento importante daquele período foi o auge do Imperialismo, no qual potências européias como a Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Bélgica, expandiram suas colônias e influências ao redor do mundo. Esse fenômeno não apenas transformou o mapa político mundial, mas teve ainda um profundo impacto cultural, na medida em que diferentes culturas entraram em contato – e, muitas vezes, em conflito - umas com as outras.

No campo científico e tecnológico, aquela época foi marcada por uma aceleração do progresso. O final do século XIX viu invenções como o telefone, o fonógrafo e a lâmpada elétrica, que mudaram drasticamente a forma como as pessoas viviam e se comunicavam. O início do século XX, por sua vez, trouxe avanços como o automóvel, o avião e o rádio.

Foi também uma época de grandes mudanças sociais e políticas. O movimento pelos direitos das mulheres ganhou força durante aquele período, levando à luta pelo sufrágio feminino em muitos países. No início do século XX, a Revolução Russa de 1917 marcou o início de uma nova era política, com a criação da primeira nação socialista do mundo.

No campo das artes e da cultura, aquela época de forma parecida foi de grandes mudanças. O final do século XIX foi a era do impressionismo e do pós-impressionismo na pintura, com artistas como Oscar-Claude Monet (nasceu em Paris, 14 de novembro de 1840 — faleceu em Giverny, 5 de dezembro de 1926) e Vincent van Gogh (nasceu em Zundert, 30 de março de 1853 – faleceu em Auvers-sur-Oise, 29 de julho de 1890), desafiando as convenções da arte acadêmica. O início do século XX, por sua vez, viu o surgimento de movimentos vanguardistas como o cubismo, o futurismo e o expressionismo, que continuaram a desafiar e a expandir as fronteiras da arte.

Aquela época foi ainda marcada pela urbanização e industrialização aceleradas, pelo crescimento das cidades e o surgimento de uma nova classe trabalhadora. Isso levou a uma série de novos desafios sociais e políticos, como as más condições de trabalho, a pobreza urbana e a luta pela justiça social e pelos direitos dos trabalhadores.

Além dos avanços em ciência, tecnologia, política, sociedade e arte, o final do século XIX e o início do século XX ainda presenciaram profundas mudanças na esfera literária. A literatura modernista, com autores como James Joyce, Virginia Woolf e T. S. Eliot, passou a desafiar as formas narrativas tradicionais e a experimentar novas técnicas literárias. O realismo e o naturalismo, que buscavam retratar a vida e a sociedade de forma realista e detalhada, também se tornaram proeminentes durante aquele período.

No que diz respeito ao contexto global, o início do século XX foi marcado por conflitos crescentes entre as nações, que culminaram na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Aquela guerra, de escala e destruição sem precedentes, teve um impacto profundo em todas as esferas da vida e marcou o início de uma era de instabilidade e conflito global.

Na música, o período de transição entre os séculos XIX e XX é frequentemente chamado de "Romantismo tardio" ou "Pós-romantismo". Compositores como Gustav Mahler e Richard Strauss estendiam os limites do Romantismo, criando obras que eram ao mesmo tempo profundamente emocionais e complexamente estruturadas.

Ao mesmo tempo, outros compositores, como Claude Debussy (nasceu em Saint-Germain-en-Laye, 22 de agosto de 1862 — faleceu em Paris, 25 de março de 1918) e Igor Stravinsky (nasceu em Oranienbaum, 17 de junho de 1882 – faleceu em Nova Iorque, 6 de abril de 1971), estavam começando a experimentar novas formas e linguagens musicais, lançando as bases da música modernista do século XX.

Na esfera da filosofia, o período foi marcado por uma série de debates e reflexões sobre temas como a natureza do conhecimento, da moralidade e da existência. Foi durante aquele tempo que a filosofia de Friedrich Nietzsche, com suas críticas à moralidade tradicional e à religião, começou a ganhar influência.

Igualmente, aquele período viu o surgimento do pragmatismo, uma escola de filosofia americana que enfatizava a importância da experiência prática e da ação. Portanto, o final do século XIX e o início do século XX foi um período de grandes mudanças e de desenvolvimento, que transformaram a sociedade e a cultura, por formas que ainda hoje são sentidas. Aquela era foi marcada por tensões e contrastes - entre tradição e modernidade, progresso e desigualdade, otimismo e desafio - que definiram o curso do século XX e além.

Em suma, o final do século XIX e o início do século XX foram períodos de grandes transformações e avanços, mas de maneira análoga, de novos desafios e conflitos. As mudanças que ocorreram durante aquele tempo moldaram o mundo em que vivemos hoje e continuam a influenciar nossa sociedade, cultura e modo de pensar.

### 1.2 Desenvolvimento das ciências humanas e da medicina.

O final do século XIX e o início do século XX marcaram uma época de expansão e inovação significativa nas ciências humanas e na medicina. Essas mudanças estabeleceram o pano de fundo para o desenvolvimento da Psicanálise e tiveram um impacto profundo na forma como Sigmund Freud e seus contemporâneos concebiam a mente humana e seu funcionamento.

Na medicina, o período foi marcado pelo desenvolvimento da teoria

germinal das doenças, a aceitação do uso da anestesia e a melhoria nas técnicas cirúrgicas. A teoria germinal das doenças é uma explicação proposta por Louis Pasteur, um renomado cientista francês do século XIX, que revolucionou o campo da microbiologia. Segundo essa teoria, as doenças são causadas pela invasão e multiplicação de microrganismos patogênicos no organismo humano.

O uso mais disseminado da observação clínica e da experimentação também resultou em um entendimento mais preciso e detalhado da anatomia e da fisiologia humanas. Concomitantemente, o campo da neurologia estava começando a se separar da psiquiatria, com a compreensão de que certas doenças mentais poderiam ter origem orgânica no cérebro.

A profissão médica estava se tornando cada vez mais especializada e o trabalho de Freud como neurologista o colocou em uma posição ideal para sintetizar as descobertas emergentes de várias disciplinas. Ele aplicou o rigor e o ceticismo de sua formação médica ao estudo da mente humana, resultando em uma abordagem que era tanto biológica quanto psicológica.

Ao mesmo tempo, nas ciências humanas, a antropologia, a sociologia e a psicologia estavam começando a emergir como disciplinas distintas. Cada uma delas procurava compreender os aspectos individuais e coletivos do comportamento humano. Essas disciplinas contribuíram para um clima intelectual no qual o individual e o social, o biológico e o cultural, o consciente e o inconsciente estavam sendo vistos como aspectos importantes da experiência humana.

Além das mudanças na medicina e nas ciências humanas, as transformações na filosofia durante o final do século XIX e o início do século XX também influenciaram o desenvolvimento da Psicanálise. A filosofia do inconsciente, por exemplo, era um tema importante na filosofia alemã da época. Pensadores como Arthur Schopenhauer (nasceu em Danzig, 22 de fevereiro de 1788 – faleceu em Frankfurt, 21 de setembro de 1860) e Friedrich Nietzsche (nasceu em Röcken, Reino da Prússia, 15 de outubro de 1844 – faleceu em Weimar, Império Alemão, 25 de agosto de 1900) deram contribuições significativas para a compreensão do papel do inconsciente na psicologia humana.

Schopenhauer argumentou que a vontade, um impulso inconsciente, era a força motriz por trás do comportamento humano. Essa ideia teve uma grande influência sobre Freud, que mais tarde desenvolveu a noção de que os impulsos inconscientes, particularmente os impulsos sexuais, desempenham um papel central na determinação do comportamento humano. A ênfase de Nietzsche na sexualidade, no poder e na vontade de poder, de maneira análoga, teve um impacto significativo na teoria psicanalítica.

De forma parecida, a psiquiatria estava passando por uma série de mudanças durante aquele período. As instituições mentais estavam se tornando mais comuns e havia um interesse crescente em entender e tratar as doenças mentais. No entanto, muitos dos tratamentos da época eram rudimentares e muitas vezes ineficazes. Freud, insatisfeito com as abordagens disponíveis para o tratamento de doenças mentais, começou a desenvolver suas próprias teorias e técnicas, incluindo a Psicanálise.

Essas mudanças nos campos da filosofia, medicina e psiquiatria forneceram a Freud uma variedade de ferramentas e ideias que ele poderia aplicar aos seus próprios estudos da mente humana. Ao mesmo tempo, o clima cultural e intelectual do final do século XIX e início do século XX - com seus rápidos avanços, sua efervescência de novas ideias e sua sensação de incerteza e deslocamento - foi uma fonte crucial de inspiração para a Psicanálise.

Nesse contexto, a Psicanálise pode ser vista como um produto da síntese de muitas correntes diferentes do pensamento científico e humanístico da época. As teorias de Freud sobre o inconsciente, os sonhos e a sexualidade se baseiam na medicina, na psicologia, na sociologia e na antropologia de sua época, além de refletir suas próprias observações clínicas e introspecções pessoais. No entanto, é importante ressaltar que a Psicanálise, de maneira análoga, foi uma ruptura radical com muitas das ideias e práticas de sua época. Freud desafiou a visão predominante do homem como um ser racional e consciente, argumentando que grande parte de nosso comportamento é governado por impulsos inconscientes. Ele também propôs que a infância desempenha um papel crucial na formação de nossa personalidade e que as experiências traumáticas podem ser reprimidas, emergindo mais tarde na forma de sintomas neuróticos.

Em resumo, o desenvolvimento da Psicanálise no final do século XIX e início do século XX devem ser entendidos dentro do contexto das transformações mais amplas nas ciências humanas e na medicina. Essas mudanças forneceram a Freud as ferramentas intelectuais e culturais de que ele precisava para formular suas teorias revolucionárias sobre a mente humana. Por sua vez, a Psicanálise ajudou a moldar o curso daqueles campos, influenciando a forma como pensamos sobre nós mesmos e nas nossas relações com os outros.

### 1.3 Caracterização de Viena, pouco antes do surgimento da Psicanálise

Viena, pouco antes do surgimento da Psicanálise, era uma cidade rica em cultura, conhecimento e inovação. No final do século XIX e início do século XX, Viena era um importante centro cultural e artístico da Europa, conhecida por sua vibrante cena intelectual e por abrigar uma série de figuras proeminentes em várias áreas, incluindo a medicina, a filosofia e a arte.

A cidade foi um ponto de encontro para acadêmicos, pensadores e artistas que buscavam explorar novas ideias e perspectivas sobre a natureza humana, a sociedade e a cultura. A atmosfera intelectualmente estimulante e a mistura de diferentes correntes de pensamento contribuíram para o caldo de cultura no qual a Psicanálise começou a se desenvolver.

Viena também era conhecida por sua rica vida cultural, com uma próspera cena artística e literária. A cidade era o lar de figuras como Gustav Klimt, Egon Schiele, Arthur Schnitzler e Stefan Zweig, cujas obras abordavam temas psicológicos e exploravam a condição humana de maneiras profundas e inovadoras. Essas expressões artísticas similarmente contribuíram para a atmosfera criativa e questionadora que alimentou o desenvolvimento da Psicanálise.

Viena era particularmente conhecida por sua ênfase na ciência e na medicina. A Faculdade de Medicina da Universidade de Viena, por exemplo, era um dos principais centros de pesquisa médica da época, com vários médicos e cientistas renomados. Aquela atmosfera de avanços, científicos e médicos, proporcionou ambiente propício à inovação e ao desenvolvimento de novas abordagens teóricas.

Viena ainda era um lugar no qual as discussões sobre a mente humana, a psicologia e o funcionamento mental estavam em efervescência. Várias escolas de pensamento estavam ativas na época, incluindo a Escola de Medicina de Viena, liderada por Theodor Meynert, que se concentrava na anatomia e na fisiologia do cérebro, e a Escola de Würzburg, que se dedicava à psicologia experimental.

Esses contextos científicos e acadêmicos desafiaram as concepções tradicionais sobre a mente e abriram espaço para a exploração de novas

abordagens e teorias. Sigmund Freud, o pai da Psicanálise, estava inserido nesse ambiente intelectual e científico de Viena. Ele era um médico e pesquisador que, ao longo de sua carreira, teve acesso a uma variedade de influências teóricas e clínicas que contribuíram para o desenvolvimento de suas ideias revolucionárias.

A cidade de Viena, pouco antes do surgimento da Psicanálise, também era marcada por uma sociedade burguesa e conservadora. A estrutura social rígida e as convenções morais da época criaram um ambiente propício para o surgimento de abordagens revolucionárias, como a Psicanálise, que desafiavam as normas estabelecidas.

Nesse contexto, a Psicanálise emergiu como uma abordagem que buscava compreender e explorar a complexidade da mente humana, questionando as noções tradicionais de comportamento, sexualidade e identidade. A ênfase na sexualidade infantil e na importância do inconsciente representou um desafio direto às concepções predominantes na sociedade vienense da época.

A Psicanálise encontrou ressonância em Viena devido à crescente preocupação com os distúrbios mentais e emocionais que se manifestavam na sociedade. A histeria, por exemplo, era um problema de saúde mental comum e intrigante na época e a Psicanálise oferecia uma nova perspectiva para sua compreensão e tratamento. No entanto, vale ressaltar que a aceitação da Psicanálise em Viena não foi imediata nem unânime. Freud enfrentou resistência e críticas por parte de alguns setores da comunidade científica e médica. Sua teoria desafiava as visões estabelecidas e era muitas vezes considerada como polêmica e perturbadora.

Apesar das dificuldades, a influência da cidade de Viena no surgimento da Psicanálise é inegável. A combinação de um ambiente intelectualmente estimulante, questionador e progressista, juntamente com as preocupações e desafios sociais da época, proporcionou solo fértil para a emergência de uma abordagem como a Psicanálise.

Em última análise, Viena, pouco antes do surgimento da Psicanálise, era uma cidade que abrigava uma rica cena intelectual, acadêmica e artística. Suas convenções sociais conservadoras e sua estrutura hierárquica criaram uma atmosfera propícia para o questionamento das normas estabelecidas e o desenvolvimento de novas abordagens revolucionárias, como a Psicanálise. A cidade serviu como terreno fértil para o nascimento de ideias inovadoras e para o início de uma nova era na compreensão da mente humana e do comportamento.

## *2.* Influências filosóficas no surgimento da Psicanálise

### 2.1. René Descartes e o dualismo mente-corpo

René Descartes (1596–1650) filósofo, matemático e cientista francês, muitas vezes referido como o pai da filosofia moderna. Ele é mais conhecido por sua filosofia do dualismo mente-corpo, também conhecida como dualismo cartesiano, que defende a existência de duas substâncias distintas: a mente (ou alma, *res cogitans*) e o corpo (*res extensa*).

O dualismo mente-corpo de Descartes sugere que a mente e o corpo são entidades separadas, cada uma com suas propriedades e capacidades. A mente, para Descartes, é uma substância não física, imaterial e consciente, enquanto o corpo é substância física, espacialmente extensa e não consciente. Embora ele acredite que essas duas substâncias possam interagir de alguma forma - mais notadamente na glândula pineal, que Descartes identificou como o ponto de conexão entre mente e corpo - elas permanecem fundamentalmente distintas.

Em relação à Psicanálise, o dualismo de Descartes teve um impacto significativo, embora indireto. A Psicanálise busca entender a mente humana explorando o inconsciente, os desejos reprimidos e os sonhos. Embora Freud não adotasse explicitamente o dualismo cartesiano, a distinção que Descartes fez entre a mente e o corpo abriu o caminho para uma compreensão da psicologia humana que vai além do puramente físico. Na Psicanálise, a influência do dualismo mente-corpo pode ser vista nas noções de conflito entre os impulsos e as restrições sociais, além da dualidade entre o consciente e o inconsciente. Freud explorou a dinâmica entre a mente consciente, na qual os pensamentos racionais e as percepções ocorrem, e o inconsciente, que abriga desejos reprimidos, traumas e memórias inacessíveis.

É importante notar que Freud foi um materialista comprometido e via o psíquico como algo que emerge das operações do cérebro. No entanto, ele manteve uma distinção clara entre os processos mentais (pensamentos, sentimentos, sonhos, desejos, etc.) e os processos físicos do cérebro. Essa separação entre o mental e o físico reflete, em certo sentido, o dualismo cartesiano.

Embora Freud não concordasse com a concepção cartesiana da mente como uma entidade imaterial, ele deu à mente uma autonomia que lembra a autonomia que Descartes deu à mente em seu dualismo. Freud viu a mente como tendo seus próprios processos e leis e como sendo capaz de influenciar o corpo de formas que não são totalmente explicadas pela fisiologia. Ele expandiu essa abordagem introduzindo o conceito de inconsciente e enfatizando a interação entre os processos mentais conscientes e inconscientes.

Em suma, a contribuição de Descartes para a Psicanálise não vem de uma adoção direta de suas ideias, mas da maneira como seu dualismo mente-corpo abriu espaço para uma compreensão da psicologia humana que reconhece a autonomia e a importância dos processos mentais. Isso permitiu a Freud e seus sucessores explorar o inconsciente, os desejos reprimidos e os sonhos de uma forma que não teria sido possível em um quadro estritamente materialista ou monista.

### 2.2 Baruch Spinoza e a natureza humana

Baruch Spinoza (1632-1677) foi um filósofo holandês que, ao contrário de Descartes, defendeu uma forma de monismo. Sua abordagem filosófica panteísta e seu conceito de substância forneceram uma base para a compreensão da natureza humana no pensamento psicanalítico. Spinoza defendia a ideia de que tudo na existência é parte de uma única substância infinita, que ele chamava de Deus ou Natureza. Ele acreditava que tudo nessa substância é interconectado e determinado pelas leis naturais. Essa visão holística e determinista da realidade teve repercussões no entendimento da natureza humana. Para Spinoza, a mente e o corpo não são entidades distintas, mas sim duas expressões ou aspectos da mesma substância - o que ele chama de "Deus" ou "Natureza". Essa visão contrasta fortemente com o dualismo mente-corpo de Descartes.

No que diz respeito à Psicanálise, Spinoza tem sido apreciado, particularmente nos círculos pós-freudianos, por sua ênfase na emoção, no desejo e no conflito. Em sua obra, "Ética", Spinoza argumenta que somos movidos por impulsos básicos, especialmente o desejo de autoconservação, que ele chama de "*conatus*". Em muitos aspectos, isso prenuncia a concepção freudiana de pulsões que movem a psique.

No pensamento psicanalítico, existem influências das ideias de Spinoza, especialmente de sua noção de determinismo. Sigmund Freud, analogamente considerou a influência do

inconsciente como determinante no comportamento humano. Ele argumentou que os impulsos e desejos inconscientes têm um papel significativo na vida mental e influenciam as ações e as escolhas das pessoas. Similarmente, a visão de Spinoza sobre a interconexão entre todas as coisas pode ser observada na abordagem psicanalítica, que busca compreender a complexa teia de relações entre as experiências e eventos da vida de um indivíduo e como isso afeta seu desenvolvimento psicológico. No entanto, é importante ressaltar que não há uma ligação direta e explícita entre Spinoza e a Psicanálise. A influência de Spinoza na Psicanálise é mais indireta, presente por meio de outros filósofos e teóricos que exploraram suas ideias, como Friedrich Nietzsche e Ludwig Feuerbach.

Paralelamente, a compreensão de Spinoza sobre a emoção e o desejo foi influente. Ele via as emoções como fundamentais para nossa interação com o mundo, uma visão que ressoa fortemente na ênfase freudiana sobre o papel das emoções e desejos inconscientes na formação do comportamento humano.

Spinoza, de forma parecida, acreditava que o conflito era uma característica inerente da condição humana. De acordo com sua visão, somos frequentemente puxados em direções diferentes por nossos vários desejos e emoções. Essa ideia de conflito interno se alinha com o conceito freudiano de conflito entre o id (a parte primitiva e impulsiva da personalidade), o ego (a parte racional e realista) e o superego (a parte moral e idealista).

A visão de Spinoza sobre a liberdade similarmente tem paralelos na Psicanálise. Para Spinoza, a verdadeira liberdade não vem de negar nossas emoções e desejos, mas de entender suas causas e a natureza. Freud ecoou essa ideia quando argumentou que o autoconhecimento obtido através da Psicanálise, pode nos ajudar a lidar melhor com nossos conflitos internos e traumas reprimidos.

Embora Spinoza e Freud tivessem visões substancialmente diferentes da natureza humana - com Spinoza enfatizando a unidade da mente e do corpo e Freud sugerindo uma separação mais marcada entre os dois - eles compartilhavam a visão de que somos seres emocionais, motivados por desejos e em constante conflito interno. Assim, embora Spinoza possa não ter influenciado diretamente Freud, suas ideias sobre a natureza humana reverberam de maneira significativa na tradição psicanalítica.

### 2.3 Outros filósofos e teorias filosóficas que contribuíram para a formação dos conceitos psicanalíticos.

A Psicanálise, criada por Sigmund Freud no final do século XIX e início do século XX, embora seja essencialmente uma disciplina clínica e psicológica, foi profundamente influenciada por várias correntes filosóficas da época. Alguns dos conceitos fundamentais da Psicanálise foram moldados por ideias filosóficas que precederam e coexistiram com o desenvolvimento da teoria psicanalítica. Vamos explorar algumas dessas influências filosóficas.

- Filosofia da mente inconsciente: A noção de um inconsciente mental existia muito antes de Freud, com filósofos como Arthur Schopenhauer e Friedrich Nietzsche explorando essa ideia. Schopenhauer propôs que a vontade, que é em grande parte inconsciente, é a força motriz do comportamento humano. Nietzsche, por sua vez, abordou temas como impulsos inconscientes, poder e sexualidade que mais tarde se tornariam centrais na teoria psicanalítica de Freud;

- Idealismo alemão: O idealismo alemão, um movimento filosófico que se concentrava na capacidade do sujeito de impor suas próprias categorias ao mundo, influenciou Freud. O filósofo alemão Immanuel Kant, em particular,

com sua distinção entre o fenômeno (a realidade como aparece para nós) e o númeno (a realidade tal como existe em si mesma), teve um impacto duradouro na Psicanálise. Essa distinção é semelhante à ideia freudiana da divisão entre o consciente e o inconsciente;

- Positivismo: O Positivismo, que enfatiza a observação empírica e a ciência como a base do conhecimento, desempenhou um papel importante na formação do pensamento de Freud. A ênfase de Freud na observação clínica e no desenvolvimento de teorias baseadas na evidência reflete a influência do pensamento positivista;

- Iluminismo: o impacto do Iluminismo e seu pensamento racionalista podem ser sentidos no trabalho de Freud. Embora a Psicanálise desafiasse a noção iluminista de que a razão é a força dominante no comportamento humano, Freud manteve um compromisso com a ideia iluminista de que podemos alcançar um melhor entendimento de nós mesmos por meio do uso rigoroso da razão e da evidência;

- Hermenêutica: ou teoria da interpretação, teve um papel significativo na formação da Psicanálise. O ato de interpretar, que é central na hermenêutica, é um ponto central na prática psicanalítica. Freud acreditava que os sonhos, os lapsos de fala e os sintomas neuróticos eram formas cifradas de comunicação que podiam ser interpretadas para revelar os conflitos e desejos inconscientes de um indivíduo;

- Filosofia da linguagem: a filosofia da linguagem teve um impacto importante na Psicanálise. Freud via a linguagem como uma janela para o inconsciente e acreditava que o discurso de um indivíduo, incluindo seus sonhos e lapsos de fala podiam fornecer pistas valiosas sobre seus conflitos internos e desejos reprimidos;

- Existencialismo: Embora o existencialismo como movimento filosófico tenha ganhado destaque após o surgimento da Psicanálise, suas preocupações centrais - como a questão da liberdade humana, a natureza da subjetividade e a existência de um 'eu' autêntico - ressoam profundamente com muitas das ideias fundamentais da Psicanálise;

- Determinismo: O determinismo, a ideia de que todos os eventos são determinados por causas anteriores, é uma influência filosófica chave na Psicanálise. Freud acreditava que nada na mente acontece por acaso e que todos os pensamentos, sentimentos e comportamentos são causados por processos mentais anteriores, muitos dos quais são inconscientes.

Em suma, a Psicanálise não pode ser separada de seu contexto filosófico. As ideias de Freud sobre o inconsciente, a sexualidade, a linguagem e a interpretação foram moldadas por uma série de correntes filosóficas de sua época. E a Psicanálise, por sua vez, deixou uma marca indelével na filosofia do século XX e além, desafiando, expandindo e transformando nossa compreensão de conceitos-chave como subjetividade, desejo, identidade e verdade.

### 2.4 Ideias sobre a mente, a consciência e o inconsciente.

Os antecedentes históricos da Psicanálise contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento das ideias sobre a mente, a consciência e o inconsciente. Antes do surgimento da Psicanálise, a compreensão da mente humana era limitada e baseada principalmente em conceitos filosóficos e religiosos. Com o advento da psicologia e o trabalho de seus antecessores, novas perspectivas foram sendo exploradas, tornando-se fundamentais para a Psicanálise contemporânea.

Sigmund Freud foi pioneiro ao propor a existência de um inconsciente ativo e influente na vida mental das pessoas. Ele argumentava, em sua "Primeira tópica"[1] que a mente é composta

[1] A primeira tópica psicanalítica freudiana é uma estrutura teórica proposta por Sigmund Freud para descrever a organização da mente

por três instâncias: o consciente, o pré-consciente e o inconsciente. O consciente é a porção da mente presente em nossa percepção imediata, enquanto o pré-consciente se refere às informações acessíveis à consciência, embora não estejam imediatamente presentes na mente. Já o inconsciente é a porção mais profunda e obscura da mente, na qual residem desejos, impulsos e memórias reprimidas.

Freud acreditava que grande parte do comportamento humano é influenciada pelo inconsciente, que busca expressar-se por meio de sonhos, atos falhos e sintomas psicológicos. Essas manifestações do inconsciente eram consideradas expressões simbólicas de desejos e conflitos reprimidos. Assim, a compreensão do inconsciente se tornou um elemento central na abordagem psicanalítica contemporânea, permitindo aos psicanalistas explorarem as camadas profundas do psiquismo humano.

Analogamente, a Psicanálise trouxe uma nova compreensão da consciência. De acordo com Freud, a consciência é apenas uma pequena parte da nossa atividade mental, enquanto que a maior parte dos processos psicológicos ocorre fora do alcance da nossa percepção consciente. Essa visão desafiou concepções anteriores que consideravam a consciência como o aspecto dominante da mente.

A Psicanálise ainda desenvolveu conceitos específicos para descrever a estrutura da mente, como o "id", o "ego" e o "superego". O id representa os impulsos e desejos mais primitivos e instintivos, enquanto o superego é o "guardião moral", que incorpora e internaliza os valores e normas da sociedade. O ego age como o mediador entre as demandas do id e as expectativas do superego. Essa estrutura tripartite da mente é essencial para a compreensão das dinâmicas internas e dos conflitos psicológicos que moldam o comportamento humano.

As ideias sobre a mente, a consciência e o inconsciente, desenvolvidas pelos antecessores históricos da Psicanálise tiveram impacto significativo no campo da psicologia e influenciaram outras abordagens terapêuticas. Essas concepções ajudaram a proporcionar uma compreensão mais aprofundada dos processos mentais, da formação da personalidade e dos distúrbios psicológicos, tornando-se pilares fundamentais da Psicanálise contemporânea.

## 3. Avanços na medicina e na psiquiatria do século XIX.

Para compreender o legado e a influência dos antecedentes históricos na Psicanálise contemporânea, é importante destacar os avanços que ocorreram na medicina e na psiquiatria durante o século XIX. Esse período foi marcado por um crescente interesse em compreender e

---

humana em três instâncias: o consciente, o pré-consciente e o inconsciente. Essa tópica foi apresentada inicialmente por Freud em sua obra "A Interpretação dos Sonhos" e posteriormente refinada em seus escritos posteriores. De acordo com a primeira tópica, a mente é dividida em três partes distintas, cada uma com suas próprias características e funções:

- Consciente: É a parte da mente que está atualmente ciente dos pensamentos, sentimentos e percepções do indivíduo. Inclui os conteúdos mentais que estão acessíveis à consciência no momento presente. O consciente é responsável pela percepção e pela tomada de decisões conscientes;
- Pré-consciente: É a área intermediária da mente que contém os conteúdos mentais que podem ser acessados facilmente à consciência. Esses conteúdos estão fora da consciência imediata, mas podem ser trazidos à consciência quando necessário. O pré-consciente abrange memórias, informações armazenadas e pensamentos que estão disponíveis para a consciência quando ativados;
- Inconsciente: É a parte mais profunda e oculta da mente, composta por pensamentos, desejos, memórias, impulsos e fantasias reprimidos. O inconsciente é o domínio das forças e dos conteúdos psíquicos que estão fora da consciência e, portanto, não são facilmente acessíveis ou compreendidos pelo indivíduo. Esses conteúdos inconscientes têm um papel importante na determinação do comportamento, dos desejos e das emoções, muitas vezes se manifestando através de lapsos freudianos, sonhos, sintomas neuróticos e atos falhos.

Essa primeira tópica psicanalítica freudiana é conhecida como "topografia" da mente, pois descreve as diferentes regiões psíquicas e sua relação com a consciência. No entanto, é importante ressaltar que Freud posteriormente abandonou essa estrutura topográfica em favor da segunda tópica, que envolveu uma reformulação de suas teorias sobre a mente e a introdução do "id", "ego" e "superego". Apesar de ter sido substituída pela "Segunda tópica", a primeira tópica psicanalítica foi fundamental para o desenvolvimento da Psicanálise, pois permitiu a compreensão do papel do inconsciente na determinação dos pensamentos, desejos e comportamentos humanos. Ela estabeleceu as bases para a investigação e a exploração do inconsciente, tornando-se um marco teórico na história da Psicanálise.

tratar os distúrbios mentais, o que proporcionou um terreno fértil para o desenvolvimento da Psicanálise.

Uma das principais mudanças nesse período foi a transição de abordagens mais teóricas e filosóficas para uma abordagem mais científica e empírica na compreensão da mente humana. A medicina estava em busca de explicações baseadas em evidências e passou a adotar um enfoque mais biológico ao estudar os distúrbios mentais. Esse contexto favoreceu o surgimento das neurociências e abriu caminho para a Psicanálise.

Na área da medicina, importantes avanços foram realizados no estudo do sistema nervoso. Novas tecnologias e técnicas de pesquisa permitiram uma compreensão mais precisa da anatomia e da função cerebral. Com isso, os médicos puderam identificar correlações entre certos déficits neurológicos e sintomas psicológicos, o que contribuiu para o desenvolvimento da neurologia e da psiquiatria.

Outra contribuição significativa daquele período foi o reconhecimento da importância do contexto social e ambiental sobre a saúde mental. Novos estudos epidemiológicos mostraram que fatores sociais como a pobreza, a desigualdade e condições socioeconômicas precárias, estavam relacionados ao surgimento de distúrbios mentais. Essa percepção levou a uma abordagem mais abrangente e multidisciplinar no tratamento dos distúrbios psicológicos.

### 3.1 A teoria do inconsciente de Pierre Janet

Pierre Janet (nasceu em Paris em 30 de maio de 1859 – faleceu em Paris 24 de fevereiro de 1947) foi um psicólogo, filósofo e neurologista francês. Desempenhou papel significativo no desenvolvimento da Psicanálise, mediante a criação de sua teoria do inconsciente. Embora suas ideias não tenham sido diretamente incorporadas à teoria de Sigmund Freud, elas influenciaram a compreensão da mente humana e contribuíram para o surgimento da Psicanálise como uma abordagem clínica.

A principal contribuição de Janet para a Psicanálise foi sua investigação da histeria, uma condição caracterizada por sintomas físicos sem causas orgânicas aparentes. Janet acreditava que esses sintomas eram resultado de memórias traumáticas reprimidas que não haviam sido adequadamente integradas na consciência. Ele argumentava que a histeria era causada por um colapso da consciência normal, resultando em lapsos de memória e estados dissociativos.

Janet desenvolveu o conceito de "subconsciente", que se referia a conteúdos mentais que não eram totalmente conscientes, mas não estavam completamente reprimidos no inconsciente. Essa noção de subconsciente foi uma precursora importante do conceito de inconsciente na Psicanálise. Janet acreditava que o subconsciente guardava memórias, impulsos e emoções reprimidas que exerciam influência sobre o comportamento e a experiência do indivíduo.

Essa abordagem de Janet teve impacto na formulação da teoria freudiana sobre a mente inconsciente. Freud inicialmente trabalhou com a teoria da sedução, desenvolvida em colaboração com Josef Breuer, que enfatizava o papel das memórias traumáticas reprimidas na formação dos sintomas histéricos. No entanto, Freud expandiu sua compreensão do inconsciente ao incorporar as ideias de Janet sobre o subconsciente e o colapso da consciência.

Embora Freud tenha se afastado das ideias de Janet em alguns aspectos, sua influência é evidente na abordagem psicanalítica. Janet ajudou a estabelecer a noção de que conteúdos mentais reprimidos e traumas emocionais podem influenciar o funcionamento psíquico e o desenvolvimento de sintomas. Essa

compreensão foi essencial para a formulação da teoria psicanalítica de Freud, especialmente em relação ao papel do inconsciente na determinação do comportamento humano. No entanto, é importante ressaltar que as teorias de Janet e Freud divergiam em alguns pontos. Enquanto Janet enfatizava a importância das memórias e traumas reprimidos na formação dos sintomas, Freud ampliou o escopo da Psicanálise, introduzindo conceitos como pulsões, complexo de Édipo e interpretação dos sonhos. Freud também desenvolveu uma abordagem terapêutica mais focada na análise dos processos inconscientes.

Em suma, Pierre Janet contribuiu para a formulação da Psicanálise através de sua teoria do inconsciente e sua compreensão da histeria como uma manifestação de memórias traumáticas reprimidas. Embora suas ideias não tenham sido diretamente incorporadas à teoria de Freud, elas influenciaram a compreensão da mente humana e a importância do inconsciente na formação dos sintomas e no funcionamento psíquico.

### 3.2. Estudos sobre a histeria e outros distúrbios psicológicos.

Uma das áreas de estudo que desempenhou um papel fundamental nos antecedentes históricos da Psicanálise foi a investigação da histeria e de outros distúrbios psicológicos. No século XIX, a histeria era um diagnóstico comum entre mulheres que apresentavam sintomas físicos inexplicáveis, como paralisia, cegueira e convulsões.

A histeria intrigou médicos e pesquisadores, levando a um intenso debate sobre suas causas e tratamento. Foi nesse contexto que Jean-Martin Charcot, um neurologista francês, desenvolveu estudos pioneiros sobre a histeria. Ele investigou casos de pacientes histéricos em um famoso hospital em Paris, utilizando a hipnose como ferramenta terapêutica e observando que muitos sintomas histéricos eram aliviados durante o transe hipnótico.

A colaboração entre Charcot e Freud foi um marco importante para o desenvolvimento da Psicanálise. Freud visitou Charcot em Paris e testemunhou as suas demonstrações com pacientes histéricos. Essa experiência impactou profundamente Freud, que passou a utilizar a hipnose em sua própria prática clínica e a estudar a histeria de forma mais aprofundada.

Os estudos de Freud sobre a histeria e sua subsequente formulação da teoria psicanalítica trouxeram novas perspectivas para a compreensão dos distúrbios psicológicos. Ele propôs que os sintomas da histeria eram manifestações simbólicas de conflitos psíquicos e de desejos reprimidos. Essa visão revolucionária abriu caminho para uma compreensão mais ampla dos distúrbios mentais e para o desenvolvimento de abordagens terapêuticas voltadas à investigação dos processos inconscientes.

Além da histeria, outros distúrbios psicológicos também foram investigados e influenciaram os antecedentes históricos da Psicanálise. Freud e outros psicanalistas estudaram uma ampla gama de condições, como a fobia, a obsessão, a depressão e a ansiedade. Esses estudos permitiram a ampliação das teorias sobre a mente humana e o desenvolvimento de técnicas terapêuticas específicas para cada distúrbio.

Em resumo, os avanços na medicina e na psiquiatria do século XIX, aliados aos estudos sobre a histeria e outros distúrbios psicológicos, foram fundamentais para os antecedentes históricos da Psicanálise. Esses progressos proporcionaram uma base sólida para o desenvolvimento da teoria psicanalítica,

destacando a importância do inconsciente, das dinâmicas psicológicas inconscientes e do contexto social na compreensão dos distúrbios mentais. A investigação desses temas abriu caminho para a Psicanálise contemporânea, que continua a explorar essas questões e a buscar uma compreensão mais profunda da mente humana.

**4. O papel de Jean-Martin Charcot no desenvolvimento da Psicanálise:**

Jean-Martin Charcot, um renomado neurologista francês do século XIX, desempenhou um papel significativo no desenvolvimento da Psicanálise por intermédio de suas pesquisas sobre a histeria e o uso da hipnose. Suas contribuições pioneiras abriram caminho para os estudos de Sigmund Freud e influenciaram profundamente o surgimento dessa abordagem revolucionária da compreensão da mente humana.

**4.1. Suas pesquisas sobre a histeria e o uso da hipnose.**

Charcot foi o diretor da Salpêtrière, um hospital parisiense conhecido por seu tratamento de doenças neurológicas e psiquiátricas. Lá, ele dedicou grande parte de sua carreira ao estudo da histeria, uma condição caracterizada por sintomas físicos e psicológicos inexplicáveis, como paralisia, cegueira, convulsões e amnésia. Enquanto muitos consideravam a histeria como uma doença exclusivamente feminina, Charcot também observou casos em homens.

Ao utilizar uma abordagem clínica e científica, Charcot realizou demonstrações públicas de pacientes histéricos em um anfiteatro, exibindo seus sintomas e explorando os mecanismos subjacentes. Ele aplicou a hipnose como uma ferramenta diagnóstica e terapêutica, induzindo estados hipnóticos em seus pacientes e observando as mudanças nos sintomas. Charcot acreditava que a histeria era uma desordem do sistema nervoso e que a hipnose poderia revelar a natureza psicofisiológica desses sintomas.

As minuciosas e sistemáticas observações de Charcot dos casos de histeria levaram-no a identificar diferentes formas clínicas da doença e a desenvolver uma classificação detalhada dos sintomas. Ele ainda reconheceu a importância da sugestibilidade e da influência psicológica na manifestação dos sintomas histéricos, o que mais tarde se tornou uma pedra angular da Psicanálise.

Embora Charcot tenha feito avanços significativos na compreensão da histeria e tenha estabelecido a hipnose como ferramenta terapêutica, suas teorias foram questionadas e criticadas por alguns contemporâneos. No entanto, suas contribuições foram fundamentais para a Psicanálise. Há que se evidenciar que as pesquisas de Jean-Martin Charcot sobre a histeria e o uso da hipnose não apenas influenciaram diretamente Sigmund Freud, mas tiveram um impacto mais amplo no campo da neurologia e na compreensão dos distúrbios psicológicos.

As demonstrações públicas de Charcot despertaram interesse e debate tanto dentro como fora da comunidade médica. Suas observações sobre a histeria e seu uso da hipnose despertaram o reconhecimento de que os sintomas histéricos não eram simplesmente fingimento ou fraude, mas sim expressões reais de sofrimento psicológico. Ele ajudou a desmistificar a histeria e a mostrar que ela era uma condição genuína que merecia ser estudada e tratada com seriedade.

Dessa forma, pode-se dizer que a influência de Charcot sobre Freud foi particularmente significativa. Freud visitou o Salpêtrière em 1885, onde estudou com Charcot e testemunhou suas demonstrações de hipnose e casos de histeria. Essa experiência teve um impacto profundo em Freud e foi um dos principais

impulsionadores de seu interesse em compreender a mente humana e a natureza dos distúrbios psicológicos.

Freud adotou a técnica da hipnose em seu início de carreira e obteve resultados semelhantes aos de Charcot. No entanto, ele eventualmente abandonou a hipnose em favor do método da associação livre e da exploração do inconsciente, pois percebeu que assim que as pessoas hipnotizadas voltavam à vigília, seus sintomas reapareciam. Embora Freud tenha divergido de algumas das teorias e abordagens de Charcot, reconheceu a importância do trabalho pioneiro de seu mentor no desenvolvimento da Psicanálise.

Além de influenciar diretamente Freud, as pesquisas de Charcot abriram caminho para estudos posteriores sobre a histeria e a compreensão dos distúrbios psicossomáticos. As observações de Charcot sobre a sugestibilidade e a influência psicológica na histeria forneceram uma base para o reconhecimento de fatores psicológicos subjacentes em uma variedade de distúrbios psiquiátricos.

A pesquisa de Charcot também teve impacto mais amplo no campo da neurologia, ajudando a estabelecer a disciplina como uma especialidade médica distinta. Seu trabalho na identificação de diferentes formas de histeria e sua ênfase na investigação científica influenciou o desenvolvimento da neurologia clínica e ajudou a avançar o entendimento dos distúrbios neurológicos.

O trabalho de Charcot a respeito da histeria e do uso da hipnose foi um importante marco no desenvolvimento da Psicanálise. Suas pesquisas pioneiras e suas observações clínicas ajudaram a lançar as bases para a compreensão posterior da mente inconsciente e dos processos psicológicos subjacentes aos sintomas histéricos. O legado de Charcot continua vivo na história da Psicanálise e sua dedicação e contribuições foram fundamentais para a formação dessa disciplina revolucionária que revolucionou nossa compreensão da psique humana.

### 4.2. Influência de Charcot sobre Freud e outros psicanalistas.

Jean-Martin Charcot exerceu uma influência significativa sobre Sigmund Freud e outros psicanalistas, deixando uma marca indelével no desenvolvimento da Psicanálise. A seguir, serão destacadas algumas das principais influências de Charcot sobre Freud e outros psicanalistas:

- Estudo da Histeria: Charcot foi pioneiro no estudo clínico da histeria, uma condição que despertou grande interesse na época. Suas observações minuciosas e sua abordagem científica ajudaram a desmistificar a histeria e a mostrar que ela era uma condição legítima que merecia ser investigada. Aquela abordagem de estudo clínico teve um impacto profundo em Freud, que posteriormente concentrou grande parte de seu trabalho na compreensão e tratamento da histeria;

- Uso da Hipnose: Charcot utilizou a hipnose como uma ferramenta diagnóstica e terapêutica em seus estudos sobre a histeria. Ele demonstrou que a hipnose poderia induzir e aliviar sintomas histéricos em certos pacientes. Freud, inicialmente influenciado por Charcot, também explorou o uso da hipnose em seu trabalho clínico. Embora Freud tenha posteriormente abandonado a hipnose em favor de outros métodos, a experiência com a hipnose de Charcot forneceu a base para as primeiras investigações de Freud sobre o inconsciente e a mente subjetiva;

- Compreensão do inconsciente: A partir de seu estudo da histeria e do uso da hipnose, Charcot enfatizou a importância do inconsciente na manifestação dos sintomas e no comportamento humano. Ele argumentou que os sintomas histéricos eram expressões inconscientes de conflitos e traumas passados. Essa compreensão influenciou diretamente Freud em sua formulação do conceito de inconsciente e em sua crença de que muitos distúrbios psicológicos eram resultado de conflitos inconscientes;

- Observação clínica detalhada: Charcot era conhecido por sua minuciosidade e rigor nas observações clínicas. Ele registrava cuidadosamente os sintomas, a história e os contextos de seus pacientes, buscando identificar padrões e compreender as origens dos distúrbios. Essa abordagem de observação detalhada foi adotada por Freud e outros psicanalistas, que valorizavam a importância de um estudo clínico minucioso para a compreensão da psicopatologia;

- Influência no campo da neurologia: Além de sua influência direta sobre Freud e a Psicanálise, Charcot ainda deixou um legado na neurologia. Ele contribuiu para o desenvolvimento da neurologia clínica como uma disciplina distinta, enfatizando a investigação científica rigorosa e a classificação sistemática de distúrbios neurológicos. Essa abordagem influenciou o desenvolvimento posterior da Psicanálise, que se beneficiou da compreensão neurobiológica e da integração com a neurologia.

Em resumo, Jean-Martin Charcot teve um impacto profundo sobre Freud e outros psicanalistas, deixando um legado duradouro no campo da Psicanálise. Sua abordagem clínica e científica no estudo da histeria, sua exploração da hipnose e seu reconhecimento do papel do inconsciente na psicopatologia moldaram as bases da Psicanálise e influenciaram o desenvolvimento da teoria e prática psicanalíticas. Sua ênfase na observação detalhada e na investigação científica também contribuiu para o desenvolvimento da neurologia clínica e para a integração entre a Psicanálise e a neurociência contemporânea.

## 5. Josef Breuer e o método catártico

Josef Breuer (Nascimento: 15 de janeiro de 1842, Viena, Áustria - Falecimento: 20 de junho de 1925, Viena, Áustria), médico austríaco, também teve influência significativa no desenvolvimento da Psicanálise por meio de sua colaboração com Sigmund Freud e pela introdução do método catártico. A seguir, serão destacados apontamentos da influência de Breuer e do método catártico no desenvolvimento das ideias psicanalíticas:

- Estabelecimento da relação terapêutica: Breuer foi um dos primeiros médicos a estabelecer uma relação terapêutica baseada na confiança e na escuta atenta dos pacientes. Ele demonstrou que a empatia e a compreensão das experiências emocionais dos pacientes eram fundamentais para o processo de cura. Essa abordagem estabeleceu as bases para a relação terapêutica na Psicanálise, que enfatiza a importância do vínculo entre terapeuta e paciente;

- Método catártico: Breuer desenvolveu o método catártico em sua colaboração com Freud no tratamento de “Anna O.”, uma paciente que apresentava sintomas histéricos. O método catártico consistia em permitir que os pacientes recordassem e revivessem experiências traumáticas passadas, expressando as emoções reprimidas associadas a essas experiências. Essa catarse emocional, acompanhada pela presença e orientação do terapeuta, levava a uma liberação terapêutica e ao alívio dos sintomas;

- Descoberta do inconsciente: Por meio do método catártico, Breuer e Freud perceberam que as experiências traumáticas e reprimidas que emergiam durante a terapia estavam relacionadas a conteúdos inconscientes. Essas descobertas foram fundamentais para o desenvolvimento do conceito de inconsciente na Psicanálise. Mediante o processo da catarse emocional, os pacientes acessavam conteúdos inconscientes e revelavam a relação entre eventos passados reprimidos e os sintomas presentes;

- Processo de associação livre: A colaboração de Breuer com Freud ainda introduziu o processo de associação livre, que se tornou uma técnica central na Psicanálise. Observando que a fala livre e sem censura dos pacientes durante o método catártico era terapeuticamente eficaz, Breuer e Freud incentivaram os pacientes a relatarem livremente suas associações de

pensamentos, emoções e memórias durante as sessões. Esse processo permitia a revelação de conteúdos inconscientes e o entendimento dos padrões subjacentes à psicopatologia;

- Influência sobre as ideias de Freud: A colaboração com Breuer e a aplicação do método catártico tiveram uma influência significativa no pensamento de Freud. As ideias e técnicas desenvolvidas por Breuer serviram de base para a formulação inicial de Freud sobre o papel do inconsciente, a importância dos traumas passados e a relação entre repressão e sintomas psicopatológicos. No entanto, Freud posteriormente expandiu e aprofundou essas ideias, desenvolvendo a teoria psicanalítica de forma mais ampla.

Apesar da colaboração entre Josef Breuer e Sigmund Freud ter sido significativa, é importante ressaltar que suas ideias e abordagens divergiram posteriormente. Enquanto Breuer enfatizava a importância da catarse emocional como um método terapêutico central, Freud passou a questionar essa abordagem, buscando uma compreensão mais profunda dos processos mentais subjacentes aos sintomas psicopatológicos.

Freud percebeu que a simples liberação emocional não era suficiente para promover a cura duradoura. Ele desenvolveu a técnica da associação livre, na qual os pacientes eram encorajados a expressar livremente seus pensamentos, emoções e fantasias, sem restrições ou censura. Freud passou a explorar o significado simbólico dessas associações, buscando compreender as motivações inconscientes subjacentes aos conteúdos trazidos à tona durante as sessões.

Embora a abordagem catártica de Breuer tenha sido um marco importante no desenvolvimento da Psicanálise, Freud aperfeiçoou e expandiu essas ideias para criar uma estrutura teórica mais abrangente. Ele desenvolveu conceitos fundamentais como o inconsciente, os mecanismos de defesa, os complexos edipianos e o papel da sexualidade infantil na formação psicológica. Além disso, Freud introduziu o conceito de transferência, reconhecendo que os padrões emocionais e relacionais do passado são repetidos e transferidos para a relação terapêutica.

Apesar das diferenças, a colaboração entre Breuer e Freud foi um ponto de partida fundamental para o desenvolvimento da Psicanálise. O método catártico introduziu a noção de que a expressão emocional e a revelação de conteúdos inconscientes poderiam ser terapeuticamente benéficas. Aquela abordagem foi precursora importante para o desenvolvimento das técnicas psicanalíticas posteriores, tais como a associação livre e a interpretação dos conteúdos inconscientes.

Em resumo, a influência de Josef Breuer e do método catártico no desenvolvimento da Psicanálise foi significativa, fornecendo os primeiros passos para a compreensão do inconsciente e a importância da relação terapêutica. Embora as ideias de Breuer tenham sido aprimoradas e expandidas por Freud, sua colaboração lançou as bases para a revolucionária teoria e prática psicanalíticas que se seguiram. A contribuição de Breuer é um lembrete importante do diálogo contínuo e da evolução das ideias na Psicanálise.

### 5.1. A colaboração entre Breuer e Freud nos "Estudos sobre a histeria".

A colaboração entre Josef Breuer e Sigmund Freud nos "Estudos sobre a histeria" foi um marco importante no desenvolvimento da Psicanálise. Essa colaboração resultou em uma série de casos clínicos que se tornaram a base para as primeiras teorias psicanalíticas, estabelecendo os fundamentos para a

compreensão dos sintomas histéricos e do inconsciente.

O livro intitulado "Estudos sobre a histeria" foi publicado em 1895 e representaram uma tentativa conjunta de Breuer e Freud, co-autores desse livro, no sentido de compreender e tratar a histeria. O trabalho foi influenciado pelo método catártico desenvolvido por Breuer, no qual os pacientes eram encorajados a relembrar e expressar livremente eventos traumáticos passados, buscando uma liberação emocional e uma resolução dos sintomas.

Os casos clínicos apresentados nos "Estudos sobre a histeria" forneceram uma base empírica para as ideias de Freud sobre o inconsciente e a repressão. Um dos casos mais famosos é o de “Anna O”, paciente de Breuer, cujos sintomas histéricos incluíam paralisia, tosse e alucinações. Ao utilizar o método catártico, Breuer e Freud descobriram que os sintomas de “Anna O” estavam ligados a experiências traumáticas e reprimidas, que se manifestavam simbolicamente em seus sintomas físicos. Essa observação levou Freud a desenvolver sua teoria do inconsciente, argumentando que experiências e desejos reprimidos e inconscientes exerciam uma influência poderosa sobre o comportamento humano. Os "Estudos sobre a histeria" também foram importantes para a formulação do conceito de "reminiscências encobridoras", que são memórias reprimidas que afetam o funcionamento psicológico, mas que podem ser acessadas e trabalhadas por meio da terapia.

A colaboração entre Breuer e Freud foi de troca intelectual profícua, com ambos os médicos contribuindo com suas perspectivas e experiências clínicas. Breuer trouxe sua experiência com o método catártico e o tratamento da histeria, ao desenvolver técnicas terapêuticas específicas, como a "cura pela fala", que buscavam trazer à consciência os conflitos reprimidos e promover sua elaboração e resolução, além de adicionar observações sobre a sexualidade infantil, os mecanismos de defesa e o papel do inconsciente ao bojo teórico de Breuer. No entanto, é importante ressaltar que a colaboração entre Breuer e Freud eventualmente se desfez, principalmente devido a diferenças teóricas e abordagens terapêuticas. Freud expandiu e aprimorou as ideias desenvolvidas nos "Estudos sobre a histeria", enquanto Breuer permaneceu mais próximo de uma abordagem mais restrita à catarse e ao tratamento dos sintomas específicos da histeria. Apesar disso, a colaboração entre Breuer e Freud nos "Estudos sobre a histeria" foi fundamental para o desenvolvimento da Psicanálise. Essa colaboração estabeleceu as bases para as primeiras teorias e técnicas psicanalíticas, lançando as sementes para a compreensão dos processos mentais inconscientes e a relação entre sintomas psicopatológicos e eventos traumáticos. Logo, os "Estudos sobre a histeria" representam um momento essencial na história da Psicanálise e é considerada como obra fundamental para o campo. A colaboração entre Breuer e Freud nos "Estudos sobre a histeria" também foi marcada pela influência mútua e pela influência posterior sobre a trajetória de cada um dos psicanalistas.

Após a publicação dos "Estudos sobre a histeria", a colaboração entre Breuer e Freud foi gradualmente chegando ao fim. Eles se afastaram devido às diferenças teóricas e divergências em relação à importância e ao papel do método catártico. Freud passou a desenvolver suas próprias teorias e técnicas psicanalíticas, estabelecendo uma abordagem mais ampla e abrangente que se tornou a base da Psicanálise.

Apesar do fim da colaboração direta, a influência de Breuer nos trabalhos posteriores de Freud foi significativa. Os "Estudos sobre a histeria" forneceram a Freud a base para a formulação inicial de suas teorias psicanalíticas e influenciaram seu desenvolvimento conceitual e terapêutico ao longo de sua carreira. Os

"Estudos sobre a histeria" tiveram um impacto duradouro na história da Psicanálise como um todo. A obra estabeleceu a importância da exploração do inconsciente, da relação terapêutica e da compreensão dos traumas e repressões na formação dos sintomas psicopatológicos. Os conceitos e abordagens discutidos nos "Estudos sobre a histeria" continuaram a influenciar a prática e a teoria psicanalíticas ao longo do século XX e além.

Em suma, a colaboração entre Breuer e Freud nos "Estudos sobre a histeria" foi um ponto fulcral no desenvolvimento da Psicanálise. Suas contribuições conjuntas estabeleceram as bases teóricas e terapêuticas para a compreensão dos distúrbios histéricos, a dinâmica do inconsciente e a relação entre eventos traumáticos e sintomas psicopatológicos. Embora suas ideias tenham se separado mais tarde, o trabalho conjunto deixou um legado duradouro na história da Psicanálise.

### 5.2. O conceito de neurose e a importância da catarse na compreensão dos sintomas neuróticos.

Para a Psicanálise, neurose é um termo utilizado para descrever um conjunto de condições psicológicas caracterizadas por conflitos internos e mecanismos de defesa que afetam o funcionamento normal da pessoa. É importante ressaltar que a Psicanálise considera a neurose como um sintoma de desequilíbrio psíquico, mas não como uma doença mental. Existem diferentes tipos de neurose, sendo os mais conhecidos a neurose obsessiva, a neurose fóbica e a neurose histérica. Cada um dos tipos possui características específicas, mas em geral, a neurose envolve sintomas como ansiedade, medo, angústia, obsessões, compulsões, comportamentos repetitivos e dificuldades emocionais. A seguir, alguns exemplos para ilustrar melhor este conceito:

- Neurose obsessiva: desenvolvimento de rituais repetitivos e compulsões para controlar sua ansiedade, como lavar as mãos excessivamente por medo de contaminação, verificar várias vezes se a porta está trancada ou organizar objetos de maneira obsessiva para evitar um possível desastre;
- Neurose fóbica: experiência de medo irracional e intenso em relação a um objeto ou situação específica, como medo de altura, medo de voar, medo de aranhas etc. Esses medos podem ser tão intensos que interferem nas atividades diárias da pessoa;
- Neurose histérica: presença de sintomas físicos sem causa clínica aparente, como paralisia temporária, cegueira, dificuldade para falar, entre outros. Esses sintomas são geralmente desencadeados por eventos emocionalmente estressantes ou conflitos internos não resolvidos.

Na perspectiva psicanalítica, o processo catártico tem uma relação importante com as neuroses. A importância da catarse na compreensão dos sintomas neuróticos se fundamenta no potencial de liberar emoções reprimidas e promover a cura psicológica. A catarse é um processo terapêutico que permite aos indivíduos reviverem e expressarem emocionalmente experiências traumáticas ou reprimidas, facilitando a resolução de conflitos internos e o alívio dos sintomas neuróticos.

Os sintomas neuróticos como ansiedade, fobias, compulsões ou obsessões, são manifestações de conflitos psíquicos que ocorrem no nível inconsciente. Esses conflitos podem ter suas raízes em eventos traumáticos do passado, emoções não processadas ou conflitos não resolvidos. Quando não são adequadamente expressos ou compreendidos, esses conteúdos emocionais podem se manifestar de

maneiras indesejadas e causar sofrimento psíquico.

A catarse busca permitir que essas emoções reprimidas sejam trazidas à consciência, experimentadas e expressas em um ambiente terapêutico seguro e de suporte. Ao reviver as emoções associadas ao trauma ou conflito, o indivíduo tem a oportunidade de integrar e processar essas experiências de forma mais saudável. Isso envolve a liberação emocional e a conscientização de padrões e significados anteriormente inconscientes.

Por meio da catarse, os sintomas neuróticos podem ser compreendidos como uma forma de comunicação simbólica entre o inconsciente e o consciente. Os sintomas funcionam como uma expressão indireta dos conflitos e traumas internos, sendo uma tentativa do inconsciente de lidar com as emoções reprimidas. A catarse permite que essas emoções encontrem uma forma de expressão mais direta e consciente, ajudando a aliviar o sofrimento emocional e a encontrar uma resolução para os conflitos internos.

Outro ponto importante a ser comentado é que a catarse promove a consciência e a compreensão dos padrões repetitivos de comportamento e dos mecanismos de defesa utilizados para lidar com as emoções reprimidas. Ao experienciar essas emoções de forma consciente, o indivíduo pode ganhar insights sobre suas dinâmicas internas e desenvolver novas perspectivas e estratégias de enfrentamento mais saudáveis.

Vale ressaltar que a catarse não é apenas um processo de expressão emocional descontrolada, mas sim um processo guiado e facilitado pela presença de um terapeuta experiente. O terapeuta desempenha um papel ativo no fornecimento de suporte emocional, na interpretação dos conteúdos emocionais e no auxílio ao paciente na integração e na compreensão das experiências catárticas.

Além do exposto, pode-se afirmar que a catarse ainda desempenha um papel importante na reconstrução da narrativa pessoal do indivíduo. Ao reviver e expressar emocionalmente as experiências passadas, o paciente pode dar sentido e significado a esses eventos, reorganizando sua compreensão de si mesmo e de sua história de vida. Isso permite uma reavaliação dos eventos traumáticos ou reprimidos, ajudando o indivíduo a reinterpretá-los e a encontrar novas perspectivas e ressignificações.

Paralelamente, a catarse contribui para a integração psíquica e o fortalecimento do ego. Ao experimentar as emoções reprimidas e confrontar os conteúdos inconscientes, o indivíduo tem a oportunidade de desenvolver maior autenticidade e conexão mais profunda consigo mesmo. Através desse processo, é possível obter um maior senso de autodomínio e controle sobre os sintomas neuróticos, promovendo um estado de bem-estar emocional mais equilibrado.

Além do contexto terapêutico, a catarse também pode ocorrer espontaneamente na vida cotidiana, através de experiências artísticas, como a música, o teatro, a literatura ou mesmo o choro emocional. Essas formas de expressão artística proporcionam uma saída para emoções intensas, permitindo que sejam processadas e compreendidas de maneira simbólica. Assim como na terapia, a catarse artística tem o potencial de promover a cura e a transformação pessoal.

No entanto, é importante destacar que a catarse não é um fim em si mesmo, mas um meio para a compreensão e a transformação. Ela abre as portas para um trabalho mais profundo de exploração e elaboração psicológica. A compreensão dos sintomas neuróticos vai além da simples expressão emocional; envolve uma análise cuidadosa e uma interpretação dos significados subjacentes aos sintomas, bem como a identificação de padrões

recorrentes de pensamento e comportamento.

Em suma, a catarse desempenha um papel fundamental na compreensão dos sintomas neuróticos, permitindo a expressão, liberação e integração de emoções reprimidas. Ela contribui para a reconstrução da narrativa pessoal, o fortalecimento do ego e a promoção de uma maior autenticidade e bem-estar emocional. A catarse, seja no contexto terapêutico ou em outras formas de expressão artística, oferece a oportunidade de transformação e crescimento pessoal, proporcionando alívio e cura dos sintomas neuróticos.

## 6. Contribuições das teorias sexuais de Richard Von Krafft-Ebing, Havelock Ellis e Magnus Hirschfeld para a compreensão da sexualidade e o impacto de suas ideias na formulação da teoria psicanalítica.

### 6.1 As teorias sexuais de Richard Von Krafft-Ebing e Havelock

As teorias sexuais de Richard Von Krafft-Ebing (Nascimento: 14 de agosto de 1840 em Mannheim, Alemanha - Falecimento: 22 de dezembro de 1902, Graz, Áustria) e Havelock Ellis (Nascimento: 2 de fevereiro de 1859, Croydon, Reino Unido - Falecimento: 8 de julho de 1939, Hintlesham, Reino Unido) tiveram um impacto significativo na formulação da teoria psicanalítica de Sigmund Freud, contribuindo para a compreensão da sexualidade humana de uma maneira mais ampla e abrangente. A seguir, serão exploradas como as contribuições de Krafft-Ebing e Ellis influenciaram o pensamento de Freud e se tornaram parte integrante da teoria psicanalítica.

Richard Von Krafft-Ebing, um psiquiatra austríaco, é conhecido por sua obra "*Psychopathia Sexualis*", publicada em 1886. Nesse trabalho, Krafft-Ebing apresentou uma série de casos clínicos e classificou diferentes formas de comportamento sexual, consideradas desviantes ou patológicas. Sua abordagem foi pioneira ao reconhecer e descrever uma ampla gama de fenômenos sexuais, incluindo parafilias e perversões.

A contribuição de Krafft-Ebing para a teoria psicanalítica reside no fato de ele ter rompido com as visões morais e repressivas da época, que tratavam a sexualidade fora das normas como anormal ou pecaminosa. Ao estudar e categorizar diversas manifestações sexuais, Krafft-Ebing reconheceu que a sexualidade humana era complexa e variada, e que o comportamento sexual podia ser influenciado por fatores psicológicos e biológicos.

As ideias de Krafft-Ebing sobre as perversões sexuais forneceram a Freud uma base para explorar a dimensão psicológica e inconsciente da sexualidade. Freud incorporou a noção de que os desejos e fantasias sexuais podem se manifestar de maneiras não convencionais e que essas manifestações podem ter raízes na infância e na história individual de cada indivíduo. Krafft-Ebing também influenciou a concepção de Freud sobre o papel dos impulsos sexuais na formação dos distúrbios psíquicos, abrindo caminho para a teoria da sexualidade infantil e da libido na Psicanálise.

Outro importante contribuinte para a compreensão da sexualidade na teoria psicanalítica foi Havelock Ellis, um médico e psicólogo britânico. Ellis publicou uma série de estudos sobre a sexualidade humana, sendo mais conhecido por seu trabalho "*Studies in the Psychology of Sex*", publicado em sete volumes entre 1897 e 1910. Seu trabalho abordou tópicos como a homossexualidade, a masturbação, a feminilidade e a sexualidade infantil.

Ellis defendeu a ideia de que a sexualidade humana é inerentemente diversa e que a variedade de experiências sexuais é parte integrante da condição humana. Ele argumentou que a sexualidade deveria ser entendida dentro de um contexto mais amplo, levando-se em consideração os fatores biológicos,

psicológicos e sociais. Essas perspectivas de Ellis foram fundamentais para a compreensão de Freud sobre a complexidade e a fluidez da sexualidade humana.

As contribuições de Ellis também influenciaram diretamente o trabalho de Freud. Em particular, Ellis apresentou a ideia de que a sexualidade infantil é um aspecto natural e saudável do desenvolvimento humano. Ele enfatizou que a sexualidade na infância era mais ampla do que se pensava anteriormente e que experiências e fantasias sexuais podem desempenhar um papel na formação da identidade sexual e psicológica do indivíduo. Essa visão de Ellis se alinhava com as descobertas de Freud sobre a sexualidade infantil e a importância dos estágios psicossexuais na formação da personalidade. A teoria psicanalítica de Freud passou a abranger a noção de que os impulsos sexuais estão presentes desde a infância e que a sexualidade infantil é um componente essencial do desenvolvimento psicossexual.

Essas influências permitiram que a teoria psicanalítica ampliasse seu escopo para além das normas sexuais tradicionais da época e abrisse espaço para uma exploração mais profunda da sexualidade humana em toda a sua complexidade. As teorias sexuais de Krafft-Ebing e Ellis foram pontos de partida cruciais para a evolução da Psicanálise e contribuíram para uma compreensão mais ampla e inclusiva da sexualidade na teoria e prática psicanalíticas.

A influência das teorias sexuais de Krafft-Ebing e Ellis na teoria psicanalítica vai além da compreensão da diversidade sexual e da sexualidade infantil. Essas contribuições tiveram um impacto no entendimento dos mecanismos psicológicos envolvidos na formação dos sintomas neuróticos e na dinâmica dos desejos e conflitos sexuais.

A visão de Krafft-Ebing sobre as perversões sexuais permitiu a Freud considerar que os sintomas neuróticos podem ser expressões simbólicas ou deslocamentos de desejos sexuais reprimidos. Por meio dessa perspectiva, Freud pôde explorar a ideia de que a neurose não é apenas um distúrbio causado por fatores externos, mas sim uma expressão intrínseca dos conflitos e desejos sexuais inconscientes. As ideias de Krafft-Ebing sobre a importância dos fatores biológicos na sexualidade humana também influenciaram a concepção de Freud sobre a sexualidade como uma força motivadora fundamental na vida das pessoas. Essa perspectiva destacou o papel central da sexualidade na formação da personalidade e na dinâmica psíquica. A sexualidade, vista como uma energia pulsional, passou a ser concebida como um impulso básico que permeia todos os aspectos da vida psíquica e desempenha um papel fundamental na constituição dos sintomas neuróticos.

Por sua vez, as contribuições de Ellis foram especialmente relevantes para a compreensão da diversidade sexual e a superação dos preconceitos e estigmas associados a diferentes formas de expressão sexual. Ellis enfatizou que a orientação sexual não era uma escolha voluntária ou uma patologia, mas uma variação natural da experiência humana. Essa perspectiva abriu caminho para uma compreensão mais inclusiva da sexualidade e influenciou a visão de Freud sobre a natureza não normativa dos desejos e comportamentos sexuais.

A partir dessas influências, a teoria psicanalítica de Freud se desenvolveu como uma abordagem compreensiva que buscava desvendar os conflitos inconscientes e os desejos sexuais reprimidos subjacentes aos sintomas neuróticos. A sexualidade passou a ser considerada uma força poderosa na formação da personalidade, influenciando os relacionamentos, as escolhas e as neuroses de cada indivíduo.

As teorias sexuais de Krafft-Ebing e Ellis também contribuíram para a abordagem terapêutica da Psicanálise. A

compreensão da sexualidade como um aspecto essencial da vida psíquica levou ao desenvolvimento de técnicas terapêuticas que visavam a exploração e a resolução dos conflitos e traumas sexuais reprimidos. Através da análise e da interpretação dos desejos sexuais inconscientes, Freud propôs uma terapia que visava liberar as amarras emocionais e permitir que o indivíduo encontrasse uma expressão saudável de sua sexualidade.

Em resumo, as teorias sexuais de Krafft-Ebing e Ellis desempenharam um papel crucial na formulação da teoria psicanalítica de Freud. Essas contribuições ampliaram o escopo da compreensão da sexualidade humana, destacando sua diversidade e complexidade. Essas teorias igualmente permitiram uma exploração mais profunda dos desejos sexuais inconscientes e sua relação com os sintomas neuróticos. A visão de Freud sobre a sexualidade como uma força motivadora e como um componente fundamental da constituição psíquica foi enriquecida pelas perspectivas de Krafft-Ebing e Ellis, tornando-se parte essencial da teoria e prática psicanalíticas.

### 6.2 A contribuição de Magnus Hirschfeld para a compreensão da diversidade sexual

Magnus Hirschfeld (Nascimento: 14 de maio de 1868, Kołobrzeg, Polônia - Falecimento: 14 de maio de 1935, Nice, França) foi um médico e ativista alemão que teve uma contribuição significativa para a compreensão da diversidade sexual e sua relação com o surgimento da Psicanálise. Ele é conhecido por seu trabalho pioneiro no estudo da sexualidade humana e por ser um defensor dos direitos das pessoas LGBTQIA+.

Hirschfeld nasceu em 1868 e, durante sua carreira, dedicou-se a estudar a diversidade sexual e a desmistificar conceitos e preconceitos relacionados à identidade de gênero e orientação sexual. Ele acreditava que a sexualidade humana era diversa e que as pessoas deveriam ser livres para expressar sua verdadeira identidade sexual, sem discriminação ou punição. Em seu Instituto de Ciência Sexual, fundado em 1919, Hirschfeld realizava pesquisas sobre orientação sexual, identidade de gênero e intersexualidade. Ele coletou dados e evidências científicas para desafiar as concepções tradicionais e moralistas da época. Suas pesquisas foram fundamentais para a compreensão da homossexualidade como uma variação natural da sexualidade humana, em oposição às visões patológicas e estigmatizadas da época. A relação de Hirschfeld com a Psicanálise é importante para entender seu impacto na compreensão da diversidade sexual. Hirschfeld era contemporâneo de Sigmund Freud e teve uma ligação estreita com o círculo psicanalítico de Viena. Ele explorou o papel da sexualidade na formação da identidade, influenciado pelas ideias freudianas sobre o inconsciente e os instintos sexuais. No entanto, Hirschfeld divergia de algumas teorias de Freud. Enquanto Freud via a homossexualidade como um desvio da norma heterossexual, Hirschfeld a considerava uma variação natural da sexualidade humana. Ele defendia que a diversidade sexual era inerente à natureza humana e que todas as orientações sexuais deveriam ser respeitadas e aceitas.

A obra de Hirschfeld e sua luta pelos direitos LGBTQIA+ tiveram um impacto significativo na sociedade da época. Ele foi um dos primeiros defensores a lutar pela descriminalização da homossexualidade na Alemanha e a promover o diálogo aberto sobre a diversidade sexual. Seus esforços contribuíram para o progresso social e cultural em relação à aceitação e valorização das pessoas LGBTQIA+.

Em resumo, Magnus Hirschfeld desafiou as normas sociais e os paradigmas psicológicos de sua época, contribuindo

para a compreensão da diversidade sexual e seu reconhecimento como parte integrante da experiência humana. Sua abordagem científica e ativismo pioneiro tiveram um impacto duradouro na compreensão da identidade sexual e na luta pelos direitos das comunidades LGBTQIA+.

## 7. Ernst Von Brücke e a teoria física da energia nervosa.

A teoria física da energia nervosa de Ernst Von Brücke (Nascimento: 6 de junho de 1819, Berlim, Alemanha - Falecimento: 7 de janeiro de 1892, Viena, Áustria) foi uma concepção proposta pelo fisiologista austríaco Ernst Von Brücke no século XIX. Segundo essa teoria, a energia nervosa era vista como uma forma específica de energia física que circulava no sistema nervoso e era responsável pela transmissão dos impulsos nervosos.

Von Brücke acreditava que a energia nervosa era produzida pelo metabolismo celular nas células nervosas e se propagava ao longo dos nervos. Ele argumentava que a atividade nervosa estava relacionada a mudanças químicas e elétricas nas células nervosas e que a energia nervosa fluía como uma corrente elétrica pelos nervos.

Essa teoria foi influente no seu tempo e contribuiu para o desenvolvimento posterior da neurofisiologia. No entanto, com o avanço da compreensão sobre o sistema nervoso, essa concepção foi gradualmente substituída por outras teorias mais refinadas, como a teoria sináptica, que explicava a transmissão dos impulsos nervosos por meio de sinapses entre os neurônios.

É importante ressaltar que a teoria física da energia nervosa de Ernst Von Brücke não está mais em vigor na neurociência contemporânea, pois a transmissão dos impulsos nervosos é entendida principalmente em termos de atividade eletroquímica nas sinapses, envolvendo neurotransmissores e potenciais de ação.

### 7.1. O conceito de energia nervosa e sua relação com a Psicanálise.

O conceito de energia nervosa desempenha um papel fundamental no surgimento e desenvolvimento da Psicanálise, teoria criada por Sigmund Freud. A compreensão dessa energia, conhecida como libido, é essencial para entender a dinâmica dos processos mentais e os fundamentos da psicopatologia. Neste tópico, será explorada a relação entre o conceito de energia nervosa e a emergência da Psicanálise como um campo de estudo e prática clínica.

O termo "energia nervosa" foi introduzido por Freud como uma representação das forças e impulsos psíquicos que motivam o comportamento humano. Inicialmente, Freud baseou-se em conceitos da neurologia, como a “teoria da neurona”[1] e o conceito de excitação nervosa, para desenvolver sua própria teoria da energia psíquica. Ele argumentava que essa energia, denominada libido, estava presente em todos os aspectos da vida mental e

[1] A "teoria da neurona" é um conceito central na neurociência moderna, que descreve a estrutura e a função do sistema nervoso em termos de unidades individuais chamadas neurônios. Segundo essa teoria, o sistema nervoso é composto por bilhões de neurônios interconectados que trabalham em conjunto para processar e transmitir informações. A teoria da neurona foi formulada por vários cientistas ao longo do tempo, mas a contribuição mais significativa veio de Santiago Ramón y Cajal e Camillo Golgi. Santiago Ramón y Cajal, um anatomista espanhol, realizou estudos extensivos sobre a estrutura do sistema nervoso utilizando técnicas de coloração desenvolvidas por Camillo Golgi, um histologista italiano. Camillo Golgi desenvolveu uma técnica de coloração (conhecida como "método de Golgi") que permitia a visualização de neurônios individuais em todo o seu esplendor. No entanto, Golgi sustentava a teoria da retícula neuronal, que afirmava que o sistema nervoso era composto por uma rede contínua de estruturas interconectadas. Santiago Ramón y Cajal, por sua vez, utilizando o método de Golgi, observou que os neurônios tinham uma estrutura celular distinta e independente, com prolongamentos (dendritos e axônios) se conectando de forma não contínua. Ele argumentou que os neurônios eram entidades individuais e propôs a teoria da neurona, contrariando a teoria da retícula neuronal de Golgi. As descobertas de Ramón y Cajal e suas contribuições para a teoria da neurona tiveram um impacto significativo no avanço da neurociência. Ele foi premiado com o Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina em 1906, juntamente com Camillo Golgi, em reconhecimento às suas contribuições para a compreensão da estrutura do sistema nervoso. Desde então, a “Teoria da neurona” tem sido amplamente aceita e se tornou o paradigma dominante na neurociência, fornecendo a base para a compreensão do funcionamento do sistema nervoso e o desenvolvimento de várias áreas de pesquisa, como neurofisiologia, neuroanatomia, neuroplasticidade e neurociência cognitiva.

influenciava a forma como os indivíduos pensam, sentem e agem.

Freud acreditava que a energia nervosa era uma força vital que direcionava os desejos e impulsos humanos. Ele via a libido como uma energia sexual ampla, que não se limitava apenas aos aspectos físicos da sexualidade, mas incluía os desejos e motivações emocionais. Essa concepção ampla da sexualidade é uma das principais contribuições de Freud para a compreensão da psique humana.

A energia nervosa, ou libido, desempenha um papel importante na teoria psicanalítica ao explicar a motivação por trás dos processos mentais. Freud postulou que os seres humanos possuem uma quantidade limitada de energia nervosa, que é distribuída entre diferentes áreas da vida mental. Essa distribuição de energia influencia a forma como os indivíduos lidam com seus impulsos, desejos e conflitos internos.

Freud argumentou que a energia nervosa pode ser desviada ou reprimida, resultando em sintomas psicopatológicos. Quando os desejos sexuais e os conflitos psíquicos não são adequadamente resolvidos ou expressos, a energia nervosa pode ficar bloqueada ou encontrar saídas substitutivas na forma de sintomas neuróticos, como ansiedade, fobias ou compulsões. Esses sintomas são uma expressão simbólica dos desejos e conflitos inconscientes que não encontram uma resolução satisfatória.

A compreensão da energia nervosa é essencial para o método terapêutico da Psicanálise. O objetivo da análise psicanalítica é liberar e reequilibrar a energia nervosa reprimida, permitindo que o paciente encontre uma expressão mais saudável de seus desejos e emoções. Ao explorar as camadas mais profundas da mente, a análise busca revelar os conflitos e traumas que causam a repressão e a estagnação da energia nervosa, facilitando a resolução desses problemas e promovendo a cura psíquica.

Por meio das técnicas psicanalíticas, como a associação livre, a interpretação dos sonhos e a análise das resistências, o terapeuta busca ajudar o paciente a acessar as camadas inconscientes da mente, onde a energia nervosa está concentrada. Ao trazer à tona memórias reprimidas, fantasias e desejos ocultos, o paciente pode experimentar uma catarse emocional e uma reorganização das forças psíquicas, permitindo que a energia nervosa flua de maneira mais livre e saudável.

O conceito de energia nervosa ainda está relacionado à ideia de pulsões e instintos na teoria psicanalítica. Freud argumentava que a energia nervosa era impulsionada por pulsões, forças internas que impulsionam o comportamento humano. Essas pulsões, como a pulsão de vida (*Eros*) e a pulsão de morte (*Thanatos*), moldam os desejos, impulsos e conflitos psíquicos.

A energia nervosa e as pulsões fornecem uma explicação para a complexidade dos processos mentais e a natureza muitas vezes contraditória do comportamento humano. A teoria psicanalítica considera que a energia nervosa é distribuída entre as pulsões e que o equilíbrio entre elas é um fator determinante na saúde mental. O conceito de energia nervosa também está ligado à compreensão da dinâmica das relações interpessoais na teoria psicanalítica. Freud postulou que a energia nervosa está envolvida na transferência e na contratransferência, fenômenos que ocorrem durante o processo terapêutico. A transferência refere-se à transferência dos sentimentos e emoções do paciente em relação ao terapeuta, enquanto a contratransferência refere-se aos sentimentos e reações do terapeuta em relação ao paciente.

Essas transferências de energia nervosa podem ser exploradas e interpretadas durante a terapia, fornecendo insights valiosos sobre os conflitos e as relações emocionais do

paciente. A compreensão dessas dinâmicas de transferência e contratransferência permite que o terapeuta identifique e trabalhe com os padrões inconscientes presentes nas interações terapêuticas, contribuindo para a resolução dos conflitos e a promoção do crescimento pessoal.

O conceito de energia nervosa tem implicações no entendimento do desenvolvimento psicossexual na teoria psicanalítica. Freud argumentava que a energia nervosa está intimamente relacionada ao desenvolvimento das pulsões sexuais ao longo das diferentes fases do desenvolvimento infantil. Ele propôs que a libido se desloca de uma zona erógena para outra, passando pelas fases oral, anal, fálica e genital. A forma como a energia nervosa é canalizada durante essas fases do desenvolvimento pode ter um impacto duradouro na personalidade e no comportamento adulto.

A compreensão da energia nervosa e do desenvolvimento psicossexual contribui para a visão da Psicanálise sobre a formação dos desejos e conflitos sexuais, bem como para a compreensão das questões relacionadas à identidade sexual e à orientação sexual. A teoria psicanalítica considera que a energia nervosa desempenha um papel central na formação da identidade sexual e no desenvolvimento da sexualidade ao longo da vida. No entanto, é importante destacar que o conceito de energia nervosa evoluiu ao longo do tempo na teoria psicanalítica. Posteriormente, Freud passou a enfatizar não apenas a energia sexual, mas a energia voltada para outros aspectos da vida mental, como a energia direcionada para o trabalho, a criatividade e a busca de prazer em diferentes áreas da vida. Essa ampliação do conceito de energia psíquica refletiu a compreensão de Freud de que a motivação humana é complexa e abrange múltiplos aspectos da vida psíquica.

Em resumo, o conceito de energia nervosa desempenha um papel central no surgimento e desenvolvimento da Psicanálise. A compreensão da energia psíquica, ou libido, é essencial para entender a motivação humana, a dinâmica dos processos mentais e a formação de sintomas psicopatológicos. A teoria psicanalítica de Freud se baseia na noção de que a energia nervosa influencia a forma como os indivíduos pensam, sentem e agem, e que sua repressão ou desvio pode resultar em sintomas neuróticos. A análise psicanalítica busca liberar e reequilibrar essa energia, permitindo que o paciente encontre uma expressão mais saudável de seus desejos e emoções, promovendo assim a cura psíquica e o bem-estar emocional.

### 7.2. A influência das ideias de Brücke sobre Freud

A influência das ideias de Ernst Von Brücke sobre Sigmund Freud e o surgimento da Psicanálise foi fundamental na formação das bases teóricas e conceituais dessa nova abordagem revolucionária. Neste texto, exploraremos a relação entre esses dois pensadores e como as ideias de Von Brücke influenciaram o desenvolvimento das teorias psicanalíticas de Freud.

Ernst Von Brücke foi um fisiologista austríaco que exerceu uma forte influência sobre Freud durante seus estudos de medicina na Universidade de Viena. Von Brücke defendia uma abordagem materialista e determinista da fisiologia, argumentando que todos os fenômenos biológicos poderiam ser explicados em termos de processos físicos e químicos.

A influência de Von Brücke sobre Freud foi evidente em suas primeiras obras, nas quais Freud adotou uma perspectiva neurofisiológica para compreender a mente humana. Von Brücke acreditava que todos os processos mentais, incluindo os processos mentais inconscientes, poderiam ser explicados por meio de processos biológicos. Ele enfatizava a importância da pesquisa científica e da observação empírica na compreensão dos fenômenos mentais.

As ideias de Von Brücke levaram Freud a investigar a relação entre a neurologia e a psicologia, buscando entender como os processos fisiológicos e psicológicos se interconectam. Isso o levou a se interessar pelos estudos sobre o sistema nervoso e a neuropatologia, a fim de compreender as bases biológicas dos fenômenos mentais. No entanto, Freud logo se afastou da abordagem puramente fisiológica e adotou uma perspectiva mais psicológica e subjetiva. Ele começou a questionar a visão exclusivamente materialista de Von Brücke, percebendo que os processos mentais eram influenciados por fatores psicológicos, emocionais e sociais que não podiam ser reduzidos a processos biológicos. Essa mudança de perspectiva foi um divisor de águas para o desenvolvimento da Psicanálise.

A principal contribuição de Von Brücke para a Psicanálise foi sua ênfase na observação e na pesquisa científica como base para a compreensão dos fenômenos mentais. Essa abordagem influenciou Freud a desenvolver um método de investigação sistemática e empírica, buscando evidências e fundamentos para suas teorias. Von Brücke encorajou Freud a adotar uma atitude científica e crítica em relação ao estudo da mente humana, o que se refletiu no rigor metodológico da Psicanálise.

Outra influência importante de Von Brücke foi seu conceito de que o organismo humano é um sistema em constante interação com o meio ambiente. Ele argumentava que os estímulos externos desempenhavam um papel essencial na formação dos processos mentais e na determinação do comportamento. Essa noção ressoou em Freud e o levou a considerar a importância dos fatores ambientais e das experiências pessoais na formação da personalidade e dos sintomas psicopatológicos.

A ênfase de Von Brücke na causalidade e no determinismo também influenciou a visão de Freud sobre os processos mentais. Freud passou a considerar que os eventos do passado, especialmente experiências infantis e traumas, poderiam ter um impacto duradouro na formação da personalidade e no desenvolvimento de conflitos psíquicos. Essa perspectiva foi essencial para a formulação da teoria da sexualidade infantil e da importância da história pessoal na psicopatologia.

Apesar da influência inicial de Von Brücke, é importante destacar que Freud se distanciou de algumas das ideias de seu mentor. Freud expandiu suas investigações além dos domínios da fisiologia e da neurologia, buscando entender as raízes psicológicas dos fenômenos mentais. Ele desenvolveu a teoria da mente inconsciente, a interpretação dos sonhos, a teoria do complexo de Édipo e outros conceitos fundamentais da Psicanálise que vão além das explicações puramente fisiológicas.

Freud foi além das ideias de Von Brücke e desenvolveu uma abordagem psicológica e subjetiva que levou ao desenvolvimento da Psicanálise. Ele explorou os aspectos inconscientes, simbólicos e emocionais da mente humana, formulando uma teoria abrangente que aborda não apenas os fundamentos biológicos, mas os aspectos psicológicos, sociais e culturais da psique humana. A contribuição de Von Brücke para o surgimento da Psicanálise está, portanto, na sua influência inicial e no estímulo que deu a Freud para explorar novos caminhos na compreensão da mente e do comportamento humanos.

Em suma, a influência das ideias de Ernst Von Brücke sobre Sigmund Freud e o surgimento da Psicanálise foi significativa. Von Brücke estimulou Freud a adotar uma abordagem científica e empírica, enfatizando a importância da pesquisa e da observação na compreensão dos fenômenos mentais. Suas ideias sobre a interação entre o organismo e o meio ambiente e sobre a influência dos estímulos externos na formação dos

processos mentais ainda influenciaram a visão de Freud sobre a importância dos fatores ambientais e das experiências pessoais na psicopatologia.

**8. A teoria do inconsciente de Eduard Von Hartmann.**

A teoria do inconsciente de Eduard Von Hartmann foi uma contribuição importante para o campo da psicologia e da filosofia, influenciando diretamente o desenvolvimento da teoria psicanalítica de Sigmund Freud. Neste texto, exploraremos a teoria do inconsciente de Von Hartmann e sua relevância para a compreensão da mente humana.

Eduard Von Hartmann (Nascimento: 23 de fevereiro de 1842, Berlim, Alemanha - Falecimento: 5 de junho de 1906, Lichterfelde, Berlim, Alemanha) foi um filósofo alemão do século XIX conhecido por sua obra "A Filosofia do Inconsciente" (1869). Em seu livro, Von Hartmann propôs uma teoria abrangente do inconsciente, descrevendo-o como uma camada mais profunda da mente que influencia e determina os pensamentos, sentimentos e comportamentos conscientes.

Uma das principais contribuições de Von Hartmann foi a ideia de que o inconsciente era a fonte de muitos dos nossos desejos e impulsos, muitas vezes contradizendo nossas intenções conscientes. Ele argumentava que o inconsciente era responsável por uma série de processos mentais automáticos e irracionais, influenciando nossas ações por meios que nem sempre compreendemos plenamente.

Da mesma forma, Von Hartmann explorou a noção de que o inconsciente contém não apenas desejos e impulsos reprimidos, mas conhecimentos e memórias que não estão acessíveis à consciência. Ele propôs que o inconsciente era uma espécie de reservatório de experiências passadas, incluindo traumas, vivências emocionais intensas e outras informações que moldam nossos padrões de pensamento e comportamento.

Uma das principais implicações da teoria do inconsciente de Von Hartmann é que os processos mentais inconscientes têm uma influência poderosa sobre a vida consciente. Esses conteúdos inconscientes podem emergir em sonhos, lapsos de memória, atos falhos e sintomas psicopatológicos, revelando-se de formas simbólicas e indiretas.

A teoria do inconsciente de Von Hartmann foi uma influência direta na obra de Sigmund Freud. Freud leu "A Filosofia do Inconsciente" e ficou impressionado com as ideias apresentadas por Von Hartmann. As noções de Von Hartmann sobre a presença de desejos e impulsos inconscientes e a importância das memórias reprimidas ressoaram com Freud e se tornaram componentes fundamentais da teoria psicanalítica.

Freud desenvolveu ainda mais as ideias de Von Hartmann, propondo que o inconsciente é um repositório de desejos e impulsos sexuais reprimidos, bem como de traumas e memórias de experiências passadas. Ele argumentou que esses conteúdos inconscientes exercem uma influência profunda sobre o comportamento humano, muitas vezes levando a conflitos internos, sintomas neuróticos e distúrbios psicopatológicos.

A teoria psicanalítica de Freud também expandiu a compreensão do inconsciente, destacando a importância dos mecanismos de defesa, como a repressão, a negação e a sublimação. Freud postulou que o inconsciente é uma esfera dinâmica, onde ocorrem conflitos e negociações entre impulsos reprimidos e os mecanismos de defesa que visam manter esses conteúdos ocultos da consciência.

A influência de Von Hartmann na teoria psicanalítica vai além das ideias específicas sobre o inconsciente. Sua ênfase na irracionalidade dos processos mentais inconscientes e sua compreensão

de que a razão nem sempre governa nossos comportamentos conscientes influenciaram a visão de Freud sobre a psicodinâmica e os processos motivacionais da mente humana.

Assim, a teoria do inconsciente de Von Hartmann influenciou o desenvolvimento de técnicas terapêuticas na Psicanálise. A abordagem de Von Hartmann destacava a importância de explorar os conteúdos inconscientes e trazê-los à consciência para promover a cura e o autoconhecimento. Essa ênfase na investigação do inconsciente foi uma influência importante nas técnicas psicanalíticas, como a associação livre, a interpretação dos sonhos e a análise das resistências. No entanto, é importante destacar que, embora Von Hartmann tenha fornecido um ponto de partida para Freud, as teorias de ambos os pensadores diferem em vários aspectos. Enquanto Von Hartmann adotou uma abordagem filosófica e metafísica na exploração do inconsciente, Freud buscou fundamentar suas teorias em bases científicas e psicológicas, combinando a observação clínica com a teoria psicanalítica.

A teoria do inconsciente de Von Hartmann ainda levanta questões filosóficas e epistemológicas sobre a natureza da mente humana. Suas ideias desafiam a visão tradicional de que a consciência é a única esfera da mente que influencia nossos pensamentos e comportamentos. Em vez disso, ele argumenta que a consciência é apenas uma parte da mente, enquanto o inconsciente exerce um poderoso impacto em nossas vidas, muitas vezes de forma imperceptível.

Essa concepção do inconsciente como uma esfera ativa e influente da mente humana tem implicações profundas para a compreensão da liberdade e da responsabilidade moral. Von Hartmann argumenta que nossas ações conscientes são frequentemente determinadas por forças inconscientes, o que coloca em xeque a ideia de que somos completamente autônomos em nossas escolhas e comportamentos. Isso levanta a questão de até que ponto somos responsáveis por nossas ações, se nossos desejos e impulsos inconscientes têm um papel tão significativo em nossa vida mental.

A teoria do inconsciente de Von Hartmann também tem implicações para a compreensão da criatividade e da expressão artística. Ele argumentava que a inspiração criativa muitas vezes surge do inconsciente, como um fluxo de ideias e associações que não são diretamente controladas pela consciência. Essa ideia influenciou o pensamento de artistas e escritores, que exploraram o poder do inconsciente como fonte de *insights* e expressão artística.

Embora a teoria do inconsciente de Von Hartmann tenha tido um impacto significativo na Psicanálise e na compreensão da mente humana, é importante ressaltar que ela também foi alvo de críticas e debates. Outros filósofos e psicólogos questionaram a validade e a natureza do inconsciente, argumentando que a mente humana é muito mais complexa e multifacetada do que sugerido pela teoria de Von Hartmann.

No entanto, mesmo com as críticas, a teoria do inconsciente de Von Hartmann foi uma contribuição importante para a psicologia e para a compreensão da mente humana. Suas ideias abriram caminho para uma nova abordagem na psicologia, que reconhece a importância dos processos mentais inconscientes e sua influência na vida consciente. A teoria do inconsciente influenciou o desenvolvimento da teoria psicanalítica, bem como outras abordagens terapêuticas que buscam explorar e compreender o funcionamento da mente humana em níveis mais profundos.

Em resumo, a teoria do inconsciente de Eduard Von Hartmann foi uma influência crucial para o desenvolvimento da teoria psicanalítica de Sigmund Freud. As ideias de Von Hartmann

sobre os desejos e impulsos inconscientes, a presença de memórias reprimidas e a influência do inconsciente na vida consciente contribuíram para a compreensão da psique humana e do comportamento psicopatológico. A teoria do inconsciente de Von Hartmann abriu caminho para a concepção do inconsciente na Psicanálise e para o desenvolvimento de técnicas terapêuticas que visam explorar e trazer à consciência os conteúdos inconscientes, promovendo a cura e o autoconhecimento.

### 8.1. A noção de inconsciente como precursora da Psicanálise.

A noção de inconsciente é considerada um dos pilares fundamentais da Psicanálise, sendo um dos conceitos mais distintivos e influentes dessa abordagem psicológica. Neste texto, exploraremos a noção de inconsciente como precursora da Psicanálise, analisando sua origem, evolução e impacto na compreensão da mente humana.

Embora a ideia de um aspecto não consciente da mente possa remontar a tempos antigos, foi com o surgimento da Psicanálise que o conceito de inconsciente se tornou um elemento central e distintivo. Sigmund Freud, o pai da Psicanálise, desenvolveu essa noção em sua busca por uma compreensão mais profunda dos processos mentais e da psicopatologia.

A concepção de Freud sobre o inconsciente foi influenciada por diversas fontes, incluindo a filosofia, a psicologia, a neurologia e suas próprias observações clínicas. Friedrich Nietzsche, filósofo do século XIX, também abordou a noção de um "subterrâneo" da mente, no qual forças e desejos não conscientes influenciam nossos pensamentos e comportamentos. Essa visão de Nietzsche foi uma influência significativa para Freud e contribuiu para a construção de sua teoria do inconsciente.

Freud argumentava que a mente humana é composta por três níveis: consciente, pré-consciente e inconsciente. O consciente representa os pensamentos e percepções que estamos cientes em um determinado momento. O pré-consciente abrange os pensamentos e memórias que não estão atualmente na consciência, mas podem ser acessados com facilidade quando necessário. O inconsciente, por sua vez, é a camada mais profunda e inacessível da mente, que contém conteúdos reprimidos, desejos proibidos, traumas e fantasias.

Segundo Freud, o inconsciente exerce uma influência poderosa em nossas vidas, mesmo que não estejamos cientes disso. Nossos desejos e impulsos mais primitivos e inaceitáveis residem nessa esfera não consciente, moldando nossos pensamentos, emoções e comportamentos de maneiras sutis e indiretas. O inconsciente é considerado um repositório de conteúdos reprimidos, que podem emergir em formas simbólicas, como sonhos, lapsos de memória e atos falhos.

A noção de inconsciente foi precursora da Psicanálise porque representou uma ruptura com as abordagens anteriores que enfatizavam apenas a consciência e a razão como guias para a compreensão da mente humana. Freud argumentava que nossa vida mental não é inteiramente governada pela razão e pela consciência, mas é influenciada por forças inconscientes e irracionais. Essa visão desafiou as concepções tradicionais da mente e abriu caminho para uma abordagem mais complexa e multidimensional.

A introdução do conceito de inconsciente na Psicanálise trouxe implicações significativas para a compreensão da psicopatologia e da formação da personalidade. Freud argumentava que muitos dos nossos sintomas neuróticos e distúrbios psicológicos resultam dos conflitos e desejos reprimidos no inconsciente. Através da análise e interpretação desses conteúdos inconscientes, a terapia psicanalítica busca trazer à consciência as causas subjacentes dos problemas

psicológicos, promovendo a cura e o crescimento pessoal.

A noção de inconsciente também teve um impacto significativo na compreensão da sexualidade humana. Freud postulou que o inconsciente abriga desejos sexuais e impulsos primitivos, muitos dos quais são reprimidos pela sociedade. Ele argumentava que a sexualidade é uma força motriz poderosa na vida psíquica e que os conflitos e traumas sexuais reprimidos podem ter um impacto profundo na formação da personalidade e no desenvolvimento de distúrbios psicológicos.

Paralelamente, a noção de inconsciente como precursora da Psicanálise influenciou o campo da psicoterapia de maneira mais ampla. A compreensão de que a mente humana é composta por camadas conscientes e inconscientes levou ao desenvolvimento de várias abordagens terapêuticas que buscam explorar e trabalhar com os conteúdos inconscientes. Essas abordagens reconhecem que os processos mentais inconscientes têm uma influência poderosa sobre nossos pensamentos, emoções e comportamentos, e que trazer à consciência esses conteúdos pode promover a cura e o crescimento pessoal.

No entanto, é importante ressaltar que a noção de inconsciente também foi alvo de críticas e debates. Algumas abordagens psicológicas e filosóficas questionaram a validade e a natureza do inconsciente, argumentando que é um conceito difícil de ser definido e testado empiricamente. No entanto, mesmo com as críticas, a noção de inconsciente continua a ser o componente central da Psicanálise e tem influenciado de forma significativa a compreensão da mente humana.

A noção de inconsciente também teve um impacto significativo no campo da psicologia e da cultura em geral. A ideia de que nossos pensamentos, emoções e comportamentos são influenciados por forças inconscientes despertou um interesse renovado na exploração das profundezas da mente humana. Isso levou ao surgimento de diversas abordagens terapêuticas e técnicas de autoexploração, que visam trazer à consciência os conteúdos inconscientes e promover a autoreflexão e o autoconhecimento.

A noção de inconsciente também expandiu a compreensão da complexidade da mente humana. Ela reconhece que somos seres complexos, com uma vasta gama de pensamentos, emoções e desejos que não estão disponíveis em nossa consciência imediata. Essa compreensão mais abrangente da mente desafia as visões simplistas do ser humano como um ser puramente racional e consciente, e nos leva a considerar a influência dos processos mentais inconscientes em nossas vidas.

Da mesma forma, a noção de inconsciente trouxe à tona a importância do simbolismo e da linguagem simbólica na comunicação humana. Freud argumentava que muitos dos conteúdos inconscientes são expressos de forma simbólica, através de sonhos, lapsos de memória e associações livres. Esses símbolos podem revelar significados ocultos e fornecer pistas importantes para a compreensão dos desejos, medos e conflitos inconscientes. Essa compreensão simbólica da mente influenciou não apenas a prática clínica da Psicanálise, mas campos como a literatura, a arte e a antropologia.

No entanto, é importante reconhecer que a noção de inconsciente não é isenta de críticas e controvérsias. Alguns questionam sua validade científica, argumentando que é difícil medir ou provar empiricamente a existência e os efeitos do inconsciente. Outros argumentam que a concepção freudiana do inconsciente é excessivamente determinista e simplista, não considerando adequadamente a influência do contexto social e cultural na formação dos processos mentais.

Apesar das críticas, o conceito de inconsciente continuou a ser a pedra

angular da Psicanálise e tem contribuído para uma compreensão mais profunda da mente humana. Ela nos lembra que nossa mente é um território complexo e multifacetado, em que uma variedade de forças e conteúdos influencia nossos pensamentos, emoções e comportamentos. Ao reconhecermos e explorarmos os conteúdos inconscientes se pode ganhar maior autoconsciência, compreender nossos conflitos e desejos ocultos, e buscar caminhos para a cura e o crescimento pessoal.

Em resumo, a noção de inconsciente foi um precursor fundamental da Psicanálise. Ela desafiou as visões tradicionais da mente humana, enfatizando a importância dos processos mentais inconscientes na formação da personalidade, no comportamento humano e na psicopatologia. A compreensão do inconsciente permitiu uma abordagem mais abrangente e complexa da mente, reconhecendo a influência das forças ocultas e dos conteúdos reprimidos em nossa vida mental. Apesar das críticas e controvérsias, a noção de inconsciente continua sendo parte fundamental da psicologia moderna, expandindo nossa compreensão da mente humana e do funcionamento psíquico.

### 8.2. A conexão entre as teorias de Hartmann e Freud.

A conexão entre as teorias de Eduard Von Hartmann e Sigmund Freud é de grande relevância para a compreensão do desenvolvimento da Psicanálise e da teoria psicológica como um todo. Embora esses dois pensadores não tenham colaborado diretamente, as ideias de Von Hartmann exerceram uma influência significativa sobre o trabalho de Freud, contribuindo para o desenvolvimento de conceitos-chave da Psicanálise. Neste texto, exploraremos a conexão entre as teorias de Von Hartmann e Freud e como essas influências moldaram a abordagem psicanalítica.

Eduard Von Hartmann, filósofo alemão do século XIX, é conhecido por sua obra "A Filosofia do Inconsciente" (1869). Nesse livro, Von Hartmann desenvolveu uma teoria abrangente do inconsciente, destacando a influência dos processos mentais não conscientes sobre o comportamento humano. Suas ideias tiveram um impacto significativo na psicologia e filosofia da época, e Freud foi um dos que se interessaram profundamente por seus escritos.

A influência de Von Hartmann na teoria psicanalítica de Freud pode ser observada em várias áreas. Uma delas é a concepção do inconsciente como uma camada mais profunda da mente que influencia e determina os pensamentos, sentimentos e comportamentos conscientes. Tanto Von Hartmann quanto Freud acreditavam que os processos mentais inconscientes exerciam uma influência poderosa em nossa vida mental, muitas vezes contradizendo nossas intenções conscientes. Essa visão de uma esfera oculta da mente, onde forças e desejos inconscientes operam, foi fundamental para o desenvolvimento da teoria psicanalítica de Freud.

Outra área de conexão entre as teorias de Von Hartmann e Freud é a importância atribuída aos conteúdos reprimidos e às memórias inconscientes. Von Hartmann argumentava que a dimensão inconsciente continha conhecimentos e memórias inacessíveis à consciência, enquanto Freud postulou que o inconsciente abrigava memórias reprimidas, traumas e desejos proibidos. Ambos os teóricos reconheciam a influência desses conteúdos inconscientes na formação da personalidade e no desenvolvimento de sintomas psicopatológicos.

A visão de Von Hartmann sobre a presença de desejos e impulsos inconscientes e a importância das memórias reprimidas ressoou com Freud e se tornaram componentes fundamentais da teoria psicanalítica. Freud expandiu

essas ideias, desenvolvendo conceitos como o complexo de Édipo, a teoria da sexualidade infantil e a interpretação dos sonhos. Ele explorou o papel dos desejos sexuais reprimidos e dos traumas infantis na formação da personalidade e na manifestação de conflitos psíquicos.

Outro aspecto importante da teoria de Von Hartmann que influenciou Freud foi a ênfase na irracionalidade dos processos mentais inconscientes. Von Hartmann acreditava que o inconsciente seria a sede de desejos e impulsos automáticos, muitas vezes contraditórios e não controlados pela razão consciente. Essa visão desafiou as concepções tradicionais da mente como um reino exclusivo da razão e da consciência. Freud adotou essa ideia e argumentou que muitos dos nossos comportamentos e sintomas psicopatológicos são influenciados por forças inconscientes e irracionais.

Além das influências diretas das ideias de Von Hartmann, também é importante mencionar a influência indireta que sua obra exerceu sobre Freud. Ao ler "A Filosofia do Inconsciente", Freud foi exposto a um conjunto de ideias e conceitos que o estimularam a explorar mais a fundo a psicologia humana. Essa obra despertou o interesse de Freud em questões relacionadas à mente inconsciente e à influência dos processos mentais não conscientes.

No entanto, é essencial destacar que, embora as teorias de Von Hartmann tenham sido uma influência significativa para Freud, Freud também se afastou em alguns aspectos das ideias de seu precursor. Freud expandiu suas investigações além das fronteiras da filosofia e da psicologia, buscando compreender a mente humana de maneira mais abrangente e incorporando uma perspectiva clínica e terapêutica em sua abordagem.

Embora a influência de Von Hartmann na obra de Freud seja inegável, também é importante reconhecer que Freud desenvolveu suas próprias ideias e expandiu significativamente a teoria psicanalítica além das contribuições de seu precursor. Freud combinou as influências de Von Hartmann com suas próprias observações clínicas e estudos empíricos para formar uma teoria psicológica abrangente e inovadora.

Um dos aspectos em que Freud se afastou das ideias de Von Hartmann foi na compreensão do papel da sexualidade na formação da personalidade. Enquanto Von Hartmann abordou a sexualidade principalmente como um impulso biológico, Freud desenvolveu a teoria da sexualidade infantil, argumentando que a sexualidade tem uma importância crucial no desenvolvimento psicossexual e na formação da personalidade. Essa ampliação do conceito de sexualidade foi uma contribuição significativa de Freud para a psicologia e distanciou sua teoria das abordagens mais restritas de Von Hartmann.

Outra diferença entre as teorias de Von Hartmann e Freud é a ênfase de Freud na importância do inconsciente dinâmico e dos conflitos psíquicos. Enquanto Von Hartmann enfatizava a irracionalidade dos processos mentais inconscientes, Freud argumentou que o inconsciente era um reino de conflitos entre os desejos e impulsos reprimidos e os mecanismos de defesa que tentam manter esses conteúdos ocultos da consciência. Essa abordagem dinâmica do inconsciente e dos conflitos internos foi uma contribuição original de Freud para a psicologia e moldou a prática e a teoria psicanalítica.

Apesar das diferenças entre as teorias de Von Hartmann e Freud, é inegável que Von Hartmann desempenhou um papel importante como precursor da Psicanálise. Suas ideias sobre o inconsciente, os conteúdos reprimidos e a influência dos processos mentais não conscientes forneceram uma base conceitual fundamental para o desenvolvimento da teoria psicanalítica. O trabalho de Freud foi construído sobre essa

base, expandindo e aprimorando essas ideias ao longo de sua carreira.

A conexão entre as teorias de Eduard Von Hartmann e Sigmund Freud destaca a importância do diálogo entre os pensadores e a influência mútua na construção do conhecimento científico. Enquanto Von Hartmann forneceu a base conceitual inicial, Freud expandiu e desenvolveu essas ideias, criando uma abordagem psicológica inovadora e revolucionária. A relação entre esses dois teóricos ilustra como a evolução do pensamento científico muitas vezes ocorre por meio da colaboração e da inspiração mútua, mesmo que indireta.

Em suma, a conexão entre as teorias de Eduard Von Hartmann e Sigmund Freud é evidente e significativa. As ideias de Von Hartmann sobre o inconsciente, os conteúdos reprimidos e a influência dos processos mentais inconscientes foram influências importantes para o desenvolvimento da teoria psicanalítica de Freud. Essas ideias ajudaram a moldar conceitos-chave da Psicanálise, como o inconsciente, os mecanismos de defesa, os conteúdos reprimidos e a importância da sexualidade e dos traumas infantis na formação da personalidade. A conexão entre Von Hartmann e Freud destaca a evolução da compreensão da mente humana e a influência de pensadores anteriores na construção de novas abordagens teóricas.

**9. Sigmund Freud: a influência de seus antecessores em sua teoria.**

Sigmund Freud, o fundador da Psicanálise, foi profundamente influenciado por seus antecessores, cujas ideias e teorias contribuíram para o desenvolvimento de sua própria abordagem psicológica. Freud foi influenciado pela psicopatologia e pela prática clínica de sua época. Suas observações e experiências com pacientes neuróticos e histéricos forneceram-lhe uma base empírica para o desenvolvimento de sua teoria. Ele estava interessado em entender os sintomas e os comportamentos anormais de seus pacientes e buscar explicações para esses fenômenos que transcendessem as abordagens médicas tradicionais da época.

Outra influência importante sobre Freud foi sua interação com outros colegas e colaboradores, incluindo Carl Jung, Alfred Adler e Wilhelm Reich. Embora tenham ocorrido desentendimentos e rupturas entre Freud e esses psicanalistas posteriores, suas discussões e contribuições ajudaram a enriquecer e a aprimorar a teoria psicanalítica, expandindo seu alcance e sua aplicação clínica.

Em suma, a influência de antecessores e referências teóricas em Freud foi fundamental para o desenvolvimento da Psicanálise. Figuras como Charcot, Breuer, Von Brücke, Nietzsche, Krafft-Ebing e Ellis forneceram a base conceitual e empírica para que Freud desenvolvesse sua teoria inovadora. No entanto, Freud também trouxe sua própria originalidade, baseada em suas experiências pessoais, observações clínicas e reflexões sobre a cultura da época. A combinação dessas influências resultou em uma teoria psicológica abrangente e revolucionária que continua a influenciar o campo da psicologia e a compreensão do comportamento humano.

**10. O problema do trauma na formação da Psicanálise.**

Para a Psicanálise, o trauma é um conceito fundamental que descreve uma experiência perturbadora ou avassaladora que causa um impacto psicológico significativo na vida de um indivíduo. É importante notar que o conceito de trauma na Psicanálise não se limita apenas a eventos extremos ou traumáticos, como acidentes graves ou abuso físico. Também abrange experiências emocionais intensas, como perdas afetivas, negligência, abuso

emocional ou sexual, conflitos familiares, entre outros.

O trauma na Psicanálise não é definido apenas pelo evento em si, mas pela sua repercussão na psique do indivíduo. O impacto do trauma pode levar à fragmentação da psique e a uma ruptura na continuidade da experiência. O evento traumático é experimentado de maneira avassaladora, excedendo a capacidade do indivíduo de integrá-lo em sua vida psíquica de forma adequada. Isso resulta em uma desorganização do funcionamento psíquico e pode gerar sintomas e dificuldades no desenvolvimento emocional e nas relações interpessoais.

Na teoria psicanalítica, o trauma está relacionado ao conceito de repressão. Quando um evento traumático ocorre, a intensidade do impacto emocional é tão avassaladora que a psique do indivíduo não consegue lidar com ele de forma consciente. Portanto, a mente tende a reprimir as memórias traumáticas, afastando-as da consciência para proteger o ego do sofrimento excessivo.

No entanto, apesar de ser reprimido, o trauma não desaparece completamente. Ele permanece no inconsciente, influenciando o funcionamento psíquico e manifestando-se de diferentes formas, como sintomas físicos ou psicológicos, pesadelos, flashbacks ou comportamentos evitativos. Esses sintomas são entendidos como manifestações do conteúdo traumático que não foi devidamente processado.

A Psicanálise também enfatiza que o trauma não se limita ao evento em si, mas inclui a reação do indivíduo a esse evento. A interpretação e a significação subjetiva do evento traumático são fundamentais para a compreensão do impacto psicológico que ele tem sobre o indivíduo. O significado atribuído ao trauma pode variar de acordo com a história de vida, as vivências anteriores e a estrutura psíquica do sujeito.

O objetivo da abordagem psicanalítica em relação ao trauma é ajudar o indivíduo a elaborar e integrar as experiências traumáticas reprimidas, trazendo-as para a consciência de maneira gradual e cuidadosa. Isso permite que o sujeito trabalhe no processamento emocional do trauma, buscando uma ressignificação e uma integração saudável do evento traumático em sua vida.

Em resumo, para a Psicanálise, o trauma é uma experiência perturbadora que causa um impacto psicológico significativo na vida do indivíduo. Ele está relacionado à repressão e à desorganização do funcionamento psíquico. O trauma é entendido como um evento que excede a capacidade de integração da psique, resultando em sintomas e dificuldades emocionais. O trabalho terapêutico busca auxiliar o sujeito a elaborar e integrar o trauma, trazendo-o para a consciência e promovendo sua ressignificação e processamento emocional adequado.

### 10.1. O impacto dos estudos sobre o trauma na teoria freudiana.

O problema do trauma desempenhou um papel crucial na formação da Psicanálise, influenciando diretamente as teorias e práticas clínicas desenvolvidas por Sigmund Freud. O estudo do trauma proporcionou a Freud insights profundos sobre a natureza da mente humana e a compreensão dos distúrbios psicológicos. Neste texto, exploraremos o impacto dos estudos sobre o trauma na teoria freudiana e a relação entre essa teoria e a prática clínica.

Freud iniciou sua carreira médica trabalhando com pacientes que sofriam de distúrbios neurológicos e psicológicos, muitos dos quais apresentavam sintomas sem causa física aparente. Observando esses pacientes, Freud começou a suspeitar que esses sintomas poderiam ter raízes psicológicas, muitas vezes relacionadas a experiências traumáticas.

Foi pelo intermédio de sua colaboração com Josef Breuer que Freud desenvolveu a teoria da sedução, que argumentava que os distúrbios psicológicos eram causados por memórias reprimidas de eventos traumáticos na infância. No entanto, essa teoria foi abandonada mais tarde, à medida que Freud percebeu a complexidade dos processos mentais e a importância dos desejos inconscientes na formação dos sintomas.

O conceito-chave que Freud introduziu para abordar o trauma foi o da fantasia inconsciente. Ele postulou que, em vez de memórias literais dos eventos traumáticos, os pacientes criavam fantasias inconscientes como uma forma de lidar com essas experiências traumáticas. Essas fantasias, por sua vez, poderiam influenciar os sintomas psicológicos e o comportamento dos indivíduos.

Portanto, Freud desenvolveu a teoria do complexo de Édipo, que se baseava em parte na compreensão do trauma. Ele argumentava que o trauma fundamental da infância era o complexo de Édipo, no qual as crianças desenvolviam desejos sexuais em relação ao genitor do sexo oposto e rivalidade em relação ao genitor do mesmo sexo. A resolução bem-sucedida do complexo de Édipo era essencial para o desenvolvimento psicossexual saudável e a prevenção de distúrbios posteriores.

### 10.2. A relação entre a teoria do trauma e a prática clínica.

A teoria do trauma teve um impacto significativo na prática clínica da Psicanálise. Freud desenvolveu o método da associação livre, que permitia ao paciente explorar livremente seus pensamentos e emoções, incluindo memórias e experiências traumáticas, sem censura ou julgamento. Isso proporcionou um ambiente terapêutico seguro para que os pacientes expressassem seus traumas e trabalhassem na resolução dos conflitos emocionais associados.

A compreensão do trauma também influenciou a técnica da interpretação dos sonhos na Psicanálise. Freud argumentava que os sonhos eram uma forma de processar e expressar conteúdos inconscientes, incluindo experiências traumáticas. Ao analisar os sonhos de seus pacientes, Freud buscava identificar os símbolos e os significados ocultos que poderiam estar relacionados ao trauma e às suas consequências psicológicas. Outro ponto importante, o trabalho com pacientes que haviam experimentado traumas levou Freud a desenvolver o conceito de transferência. A transferência ocorre quando os pacientes projetam seus sentimentos e emoções passadas, muitas vezes relacionadas ao trauma, sobre a figura do terapeuta. A transferência é considerada uma parte essencial do processo terapêutico, pois permite a exploração e a resolução dos conflitos emocionais e dos padrões de relacionamento disfuncionais.

No entanto, é importante ressaltar que a abordagem de Freud em relação ao trauma também recebeu críticas. Alguns argumentaram que sua teoria minimizava a realidade objetiva do trauma e colocava muita ênfase nos conflitos e desejos inconscientes. Essas críticas levaram a desenvolvimentos posteriores na compreensão do trauma, como a abordagem do trauma pós-traumático, que considera o impacto do trauma na vida dos indivíduos de uma forma mais direta.

Em resumo, os estudos sobre o trauma tiveram um impacto significativo na formação da Psicanálise. Eles forneceram a Freud insights importantes sobre a natureza da mente humana e a compreensão dos distúrbios psicológicos. A teoria do trauma influenciou a prática clínica, levando ao desenvolvimento de técnicas terapêuticas como a associação livre, a interpretação dos sonhos e a análise da transferência. No entanto, essa abordagem também foi objeto de críticas e levou a desenvolvimentos posteriores na compreensão do trauma e de sua abordagem terapêutica.

## 11. A importância dos sonhos na formação da Psicanálise:

A importância dos sonhos na formação da Psicanálise é um tema central na teoria desenvolvida por Sigmund Freud. Os sonhos desempenham um papel crucial na compreensão da mente inconsciente e no acesso aos conteúdos reprimidos, fornecendo insights valiosos sobre os processos mentais e emocionais subjacentes. Neste texto, exploraremos a importância dos sonhos na formação da Psicanálise, bem como o método terapêutico da análise dos sonhos e as influências filosóficas e psicológicas na interpretação dos sonhos.

### 11.1. A análise dos sonhos como método terapêutico.

A Psicanálise, criada por Sigmund Freud, é uma abordagem terapêutica que revolucionou o campo da psicologia ao introduzir a importância dos sonhos na compreensão da mente humana. Os sonhos desempenham um papel fundamental na formação da Psicanálise, fornecendo insights valiosos sobre os processos mentais inconscientes, os desejos reprimidos e os conflitos emocionais. Neste texto, exploraremos a importância dos sonhos na formação da Psicanálise, destacando a análise dos sonhos como um método terapêutico e a compreensão dos conteúdos manifestos e latentes dos sonhos.

A análise dos sonhos é um componente essencial da Psicanálise e um dos pilares do trabalho clínico de Freud. Ele acreditava que os sonhos são a "via régia" para o inconsciente, fornecendo acesso direto aos desejos, traumas e conteúdos reprimidos da mente. Ao analisar os sonhos, Freud propôs que era possível desvendar os significados simbólicos ocultos e trazer à consciência os conflitos e as emoções subjacentes.

A análise dos sonhos é realizada por meio da exploração dos conteúdos manifestos (aquilo que é lembrado pelo sonhador) e a busca pelo seu conteúdo latente (os desejos inconscientes subjacentes). Freud argumentava que os sonhos têm uma estrutura simbólica, com elementos e imagens que representam significados mais profundos. Através da análise dos símbolos e das associações pessoais que surgem durante a exploração dos sonhos, o analista pode revelar os desejos reprimidos, os traumas e os conflitos psíquicos que moldam a vida mental do indivíduo.

A análise dos sonhos é um método terapêutico poderoso que permite que os pacientes acessem e trabalhem com questões emocionais e psicológicas profundas. Ao compartilhar seus sonhos com o terapeuta, o paciente é encorajado a explorar as imagens, os personagens e os cenários dos sonhos, bem como as emoções evocadas durante essas experiências. Através dessa exploração, padrões recorrentes, símbolos significativos e conexões com experiências passadas podem emergir, proporcionando insights e compreensão mais profunda sobre a vida interna do paciente.

A análise dos sonhos permite uma compreensão aprofundada dos conteúdos inconscientes, das motivações ocultas e dos conflitos emocionais não resolvidos. Ao trazer à tona esses conteúdos reprimidos, o processo terapêutico pode ajudar o paciente a confrontar e trabalhar com seus medos, traumas e desejos inconscientes. Isso proporciona uma oportunidade para a integração e o crescimento pessoal, permitindo que o indivíduo supere bloqueios emocionais e atinja um maior equilíbrio psíquico.

A importância dos sonhos na formação da Psicanálise também é evidente nas influências filosóficas e psicológicas que moldaram a interpretação dos sonhos. Filósofos como Friedrich Nietzsche abordaram a importância dos aspectos não conscientes da mente, fornecendo uma base para a compreensão de Freud sobre os processos mentais inconscientes e sua interpretação dos

sonhos como expressões simbólicas desses desejos ocultos.

A interpretação dos influenciou outras abordagens psicológicas, como o trabalho de Carl Gustav Jung. Jung expandiu a teoria dos sonhos de Freud ao introduzir o conceito de inconsciente coletivo, que engloba padrões de pensamento, arquétipos e símbolos compartilhados pela humanidade. Essa abordagem mais ampla da interpretação dos sonhos permitiu uma exploração mais abrangente dos conteúdos inconscientes e o reconhecimento de aspectos universais e transcendentais da psique humana.

A análise dos sonhos também é um método terapêutico que promove a autoreflexão, a autoconsciência e a introspecção. Ao prestar atenção aos próprios sonhos, o indivíduo pode desenvolver uma compreensão mais profunda de si mesmo, de seus desejos, medos e aspirações. Os sonhos podem fornecer informações sobre os padrões de comportamento repetitivos, os conflitos emocionais não resolvidos e as necessidades não atendidas, permitindo que o indivíduo trabalhe com essas questões e promova mudanças positivas em sua vida.

Além da importância terapêutica e psicológica dos sonhos na formação da Psicanálise, é importante mencionar sua relevância na compreensão da vida mental e no avanço da pesquisa científica. Os sonhos são uma parte intrínseca da experiência humana e têm sido objeto de fascínio e estudo ao longo da história.

Os sonhos têm sido interpretados e valorizados em várias culturas e tradições ao redor do mundo. Desde tempos remotos, diferentes sociedades atribuíram significados simbólicos e espirituais aos sonhos, acreditando que eles continham mensagens divinas, previsões do futuro ou revelações importantes. Essas interpretações culturais dos sonhos contribuíram para a valorização contínua dessa forma de experiência mental e para o reconhecimento de seu potencial significado.

Na Psicanálise, os sonhos ganharam um novo significado e um novo papel. Ao contrário das abordagens tradicionais que enfatizavam a interpretação literal dos sonhos, Freud introduziu a ideia de que os sonhos são uma manifestação simbólica dos desejos inconscientes. Essa abordagem revolucionária abriu novos caminhos para a compreensão dos processos mentais e emocionais subjacentes à experiência onírica.

A análise dos sonhos não apenas proporciona insights sobre a vida psíquica individual, mas desempenha um papel fundamental na pesquisa e na construção de teorias psicanalíticas. A interpretação dos sonhos permite a observação direta dos processos mentais inconscientes, fornecendo dados valiosos para a formulação e o aprimoramento da teoria psicanalítica. Ao explorar os padrões, os símbolos e os temas recorrentes nos sonhos, os psicanalistas podem identificar tendências e questões emocionais subjacentes que influenciam o comportamento e a saúde mental dos indivíduos.

A análise dos sonhos também possibilita o desenvolvimento de hipóteses e teorias sobre a estrutura e a dinâmica da mente humana. Através da interpretação dos sonhos, Freud formulou conceitos-chave da Psicanálise, como o inconsciente, os mecanismos de defesa e a importância dos desejos sexuais e agressivos na formação da personalidade. Essas ideias inovadoras moldaram o campo da psicologia e abriram caminho para novas abordagens no estudo da mente humana.

Além da contribuição de Freud, outros psicanalistas e pesquisadores expandiram o conhecimento sobre a importância dos sonhos na formação da Psicanálise. Carl Jung, por exemplo, desenvolveu os conceitos de arquétipos e do inconsciente coletivo, que incorporava a compreensão dos sonhos como expressões

simbólicas de elementos universais e transcendentais da psique humana. Essas contribuições adicionais fortaleceram a base teórica e clínica da Psicanálise, consolidando ainda mais a importância dos sonhos como uma ferramenta terapêutica e de pesquisa.

Em conclusão, a importância dos sonhos na formação da Psicanálise é inegável. Os sonhos fornecem insights profundos sobre os processos mentais inconscientes, os desejos reprimidos e os conflitos emocionais. Através da análise dos sonhos, é possível acessar e trabalhar com questões psicológicas profundas, promovendo o autoconhecimento, a resolução de conflitos e o crescimento pessoal. A interpretação dos sonhos é um método terapêutico poderoso, que permite ao paciente explorar sua vida interna de uma forma única. Ao considerar os sonhos como uma manifestação simbólica do inconsciente, a Psicanálise enriquece nossa compreensão da mente humana e oferece uma abordagem única para a compreensão e o tratamento dos transtornos mentais.

### 11.2. As influências filosóficas e psicológicas na interpretação dos sonhos.

A interpretação dos sonhos é um campo complexo e fascinante que tem sido influenciado por várias correntes filosóficas e psicológicas ao longo da história. Essas influências ajudaram a moldar as teorias e abordagens utilizadas na interpretação dos sonhos, enriquecendo nossa compreensão dos processos mentais inconscientes e das motivações humanas. Neste texto, exploraremos as principais influências filosóficas e psicológicas na interpretação dos sonhos, destacando as contribuições de filósofos como Platão, Descartes, Nietzsche e psicólogos como Freud e Jung.

- Platão: Platão foi um dos primeiros filósofos a atribuir importância aos sonhos em sua obra. No diálogo "Fedro", ele argumentava que os sonhos podiam ser vistos como uma manifestação da alma e uma forma de acesso a verdades mais profundas. Platão via os sonhos como mensagens dos deuses ou uma forma de comunicação espiritual. Essa visão influenciou indiretamente a interpretação dos sonhos, promovendo a ideia de que eles podem conter significados simbólicos e revelar insights profundos sobre a natureza humana.

- Descartes: René Descartes, um dos principais filósofos do século XVII, considerava os sonhos como ilusões produzidas pelo engano dos sentidos. Para ele, os sonhos não eram confiáveis e não poderiam fornecer conhecimento verdadeiro. Essa visão cética dos sonhos influenciou a interpretação dos sonhos posteriormente, destacando a necessidade de distinguir entre a realidade e a fantasia, entre os sonhos e a vigília.

- Nietzsche: Friedrich Nietzsche, filósofo do século XIX, também teve uma influência significativa na interpretação dos sonhos. Ele abordou a importância dos aspectos não conscientes da mente e a presença de desejos e impulsos inconscientes. Nietzsche via os sonhos como expressões da vontade de poder e dos instintos humanos mais profundos. Essa perspectiva ressoou com Freud, que considerou os desejos inconscientes como elementos centrais na interpretação dos sonhos.

- Freud: Sigmund Freud foi o psicanalista mais proeminente a trabalhar com a interpretação dos sonhos. Ele acreditava que os sonhos eram a "via régia" para o inconsciente e desempenhavam um papel crucial na compreensão da mente humana. As influências filosóficas e psicológicas em seu trabalho foram diversas. Além de Nietzsche, as teorias de Gustav Theodor Fechner sobre a relação entre estímulos externos e processos mentais internos também foram importantes para Freud. Ele adaptou as ideias de Fechner para desenvolver o conceito de censura psíquica, que explicava a distorção dos desejos inconscientes nos sonhos.

- Jung: Carl Gustav Jung, outro proeminente psicanalista e discípulo de Freud, trouxe suas próprias contribuições para a interpretação dos sonhos. Jung enfatizou a importância do simbolismo nos sonhos,

introduzindo a ideia de arquétipos, símbolos universais que estão enraizados no inconsciente coletivo. Ele argumentava que os sonhos podem revelar não apenas os desejos individuais, mas também aspectos universais e transcendentais da psique humana.

Além das influências filosóficas e psicológicas mencionadas anteriormente, outras correntes de pensamento ainda tiveram um impacto significativo na interpretação dos sonhos ao longo dos anos. Por exemplo, a psicologia humanista, representada por Abraham Maslow e Carl Rogers, enfatiza a importância dos sonhos como expressões da busca por significado, crescimento pessoal e autorealização. Essa abordagem considera os sonhos como reflexos das necessidades psicológicas mais profundas e como uma forma de explorar a própria essência e potencial.

Outra influência relevante é a abordagem sociocultural, que considera a influência do contexto social e cultural na interpretação dos sonhos. Os sonhos são vistos como produtos da interação entre o indivíduo e seu ambiente sociocultural. Essa perspectiva reconhece que as crenças, valores e experiências culturais podem moldar a forma como os sonhos são percebidos e interpretados.

É importante ressaltar que a interpretação dos sonhos é um campo em constante evolução e que diferentes abordagens podem coexistir e se complementar. A Psicanálise, por exemplo, continua a desempenhar um papel fundamental na interpretação dos sonhos, com sua ênfase nos desejos inconscientes, conflitos emocionais e processos de simbolização. No entanto, outras perspectivas, como a abordagem cognitiva, a psicologia humanista e a abordagem sociocultural, igualmente contribuíram para uma compreensão mais abrangente e diversificada dos sonhos.

Há de se mencionar ainda que a interpretação dos sonhos pode variar de acordo com o contexto cultural e individual. Símbolos e significados atribuídos aos sonhos podem ser influenciados pela cultura, crenças pessoais, experiências de vida e contexto social. Portanto, é fundamental considerar a individualidade de cada pessoa ao interpretar seus próprios sonhos.

Essas influências filosóficas e psicológicas na interpretação dos sonhos forneceram uma base conceitual e teórica para a compreensão dos processos mentais inconscientes e a interpretação dos símbolos presentes nos sonhos. A interpretação dos sonhos envolve a exploração dos conteúdos manifestos e latentes dos sonhos, desvendando significados simbólicos e revelando insights sobre os desejos reprimidos, os conflitos emocionais e os mecanismos de defesa.

Em conclusão, as influências filosóficas e psicológicas na interpretação dos sonhos são amplas e diversas. Desde Platão e sua visão espiritual dos sonhos até Freud e suas teorias sobre o inconsciente e os desejos reprimidos, as ideias desses pensadores moldaram e enriqueceram nossa compreensão dos processos mentais inconscientes e dos significados simbólicos dos sonhos. A interpretação dos sonhos continua a ser uma área de estudo e exploração, fornecendo insights valiosos sobre a mente humana e contribuindo para o desenvolvimento da Psicanálise e da psicologia em geral.

## 12. As teorias sexuais infantis e o complexo de Édipo

As teorias sexuais infantis e o complexo de Édipo desempenham um papel central na teoria psicanalítica, representando conceitos-chave na compreensão do desenvolvimento psicossexual e dos conflitos emocionais da infância. Neste tópico, exploraremos a descoberta das teorias sexuais infantis por

Freud e a importância do complexo de Édipo na teoria psicanalítica.

### 12.1. A descoberta das teorias sexuais infantis por Freud.

Sigmund Freud fez uma descoberta surpreendente ao longo de sua prática clínica: a existência das teorias sexuais infantis. Ao trabalhar com seus pacientes, Freud começou a perceber que crianças muito jovens apresentavam comportamentos e fantasias sexuais que antes eram considerados atípicos ou irrelevantes para a infância.

As teorias sexuais infantis referem-se aos pensamentos, fantasias e comportamentos sexuais que as crianças experimentam durante seu desenvolvimento. Freud observou que as crianças tinham uma curiosidade natural sobre seu próprio corpo e sobre o corpo dos outros, e que expressavam desejos e fantasias de natureza sexual.

Essas teorias sexuais infantis incluem a fase oral, na qual a boca é a principal zona erógena e a criança explora a satisfação oral; a fase anal, na qual o controle dos esfíncteres é central e a criança encontra prazer na eliminação ou retenção das fezes; e a fase fálica, na qual o foco é o órgão genital e há a descoberta do prazer através da manipulação genital.

A descoberta das teorias sexuais infantis por Freud foi um marco na história da Psicanálise, pois desafiou as concepções tradicionais sobre a sexualidade na infância e lançou as bases para a compreensão do desenvolvimento psicossexual.

### 12.2. A importância do complexo de Édipo na teoria psicanalítica.

Uma das teorias sexuais infantis mais importantes é o complexo de Édipo. O complexo de Édipo refere-se aos sentimentos e conflitos que surgem na criança durante a fase fálica, quando ela experimenta desejos sexuais em relação ao genitor do sexo oposto e rivalidade em relação ao genitor do mesmo sexo.

Freud nomeou esse complexo em referência à tragédia grega de Édipo, que inadvertidamente mata seu pai e se casa com sua mãe. Ele argumentou que, durante a fase fálica, as crianças desenvolvem desejos incestuosos em relação ao genitor do sexo oposto e tendem a ver o genitor do mesmo sexo como um rival.

O complexo de Édipo é um elemento-chave na teoria psicanalítica, pois representa um ponto de virada importante no desenvolvimento psicossexual da criança. A resolução bem-sucedida do complexo de Édipo envolve a internalização dos valores e normas sociais, identificação com o genitor do mesmo sexo e a supressão dos desejos incestuosos.

Freud argumentou que o complexo de Édipo tem implicações duradouras na vida adulta, influenciando a formação da personalidade, os relacionamentos interpessoais e a escolha de parceiros. Os conflitos e as dinâmicas do complexo de Édipo podem se manifestar de várias maneiras na vida adulta, como transferência na relação terapêutica e repetição de padrões de relacionamento.

A compreensão do complexo de Édipo é essencial para a teoria psicanalítica, pois fornece uma perspectiva sobre os processos inconscientes e os conflitos emocionais que ocorrem durante o desenvolvimento psicossexual. Ao explorar o complexo de Édipo, a Psicanálise busca trazer à consciência esses conflitos e trabalhar em sua resolução para promover o crescimento e a saúde psicológica.

Em resumo, as teorias sexuais infantis e o complexo de Édipo são conceitos fundamentais na teoria psicanalítica. A descoberta das teorias sexuais infantis por Freud desafiou as concepções tradicionais sobre a sexualidade na infância e lançou as bases para a compreensão do desenvolvimento psicossexual. O complexo de Édipo, em

particular, representa um estágio crucial no desenvolvimento infantil e tem implicações duradouras na vida adulta. A compreensão desses conceitos é essencial para a prática clínica e para a compreensão da psique humana na abordagem psicanalítica.

## 13. A psicologia da consciência e o desenvolvimento da Psicanálise.

A psicologia da consciência, que predominava antes do surgimento da Psicanálise, foi criticada e reformulada por Sigmund Freud, resultando em uma nova abordagem que se concentra no inconsciente e nas camadas mais profundas da mente. Neste texto, exploraremos a relação entre a psicologia da consciência e o desenvolvimento da Psicanálise, abordando as críticas freudianas à psicologia da consciência e a relação entre a consciência e o inconsciente na Psicanálise.

### 13.1. As críticas freudianas à psicologia da consciência.

Antes do advento da Psicanálise, a psicologia da consciência, influenciada por figuras como Wilhelm Wundt, dominava o campo da psicologia. Essa abordagem se concentrava no estudo dos processos mentais conscientes e na análise da experiência subjetiva dos indivíduos. No entanto, Freud questionou as limitações dessa abordagem e lançou críticas significativas à psicologia da consciência, tais como podem ser citadas:

- Ignorar o inconsciente: A psicologia da consciência tradicional negligenciava a importância do inconsciente na compreensão do comportamento humano. Freud argumentava que grande parte da atividade mental e dos processos psíquicos ocorre abaixo do nível consciente e desempenham um papel crucial na formação da personalidade e dos distúrbios psicológicos;

- Reducionismo: Freud criticou a abordagem da psicologia da consciência por sua tendência a reduzir a complexidade da mente humana a processos conscientes simples. Ele argumentava que a mente é formada por diversos níveis e processos mentais complexos, e que negligenciar esses aspectos mais profundos leva a uma compreensão superficial do comportamento humano;

- Determinismo psíquico: Freud discordava do pressuposto da psicologia da consciência de que os indivíduos têm controle livre e consciente sobre seus pensamentos, emoções e comportamentos. Ele propôs que a mente é influenciada por pulsões e instintos inconscientes, bem como por experiências e traumas passados, que podem exercer um poderoso domínio sobre o indivíduo;

- Negligencia dos aspectos emocionais: A psicologia da consciência tradicional tendia a focar em processos mentais racionais e cognitivos, deixando de lado os aspectos emocionais e afetivos. Freud enfatizava a importância das emoções e dos conflitos emocionais na compreensão da mente humana e no desenvolvimento de distúrbios psicológicos.

- Ênfase na sexualidade: Outra crítica de Freud à psicologia da consciência era a falta de atenção dada à sexualidade humana. Ele argumentava que a sexualidade desempenha um papel central na formação da personalidade e na motivação humana, algo que era amplamente ignorado pelas teorias predominantes da época.

Outra das críticas de Freud à psicologia da consciência era a crença de que os processos mentais conscientes eram a totalidade da mente humana. Ele argumentava que a consciência representa apenas uma pequena parte da atividade mental, enquanto a maior parte dos processos mentais ocorre no inconsciente. Freud acreditava que a consciência é apenas a "ponta do iceberg", com a maior parte da mente permanecendo oculta no reino do inconsciente.

Outra crítica de Freud à psicologia da consciência estava relacionada à noção de que os indivíduos têm pleno conhecimento e controle de seus

pensamentos, sentimentos e motivações. Ele argumentava que a mente humana é complexa e que muitos processos mentais são influenciados por fatores inconscientes, como desejos reprimidos e memórias traumáticas. Freud enfatizou a importância de explorar os conteúdos inconscientes para uma compreensão mais profunda da mente humana.

Essas críticas de Freud à psicologia da consciência foram fundamentais para o desenvolvimento da Psicanálise. Sua abordagem revolucionária trouxe à tona o inconsciente, os impulsos sexuais e a importância dos processos psíquicos inconscientes na compreensão da mente humana. A Psicanálise transformou o campo da psicologia e contribuiu para uma compreensão mais profunda dos distúrbios mentais e do comportamento humano.

### 13.2. A relação entre a consciência e o inconsciente na Psicanálise.

Na Psicanálise, a relação entre a consciência e o inconsciente é um aspecto fundamental da teoria e da prática clínica. Freud propôs que a mente é composta por três sistemas: o consciente, o pré-consciente e o inconsciente. O consciente representa a parte da mente que está atualmente acessível à percepção e à reflexão do indivíduo. O pré-consciente refere-se aos conteúdos mentais que não estão imediatamente conscientes, mas podem ser facilmente trazidos à consciência. Já o inconsciente é composto por conteúdos mentais inacessíveis à consciência, como desejos reprimidos, traumas e memórias recalcadas.

A Psicanálise reconhece que muitos processos mentais e conflitos psíquicos ocorrem no inconsciente e influenciam o comportamento e a experiência consciente. Os conteúdos inconscientes podem se manifestar por meio de sintomas, sonhos, lapsos de memória e atos falhos. A interpretação dessas manifestações inconscientes é uma parte essencial da prática clínica psicanalítica, permitindo a compreensão e a resolução dos conflitos subjacentes.

Na Psicanálise, a consciência não é vista como a única fonte de conhecimento sobre a mente humana. Pelo contrário, é reconhecido que muitos processos mentais, motivações e desejos permanecem ocultos no inconsciente. A relação entre a consciência e o inconsciente é complexa e dinâmica, e a Psicanálise busca explorar e elucidar essa relação para uma compreensão mais completa da mente humana.

Ao trazer à tona os conteúdos inconscientes e promover a livre associação e a interpretação dos processos mentais, a Psicanálise busca expandir a consciência do indivíduo, permitindo uma compreensão mais profunda de si mesmo. A consciência é vista como um aspecto essencial da mente, mas é reconhecido que há muito mais a ser explorado e compreendido além do que está consciente no momento presente.

Em resumo, a Psicanálise representa uma mudança significativa em relação à psicologia da consciência, oferecendo uma abordagem que se concentra no inconsciente e nas camadas mais profundas da mente humana. As críticas freudianas à psicologia da consciência destacaram as limitações dessa abordagem e enfatizaram a importância de explorar os processos mentais inconscientes na compreensão da mente humana. A relação entre a consciência e o inconsciente na Psicanálise é uma área de estudo fundamental, e a exploração dos conteúdos inconscientes é essencial para o trabalho terapêutico e para uma compreensão mais profunda do ser humano.

## 14. A influência das teorias evolucionistas na Psicanálise

As teorias evolucionistas tiveram uma influência significativa na Psicanálise, fornecendo insights importantes sobre a compreensão da natureza humana. Essas

teorias, especialmente as contribuições de Charles Darwin, desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da teoria freudiana, particularmente na compreensão das pulsões e do instinto. Neste tópico, será explorada a influência das teorias evolucionistas na Psicanálise, abordando as contribuições de Darwin e sua influência na teoria freudiana, bem como a compreensão das pulsões e do instinto na Psicanálise.

### 14.1. As contribuições de Darwin e sua influência na teoria freudiana.

Charles Darwin (Nascimento: 12 de fevereiro de 1809, Shrewsbury, Reino Unido - Falecimento: 19 de abril de 1882, Downe, Reino Unido) foi uma figura central no desenvolvimento das teorias evolucionistas, cujas ideias tiveram uma influência significativa na teoria freudiana. Darwin propôs a teoria da evolução através da seleção natural, argumentando que os seres vivos evoluem ao longo do tempo para se adaptar ao ambiente em que vivem. Suas contribuições foram fundamentais para a compreensão da natureza humana e do desenvolvimento das espécies.

A influência de Darwin na teoria freudiana pode ser vista em várias áreas. Em primeiro lugar, Darwin ofereceu uma perspectiva evolutiva que influenciou a compreensão da mente humana. Freud reconheceu a importância da evolução para entender as origens dos comportamentos humanos, especialmente os comportamentos instintivos e as pulsões. Da mesma forma, Darwin enfatizou a importância do desenvolvimento individual e da adaptação ao ambiente. Essa ideia ressoa na concepção freudiana do desenvolvimento psicossexual, onde os estágios de desenvolvimento e a formação da personalidade são vistos como um processo de adaptação e transformação.

Outro aspecto importante da influência de Darwin na teoria freudiana é a ênfase na sexualidade como um impulso fundamental na vida dos seres humanos. Darwin observou a importância da sexualidade na reprodução e na sobrevivência das espécies, e essa compreensão influenciou Freud a explorar a sexualidade como um componente central da psique humana.

### 14.2. A compreensão das pulsões e do instinto na Psicanálise.

A influência das teorias evolucionistas na Psicanálise pode ser observada na compreensão das pulsões e do instinto. Freud adotou a ideia de que os seres humanos têm impulsos e desejos instintivos que são fundamentais para a vida psíquica.

As pulsões, conceito central na teoria freudiana, podem ser entendidas como forças motivadoras que impulsionam o comportamento humano. Essas pulsões são influenciadas pelas necessidades biológicas e pela busca pelo prazer. Freud descreveu duas principais categorias de pulsões: as pulsões de vida (*Eros*), que envolvem a busca pelo prazer e a preservação da vida, e as pulsões de morte (*Thanatos*), que envolvem a busca pela anulação da tensão e pela inércia.

A compreensão das pulsões na Psicanálise está relacionada à compreensão dos instintos, que são influenciados pelas teorias evolucionistas. Os instintos são considerados resquícios de comportamentos que foram úteis para a sobrevivência e a reprodução das espécies ao longo da evolução. Esses instintos são incorporados à psique humana e influenciam o comportamento e a vida psíquica.

Através da Psicanálise, Freud explorou como as pulsões e os instintos influenciam os desejos e os comportamentos humanos. Ele reconheceu que a vida psíquica é moldada por essas forças internas, que podem estar em conflito entre si e com as demandas da sociedade. A compreensão das pulsões e

do instinto na Psicanálise ajuda a desvendar as motivações inconscientes por trás dos comportamentos e a buscar uma compreensão mais profunda da psique humana.

Em resumo, as teorias evolucionistas, especialmente as contribuições de Darwin, tiveram uma influência significativa na Psicanálise. Através da compreensão das pulsões e do instinto, a Psicanálise busca explorar as forças motivadoras e inconscientes que influenciam o comportamento humano. As contribuições de Darwin ajudaram a estabelecer uma base teórica para a compreensão da natureza humana e do desenvolvimento psíquico. A influência das teorias evolucionistas na Psicanálise ressalta a importância de considerar tanto os aspectos biológicos quanto os sociais e culturais na compreensão da psique humana.

## 15. A relevância das teorias sociais e culturais para a Psicanálise.

A Psicanálise é uma teoria que busca compreender os processos mentais e os comportamentos humanos. Além das influências das teorias evolucionistas, as teorias sociais e culturais também desempenham um papel importante na compreensão da Psicanálise. Neste tópico, será explorada a relevância dessas teorias para a teoria freudiana, destacando o impacto dos estudos sobre cultura e sociedade e a relação entre indivíduo e sociedade na Psicanálise.

### 15.1. O impacto dos estudos sobre cultura e sociedade na teoria freudiana.

A abordagem psicanalítica de Freud não se limita ao estudo do indivíduo isoladamente, mas busca compreender a influência dos fatores sociais e culturais na formação da personalidade e nos comportamentos humanos. Freud reconheceu que a cultura e a sociedade exercem uma poderosa influência sobre os indivíduos, moldando suas experiências, expectativas e valores.

Um dos pontos-chave da teoria freudiana é o conceito de inconsciente coletivo. Freud argumentava que os indivíduos são influenciados por uma série de ideias, crenças e valores que são compartilhados por sua cultura e sociedade. Essas influências coletivas têm um impacto significativo na formação da identidade e na conduta dos indivíduos. De forma similar, Freud explorou a influência da cultura no desenvolvimento da sexualidade humana. Em sua obra "Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade", ele discute como as normas e valores culturais moldam a expressão da sexualidade e podem até mesmo reprimir certos desejos e comportamentos. Assim, ao considerar a influência da cultura, Freud ampliou sua compreensão sobre a sexualidade e os aspectos sociais do comportamento humano. No entanto, é importante destacar que Freud ainda enfrentou críticas por seu foco excessivo no indivíduo em detrimento da análise das estruturas sociais e culturais. Algumas correntes da Psicanálise posterior, como a psicologia social, buscaram superar essa limitação, integrando as teorias sociais e culturais na Psicanálise.

### 15.2. A relação entre indivíduo e sociedade na Psicanálise.

A relação entre indivíduo e sociedade é um tema central na Psicanálise. Freud reconheceu que os indivíduos não existem isoladamente, mas estão imersos em um contexto social e cultural que influencia sua vida psíquica. Portanto, é essencial considerar essa relação na compreensão dos processos mentais e comportamentais.

A Psicanálise destaca a importância da socialização na formação da identidade e na regulação dos desejos e pulsões humanas. Por intermédio do processo de socialização, os indivíduos aprendem a internalizar as normas, valores e regras da

sociedade em que estão inseridos. Essa internalização é fundamental para a estruturação da personalidade e para a adaptação aos padrões culturais e sociais. No entanto, a Psicanálise de igual modo reconhece que a relação entre indivíduo e sociedade pode gerar tensões e conflitos. As exigências da sociedade muitas vezes entram em conflito com os desejos e impulsos individuais, podendo levar a sintomas psicológicos e problemas emocionais. Um exemplo disso é o conceito de superego, proposto por Freud. O superego representa os valores e normas internalizados da sociedade, que atuam como uma voz crítica interna, julgando e reprimindo os desejos e impulsos individuais que são considerados socialmente inaceitáveis. Esse conflito entre o desejo individual e as demandas sociais é uma questão central na Psicanálise.

A Psicanálise de forma similar considera o papel das relações sociais na formação da personalidade. Freud argumentava que as experiências e relações interpessoais, especialmente na infância, são cruciais para o desenvolvimento emocional dos indivíduos. A qualidade dessas relações, especialmente aquelas com as figuras de apego, pode influenciar significativamente a forma como os indivíduos se relacionam com os outros e lidam com seus próprios sentimentos e desejos. Portanto, a Psicanálise reconhece a complexa interação entre o indivíduo e a sociedade, destacando a influência dos fatores sociais e culturais na formação da personalidade e nos comportamentos humanos. Ao considerar essa relação, a teoria psicanalítica obtém uma compreensão mais ampla do funcionamento psíquico e contribui para uma abordagem mais abrangente e contextualizada do ser humano.

Em resumo, as teorias sociais e culturais desempenham um papel relevante na Psicanálise. O impacto dos estudos sobre cultura e sociedade na teoria freudiana permite uma compreensão mais completa da influência dos fatores sociais e culturais na formação da personalidade. Além disso, a relação entre indivíduo e sociedade é fundamental na Psicanálise, uma vez que os indivíduos estão imersos em um contexto social e cultural que influencia sua vida psíquica. Ao considerar essa relação complexa, a Psicanálise amplia seu campo de análise e contribui para uma abordagem mais abrangente do ser humano.

## 16. A importância da linguagem na Psicanálise.

A linguagem desempenha um papel fundamental na Psicanálise, tanto na sua formação quanto nos processos terapêuticos. Através da linguagem e da comunicação, os indivíduos expressam seus pensamentos, emoções e experiências, permitindo a compreensão e a análise dos processos mentais. Neste texto, exploraremos a influência da linguagem na formação psicanalítica e sua relação com os sintomas e os processos terapêuticos.

### 16.1. A influência da linguagem e da comunicação na formação psicanalítica.

A Psicanálise foi construída a partir da escuta e interpretação das palavras dos pacientes. Freud desenvolveu seu método terapêutico baseado na fala dos pacientes, a chamada "associação livre". Ele percebeu que os pacientes poderiam revelar seus sentimentos mais profundos e experiências traumáticas através da livre expressão verbal, sem censura ou filtro.

A linguagem é a principal forma de expressão e comunicação humana. Através das palavras, as pessoas podem articular seus pensamentos, desejos, medos e angústias. Na Psicanálise, a verbalização dos conteúdos inconscientes é essencial para a compreensão e análise dos processos mentais.

Ainda na formação psicanalítica, a linguagem é um elemento-chave. Os futuros psicanalistas são treinados para desenvolver habilidades de escuta atenta, interpretar as palavras e os discursos dos pacientes, e observar os aspectos não apenas do que é dito, mas do que é silenciado ou omitido.

Freud ainda enfatizou a importância da linguagem na construção dos conceitos psicanalíticos. Ele criou termos como inconsciente, complexo de Édipo, transferência, entre outros, para descrever e analisar fenômenos psíquicos observados em seus pacientes.

### 16.2. A relação entre linguagem, sintomas e processos terapêuticos psicanalíticos.

A linguagem está intrinsecamente ligada aos sintomas psíquicos. Na Psicanálise, os sintomas são entendidos como expressões simbólicas de conflitos e conteúdos inconscientes. Através da fala e da análise dos discursos dos pacientes, é possível identificar as associações de ideias, os lapsos verbais e os processos de produção de sentido que revelam os significados subjacentes aos sintomas.

A Psicanálise busca, então, transformar os sintomas em palavras, permitindo que os indivíduos ganhem consciência e compreensão dos conflitos e conteúdos inconscientes que os afligem. O processo terapêutico psicanalítico envolve a interpretação desses conteúdos expressos na linguagem, com o intuito de promover a ressignificação e a elaboração deles.

A linguagem de igual modo desempenha um papel essencial na relação terapêutica. O analista utiliza a linguagem de forma cuidadosa e sensível para estabelecer uma atmosfera de confiança, acolhimento e compreensão. Através da escuta ativa e da interpretação das palavras do paciente, o analista é capaz de ajudar o indivíduo a compreender e elaborar seus conflitos e sofrimentos psíquicos.

A linguagem da mesma forma é fundamental na transferência, um dos conceitos-chave da Psicanálise. A transferência ocorre quando os sentimentos, desejos e fantasias que estão ligados a figuras significativas do passado do paciente são transferidos para o analista. Isso possibilita a revivência e a análise dos conflitos e das dinâmicas psíquicas presentes nos relacionamentos do paciente.

Nesse processo, a linguagem desempenha um papel crucial, pois é por meio das palavras que o paciente expressa os sentimentos e pensamentos que emergem na relação terapêutica. O analista utiliza a linguagem para refletir e interpretar esses conteúdos, permitindo que o paciente compreenda e trabalhe as questões emocionais e os padrões de comportamento que se repetem em suas relações interpessoais. No entanto, é importante ressaltar que a linguagem ainda apresenta limitações na Psicanálise. A linguagem é um sistema simbólico que, por vezes, pode não captar totalmente a complexidade e a profundidade da experiência humana. Há aspectos da psique que podem resistir à tradução verbal ou se manifestar de formas não verbais, como nos sonhos ou nas manifestações corpóreas.

Em conclusão, a linguagem desempenha um papel central na Psicanálise, sendo fundamental tanto na formação psicanalítica quanto nos processos terapêuticos. Através da linguagem e da comunicação, os indivíduos expressam seus pensamentos e sentimentos, possibilitando a compreensão e a análise dos processos mentais. A verbalização dos conteúdos inconscientes é essencial para a compreensão dos sintomas e para a transformação deles em palavras. A linguagem de igual modo é fundamental na relação terapêutica, na transferência e na interpretação dos discursos e significados atribuídos pelos

pacientes. Embora a linguagem apresente limitações, ela continua sendo uma ferramenta imprescindível na Psicanálise, permitindo a busca por insights, ressignificações e elaborações emocionais.

**17. A crítica às teorias dos antecedentes históricos da Psicanálise.**

A Psicanálise, desenvolvida por Sigmund Freud, é uma abordagem que revolucionou a compreensão da mente humana, mas igualmente suscitou críticas em relação aos seus antecedentes históricos. Neste texto, abordaremos as discordâncias e controvérsias em relação aos antecessores de Freud, bem como as contribuições e limitações das abordagens anteriores à Psicanálise.

**17.1. As discordâncias e controvérsias em relação aos antecessores de Freud.**

Apesar das críticas levantadas, as abordagens anteriores à Psicanálise contribuíram de maneiras significativas para o desenvolvimento da compreensão da mente humana.

A hipnose, técnica utilizada por Breuer e Charcot, trouxe à tona a importância dos processos mentais inconscientes, destacando a influência dos eventos traumáticos e das emoções reprimidas na formação dos sintomas. Essa abordagem permitiu a Freud identificar os mecanismos de defesa e os conteúdos inconscientes que influenciam o comportamento e as experiências humanas.

Ademais, as teorias de filósofos como Schopenhauer e Nietzsche contribuíram para a visão de Freud sobre a natureza humana. As concepções de Schopenhauer sobre os desejos e as pulsões foram incorporadas por Freud em sua teoria das pulsões. Já Nietzsche influenciou a noção freudiana de que os impulsos e os conflitos são essenciais para a compreensão da psique humana.

Em relação à literatura, Freud se inspirou em Hoffmann para desenvolver sua teoria dos sonhos. Ele identificou semelhanças entre as imagens oníricas e a forma como os eventos são narrados nos contos de Hoffmann, levando à formulação de sua teoria dos sonhos baseada na interpretação simbólica.

Apesar dessas contribuições, também existem limitações nas abordagens anteriores à Psicanálise. A hipnose, por exemplo, foi criticada por ser excessivamente direta e invasiva, não permitindo a participação ativa do paciente no processo terapêutico. Além disso, muitas das teorias filosóficas e literárias utilizadas por Freud não possuíam uma base científica rigorosa, o que gerou questionamentos sobre a validade de seus fundamentos.

Em conclusão, a Psicanálise, desenvolvida por Freud, recebeu influências de diversos antecessores e levantou controvérsias em relação às abordagens anteriores. As discordâncias surgiram em relação à interpretação e aplicação das ideias dos antecedentes históricos de Freud. No entanto, é importante reconhecer as contribuições dessas abordagens, como a valorização dos processos mentais inconscientes, a ênfase nos eventos traumáticos e as influências das teorias filosóficas e literárias. Embora críticas tenham sido direcionadas às abordagens anteriores, elas são essenciais para contextualizar o desenvolvimento da Psicanálise e a compreensão da mente humana.

**19. A influência dos antecedentes históricos na prática clínica psicanalítica.**

Os antecedentes históricos têm uma influência significativa na prática clínica psicanalítica, fornecendo conceitos,

métodos e abordagens que são aplicados no contexto terapêutico. Essa influência é evidente tanto na aplicação dos conceitos e métodos provenientes dos antecedentes históricos quanto na relevância desses antecedentes para a compreensão dos pacientes e dos processos terapêuticos. Neste texto, exploraremos a influência dos antecedentes históricos na prática clínica psicanalítica, abordando a aplicação dos conceitos e métodos provenientes desses antecedentes, bem como a importância desses antecedentes na compreensão dos pacientes e dos processos terapêuticos.

### 19.1. A aplicação dos conceitos e métodos provenientes dos antecedentes históricos.

Os antecedentes históricos da Psicanálise, como a teoria do inconsciente, a análise dos sonhos, a interpretação dos sintomas neuróticos e o uso da transferência, têm uma aplicação direta na prática clínica psicanalítica. Esses conceitos e métodos fornecem uma base teórica e técnica para o trabalho terapêutico, permitindo que os psicanalistas compreendam e abordem os processos mentais inconscientes, os conflitos emocionais e os padrões de comportamento dos pacientes.

Por exemplo, a teoria do inconsciente, desenvolvida por antecessores como Eduard Von Hartmann e Sigmund Freud, é aplicada na prática clínica para explorar os conteúdos inconscientes que influenciam a vida mental dos pacientes. Os psicanalistas utilizam técnicas como a associação livre, a interpretação dos sonhos e a análise dos lapsos freudianos para acessar e compreender os desejos reprimidos, as memórias traumáticas e os mecanismos de defesa presentes no inconsciente.

A análise dos sonhos de modo semelhante é um método importante na prática clínica psicanalítica. Os psicanalistas exploram os sonhos dos pacientes, buscando significados simbólicos e associações pessoais que possam fornecer insights sobre os conflitos e as emoções inconscientes. A interpretação dos sonhos ajuda a trazer à consciência os conteúdos reprimidos e a promover a compreensão e a resolução de questões psicológicas profundas.

Portanto, o uso da transferência é um elemento-chave na prática clínica psicanalítica, influenciado por antecessores como Freud. A transferência refere-se aos sentimentos e fantasias inconscientes que os pacientes direcionam ao analista, muitas vezes baseados em experiências passadas. Os psicanalistas utilizam a transferência como uma ferramenta terapêutica, explorando esses sentimentos e trabalhando com o paciente para desenvolver uma compreensão mais profunda dos padrões relacionais e das dinâmicas emocionais.

### 19.2. A relevância dos antecedentes na compreensão dos pacientes e dos processos terapêuticos.

Os antecedentes históricos têm uma relevância fundamental na compreensão dos pacientes e dos processos terapêuticos na prática clínica psicanalítica. Através do conhecimento dos antecedentes históricos, os psicanalistas podem contextualizar as experiências e os conflitos emocionais dos pacientes, compreendendo-os em termos dos conceitos e teorias desenvolvidos pelos antecessores.

Compreender os antecedentes históricos permite aos psicanalistas reconhecerem os padrões e as dinâmicas psicológicas que podem estar presentes nos pacientes. Por exemplo, ao conhecer as teorias sexuais de antecessores como Richard Von Krafft-Ebing e Havelock Ellis, os psicanalistas estão preparados para explorar a influência da sexualidade na vida dos pacientes e compreender as possíveis fontes de conflito e ansiedade.

A compreensão dos antecedentes históricos ainda auxilia os psicanalistas na

formulação de hipóteses e na interpretação dos comportamentos e sintomas dos pacientes. Ao reconhecer os conceitos e métodos provenientes dos antecessores, os psicanalistas são capazes de identificar os mecanismos de defesa, os conflitos inconscientes e as origens dos sintomas neuróticos nos pacientes. Isso permite um trabalho terapêutico mais eficaz e direcionado, ajudando os pacientes a desenvolverem uma maior consciência de si mesmos e a promover mudanças positivas em suas vidas.

A relevância dos antecedentes históricos na compreensão dos processos terapêuticos de forma similar se estende ao relacionamento entre o psicanalista e o paciente. Compreender a importância da transferência e da contratransferência, influenciadas pelos antecessores, permite que os psicanalistas mantenham uma postura terapêutica adequada e cultivem um ambiente seguro para a exploração dos conteúdos emocionais mais profundos.

Em resumo, a influência dos antecedentes históricos na prática clínica psicanalítica é significativa. A aplicação dos conceitos e métodos provenientes desses antecedentes proporciona uma base teórica e técnica sólida para o trabalho terapêutico. Dessa forma pode-se inferir que, a compreensão dos antecedentes históricos é fundamental para a compreensão dos pacientes e dos processos terapêuticos, pois permite apreciação mais profunda dos padrões emocionais, dos conflitos inconscientes e das dinâmicas relacionais presentes na psique dos pacientes. Ao reconhecer a importância dos antecedentes históricos, os profissionais da área estão preparados para oferecer uma prática clínica psicanalítica mais informada, eficaz e compassiva.

## 20. O legado dos antecedentes históricos para a Psicanálise contemporânea.

Os antecedentes históricos da Psicanálise desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e na evolução dessa abordagem terapêutica ao longo do tempo. O legado deixado pelos antecessores da Psicanálise é de extrema importância para a compreensão e a prática contemporânea dessa disciplina. Neste texto, abordaremos o legado dos antecedentes históricos para a Psicanálise contemporânea, discutindo a atualidade e continuidade das ideias dos antecessores na Psicanálise atual, bem como a importância da compreensão desses antecedentes para os profissionais da área.

### 20.1. A atualidade e continuidade das ideias dos antecessores na Psicanálise atual.

Os antecedentes históricos da Psicanálise, como a teoria do inconsciente de Eduard Von Hartmann, os estudos sobre a histeria de Jean-Martin Charcot, o método catártico de Josef Breuer e as teorias sexuais de Richard Von Krafft-Ebing e Havelock Ellis, ainda possuem relevância e influência na Psicanálise contemporânea. Embora tenham ocorrido avanços e mudanças na teoria e na prática ao longo dos anos, muitos dos conceitos e princípios desenvolvidos pelos antecessores permanecem presentes e fundamentais na abordagem psicanalítica atual.

Por exemplo, a compreensão do inconsciente e dos processos mentais inconscientes, proposta por antecessores como Hartmann e Freud, ainda é considerada central na Psicanálise contemporânea. A ideia de que a mente humana é composta por camadas ocultas de pensamentos, desejos e memórias que influenciam o comportamento consciente e os processos mentais continua a ser explorada e aprofundada pelos psicanalistas de hoje. Os conceitos de repressão, resistência, transferência e interpretação dos conteúdos

inconscientes, de maneira análoga, são fundamentais na prática psicanalítica atual.

Da mesma forma, a compreensão da histeria e a utilização da catarse como método terapêutico, desenvolvidas por antecessores como Charcot e Breuer, ainda têm relevância na Psicanálise contemporânea. Embora os métodos e técnicas tenham evoluído, a ideia de que a expressão emocional e a resolução de traumas e conflitos são fundamentais para a cura e o crescimento psíquico ainda é valorizada. A importância de trabalhar com as emoções, acessar conteúdos reprimidos e promover a integração psíquica continua sendo uma base importante na prática clínica atual.

Logo, as teorias sexuais de antecessores como Krafft-Ebing e Ellis contribuíram para a compreensão da sexualidade humana na formulação da teoria psicanalítica. A ideia de que a sexualidade é um componente intrínseco da experiência humana e desempenha um papel significativo no desenvolvimento psicológico ainda é considerada relevante. Embora a teoria psicanalítica tenha se expandido e incorporado diferentes perspectivas, a compreensão da sexualidade como uma força motivadora e a exploração de sua influência nos processos psíquicos continuam sendo abordagens fundamentais na Psicanálise contemporânea.

### 20.2 A importância da compreensão dos antecedentes para os profissionais da área.

A compreensão dos antecedentes históricos da Psicanálise é essencial para os profissionais da área, pois permite uma apreciação mais profunda dos fundamentos teóricos e conceituais da abordagem psicanalítica. O conhecimento sobre os antecessores históricos fornece um contexto histórico e intelectual que ajuda os profissionais a compreenderem a evolução e a diversidade de ideias no campo da Psicanálise.

Compreender os antecedentes históricos, de forma análoga, permite aos profissionais da Psicanálise uma reflexão crítica sobre sua própria prática e teoria. Ao reconhecer as contribuições e limitações dos antecessores, os profissionais podem adaptar e aprimorar a abordagem psicanalítica para atender às necessidades e desafios contemporâneos. A compreensão dos antecedentes ainda ajuda a evitar uma visão estreita ou dogmática da Psicanálise, incentivando a exploração de outras abordagens e perspectivas que possam enriquecer o trabalho clínico.

A compreensão dos antecedentes históricos similarmente ajuda a fortalecer a identidade profissional dos psicanalistas. Ao se familiarizarem com a história e os desenvolvimentos da Psicanálise, os profissionais se conectam com uma tradição intelectual e clínica que tem raízes profundas. Isso contribui para um senso de pertencimento e continuidade, permitindo que os psicanalistas se posicionem dentro de uma comunidade profissional e se beneficiem do conhecimento acumulado ao longo do tempo.

A compreensão dos antecedentes históricos ainda é valiosa no diálogo interdisciplinar. A Psicanálise tem interseções com várias disciplinas, como a filosofia, a sociologia, a antropologia, a literatura e a neurociência. Ao conhecer os antecedentes históricos, os profissionais da Psicanálise podem estabelecer pontes entre essas áreas e enriquecer a compreensão mútua, promovendo uma visão mais abrangente e integrada da experiência humana.

Em conclusão, o legado dos antecedentes históricos é de suma importância para a Psicanálise contemporânea. As ideias e abordagens desenvolvidas por antecessores como Hartmann, Charcot, Breuer, Krafft-Ebing e

Ellis ainda são relevantes e influenciam a prática e a teoria atuais. Compreender esses antecedentes é fundamental para os profissionais da área, pois proporciona uma base sólida e uma apreciação mais profunda das raízes teóricas e conceituais da Psicanálise. A compreensão dos antecedentes históricos ainda promove a reflexão crítica, a adaptação da abordagem psicanalítica às demandas contemporâneas, fortalece a identidade profissional e enriquece o diálogo interdisciplinar. Ao reconhecer e valorizar os antecedentes históricos, os profissionais da Psicanálise podem construir sobre o conhecimento acumulado ao longo do tempo e continuar a desenvolver e aprimorar essa abordagem terapêutica essencial.

**21. Considerações finais**

A relação entre os antecedentes históricos e o desenvolvimento da Psicanálise é de extrema importância, uma vez que a construção gradual da teoria psicanalítica foi fortemente influenciada por esses antecedentes. A Psicanálise não surgiu de forma isolada, mas sim como resultado de uma evolução intelectual e clínica que incorporou elementos fundamentais dos antecedentes. Neste texto, exploramos a relação entre os antecedentes históricos e o desenvolvimento da Psicanálise, discutindo a construção gradual da teoria psicanalítica a partir das influências recebidas e os elementos fundamentais dos antecedentes que foram incorporados à Psicanálise.

Ao longo deste texto a relação entre os antecedentes históricos e o desenvolvimento da Psicanálise, promoveu a construção gradual da teoria psicanalítica a partir das influências recebidas. A construção gradual da teoria psicanalítica a partir das influências recebidas permitiu a incorporação de elementos fundamentais dos antecedentes na abordagem psicanalítica contemporânea.

A compreensão do inconsciente, a importância dos desejos sexuais e agressivos, a compreensão dos sintomas neuróticos e a ênfase na expressão emocional e resolução de conflitos são exemplos de elementos que foram integrados à Psicanálise a partir dos antecedentes históricos. Esses elementos continuam a ser fundamentais para a teoria e a prática clínica psicanalítica, fornecendo uma base sólida para a compreensão da psique humana e a condução do processo terapêutico. Portanto, Freud foi um pensador altamente influenciado pelo contexto intelectual e científico de seu tempo. Ele foi exposto a diversas correntes de pensamento, desde a filosofia até a medicina, e buscou integrar essas influências em sua própria teoria.

## Referências Bibliográficas


BETTELHEIM, B. Duas visões de Freud. In: _____. *A Viena de Freud e outros ensaios*. Trad. L. Wyler. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 37-53. (Original publicado em 1990).

BINKOWSKI, G. Fósseis do campo PSI: *Ciência e Profissão*, v. 39, spe 3, 2019.

CHARCOT, J. M. *Lecons sur, les maladies du système nerveux*. Paris: Lecrosnier et Babé, 1886. v. 1.

FIGUEIREDO, L. C. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 2017.

FREUD, S.; BREUER, J. *Estudos sobre histeria (1893-1895)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2015. v. 2.

FREUD, S. *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O Caso Dora") e outros textos*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2016. v. 6.

FREUD, S. *Conferências Introdutórias à Psicanálise (1916-1917)*. Trad. Sérgio Telarolli. São Paulo: Cia das Letras, 2014. v. 13.

FULGENCIO, L. *Teorias Psicanalíticas do Desenvolvimento*. Estudo Crítico-Comparativo (Vol. 1. Origens e Consolidação). São Paulo: Blucher-FAPESP, 2022.

GAY, Peter. *Freud*: *uma vida para o nosso tempo*. Trad. D. Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Original publicado em 1988).

HERRMANN, F. *O que é Psicanálise*. São Paulo: Blucher, 2015.

JANET, P. *The mental state of hystericals*. Trad. C. R. Corson. G P Putnam's Sons, 1901. Disponível em: https://doi.org/10.1037/10597-000.

JONES, E. *The life and work of Sigmund Freud*. New York: Basic Books, 1953. v. 1.

JORGE, M. A. C. *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan*: *as bases conceituais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

KRAFFT-EBING, R. *Psychopathia sexualis*. Trad. francesa de E. Laurent E. e S. Csapo S. Paris: Georges Carré Editeur, 1895.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NIETZSCHE, F. *Sobre a genealogia da moral*: um escrito polêmico. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2020.

PRADO Jr., B. (Org.). *Filosofia da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RICOEUR, P. *Freud and philosophy*: an essay on interpretation. New Haven: Yale University Press, 1970.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. Trad. M. F. Sá Correia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TOEWS, J. E. Historicizing Psychoanalysis: Freud in His Time and for Our Time. *The Journal of Modern History*, v. 63, n. 3, p. 504–545, 1991. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2938629.

# NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço eletrônico *revista@santarita.br*, gravados em formato .doc ou .docx. O envio implica na cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a Revista. O(s) autor(es) continua(m) a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores, devendo, sempre que cabível, fazer constar referência à publicação na revista.

Os créditos dos autores deverão ser apresentados abaixo do título do trabalho, contendo: nome completo sem abreviações ou supressões; formação, nomes das instituições da graduação, das titulações e sua vinculação a entidades de ensino - quando for o caso, além do e-mail de cada um dos autores, a ser divulgado na publicação.

O artigo deve apresentar resumo do conteúdo, com três a cinco palavras-chave em língua vernácula e seus correspondentes em língua estrangeira - inglês, francês, espanhol, alemão ou italiano.

Os textos deverão ser digitados na fonte Calibri 11 com espaçamento simples, com seis pontos de separação depois dos parágrafos, que se iniciam com 1,25 pontos de recuo na primeira linha. O texto deve apresentar alinhamento justificado e sem numeração de páginas. As margens devem ser: superior – 3cm; inferior – 2cm; esquerda – 3cm; direita – 2cm. As notas explicativas devem ser apresentadas no rodapé, em fonte Calibri 8 ou 7,5 e com numeração que se inicia a cada página. **Não se permite o uso de notas de fim em substituição às notas de rodapé.**

As citações com mais de três linhas deverão aparecer em parágrafo recuado em 4cm, com espaço simples e fonte Calibri 9, referidas em nota de rodapé (Calibri 8 ou 7,5) ou seguidas de parênteses contendo o sobrenome do autor do referido texto em letras maiúsculas, ano de publicação e página(s) do texto citado; aquelas com menos de três linhas podem ser incorporadas ao texto, entre aspas, com a fonte citada da mesma forma que acima descrito, ou em nota de rodapé. As ilustrações, com boa resolução, devem ser identificadas com título, legenda e referência.

**As referências bibliográficas deverão estar de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023).**

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas e toda a revisão ortográfica são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o editor se reserva o direito de adequar o texto ao léxico à semântica e às normas gramaticais, desde que não se alterem o sentido e a intenção daquilo que os autores pretenderam comunicar.

*O Corpo Editorial não se obriga a publicar as colaborações que lhe forem remetidas. Os textos que não estiverem de acordo com as Normas Editoriais serão devolvidos para que sejam feitas as devidas alterações. Os trabalhos não publicados serão devolvidos aos seus autores, desde que isso seja por eles devidamente requerido.*